

Universidade do Sul de Santa Catarina

Análise das Demonstrações Contábeis II

Disciplina na modalidade a distância

UnisulVirtual

A sua universidade a distância

Universidade do Sul de Santa Catarina

Análise das Demonstrações Contábeis II

Disciplina na modalidade a distância

Palhoça
UnisulVirtual
2014

Créditos

Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul

Reitor

Sebastião Salésio Herdt

Vice-Reitor

Mauri Luiz Heerd

Pró-Reitor de Ensino, de Pesquisa e de Extensão

Mauri Luiz Heerd

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Luciano Rodrigues Marcelino

Pró-Reitor de Operações e Serviços Acadêmicos

Valter Alves Schmitz Neto

Diretor do Campus Universitário de Tubarão

Heitor Wensing Júnior

Diretor do Campus Universitário da Grande Florianópolis

Hércules Nunes de Araújo

Diretor do Campus Universitário UnisulVirtual

Fabiano Ceretta

Campus Universitário UnisulVirtual

Diretor

Fabiano Ceretta

Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) - Educação, Humanidades e Artes

Marciel Evangelista Cataneo *(articulador)*

Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Ciências Sociais, Direito, Negócios e Serviços

Roberto Iunskovski *(articulador)*

Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Produção, Construção e Agroindústria

Diva Marília Flemming *(articuladora)*

Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Saúde e Bem-estar Social

Aureo dos Santos *(articulador)*

Gerente de Operações e Serviços Acadêmicos

Moacir Heerd

Gerente de Ensino, Pesquisa e Extensão

Roberto Iunskovski

Gerente de Desenho, Desenvolvimento e Produção de Recursos Didáticos

Márcia Loch

Gerente de Prospecção Mercadológica

Eliza Bianchini Dallanhol

Bernardino José da Silva

Patrícia Nunes

Análise das Demonstrações Contábeis II

Livro didático

Design instrucional

Cristina Klipp de Oliveira

Rafael da Cunha Lara (7ª edição rev. atual.)

7ª edição revista e atualizada

Palhoça
UnisulVirtual
2014

Copyright © UnisulVirtual 2014

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem a prévia autorização desta instituição.

Edição – Livro Didático

Professor Conteudista

Bernardino José da Silva
Patrícia Nunes

Revisão e atualização de conteúdo

Bernardino José da Silva

Design Instrucional

Cristina Klipp de Oliveira
Rafael da Cunha Lara (7ª edição rev. atual.)

Projeto Gráfico e Capa

Equipe UnisulVirtual

Diagramação

Oberdan Porto Leal Piantino

Revisão

Amaline Baulus Issa Mussi

ISBN

978-85-7817-667-9

658.151

S58 Silva, Bernardino José da

Análise das demonstrações contábeis II : livro didático / Bernardino José da Silva, Patrícia Nunes ; design instrucional [Cristina Klipp de Oliveira], Rafael da Cunha Lara. – 7. ed. rev. e atual. / por Bernardino José da Silva – Palhoça : UnisulVirtual, 2014.

202 p. : il. ; 28 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7817-667-9

1. Controle financeiro. 2. Contabilidade gerencial. I. Nunes, Patrícia. II. Oliveira, Cristina Klipp. III. Lara, Rafael da Cunha. IV. Título.

Sumário

Créditos	2
Apresentação.....	7
Palavras dos professores	9
Plano de estudo	11
UNIDADE 1 - A Análise Contábil como Instrumento Gerador de Informações	17
UNIDADE 2 - Análise do Capital de Giro	31
UNIDADE 3 - Análise dos Investimentos Operacionais.....	61
UNIDADE 4 - Desequilíbrio Econômico-Financeiro	93
UNIDADE 5 - Análise da Gestão de Caixa	115
UNIDADE 6 - Análise da Situação Econômica	139
UNIDADE 7 - Relatório de Análise	165
Para concluir o estudo.....	181
Referências	183
Sobre o professores conteudistas.....	185
Respostas e comentários das atividades de autoavaliação	189
Biblioteca Virtual.....	201

Apresentação

Este livro didático corresponde à disciplina **Análise das Demonstrações Contábeis II**.

O material foi elaborado com vista a uma aprendizagem autônoma e aborda conteúdos especialmente selecionados e relacionados à sua área de formação. Ao adotar uma linguagem didática e dialógica, objetivamos facilitar seu estudo a distância, proporcionando condições favoráveis às múltiplas interações e a um aprendizado contextualizado e eficaz.

Lembre que sua caminhada, nesta disciplina, será acompanhada e monitorada constantemente pelo Sistema Tutorial da UnisulVirtual. Nesse sentido, a “distância” fica caracterizada somente como a modalidade de ensino por que você optou para sua formação. É que, na relação de aprendizagem, professores e instituição estarão sempre conectados com você.

Então, sempre que sentir necessidade, entre em contato. Você tem à disposição diversas ferramentas e canais de acesso, tais como: telefone, e-mail e o Espaço Unisul Virtual de Aprendizagem, que é o canal mais recomendado, pois tudo o que for enviado e recebido fica registrado para seu maior controle e comodidade. Nossa equipe técnica e pedagógica terá o maior prazer em lhe atender, pois sua aprendizagem é o nosso principal objetivo.

Bom estudo e sucesso!

Equipe UnisulVirtual

Palavras dos professores



Caro(a) estudante,

Seja bem-vindo(a) à disciplina **Análise das Demonstrações Contábeis II**.

O mundo dos negócios, cada vez mais competitivo, é, também, sempre mais exigente e, assim, o contador deve conhecer técnicas e/ou processos mais sofisticados de Análise das Demonstrações Contábeis, de modo a oferecer a seus clientes, elementos que, além dos indicadores oferecidos pelas Técnicas anteriormente estudadas, proporcionem a visibilidade de outros parâmetros associados de análise dos dados refletidos nas Demonstrações Contábeis.

A análise do Capital de Giro, dos Investimentos Operacionais, o Desequilíbrio Econômico- Financeiro, os efeitos do impacto da inflação, a gestão de caixa e seus fluxos e a análise do lucro, incluindo a Alavancagem Operacional, Financeira e Combinada, são instrumentos que, além de enriquecer o processo de Análise das Demonstrações Contábeis, consagram esta Técnica de Escrituração Contábil como um dos principais instrumentos geradores de informações úteis ao processo de tomada de decisão.

As Demonstrações Contábeis, além da observância nas novas regras da Lei n.º 6.404/76, introduzidas pelas Leis n. 11.638/08 e 11.941/09, precisam estar alinhadas com as novas Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em harmonia com as Normas Internacionais de Contabilidade.

Visando possibilitar a você um aprendizado eficiente e duradouro, buscou-se a adoção e aplicação de uma linguagem clara e objetiva, além da distribuição dos assuntos em ordem crescente de inter-relacionamento dos conteúdos a ser trabalhados ao longo da disciplina.

Acompanhar e auxiliar você no processo de ensino aprendizagem é nossa missão, por isso queremos colaborar para que tenha êxito nas atividades.

Bom estudo!



Plano de estudo

O plano de estudos visa a orientá-lo no desenvolvimento da disciplina. Ele possui elementos que o ajudarão a conhecer o contexto da disciplina e a organizar o seu tempo de estudos.

O processo de ensino e aprendizagem na UnisulVirtual leva em conta instrumentos que se articulam e se complementam, portanto, a construção de competências se dá sobre a articulação de metodologias e por meio das diversas formas de ação/mediação.

São elementos desse processo:

- o livro didático;
- o Espaço UnisulVirtual de Aprendizagem (EVA);
- as atividades de avaliação (a distância, presenciais e de autoavaliação);
- o Sistema Tutorial.

Ementa

A análise contábil como instrumento gerador de informações. Análise do capital de giro. Análise do investimento operacional. Desequilíbrio econômico-financeiro: efeito tesoura, *overtrading* e impacto da inflação. Análise da gestão de caixa: análise do fluxo de caixa. Análise da gestão do lucro: alavancagem operacional, financeira e combinada. Relatório de análise: cálculo de indicadores e planilhas, avaliação de planilhas, modelo de avaliação, diagnóstico e implementação de soluções.

Objetivos da disciplina

- Aprimorar conhecimentos e desenvolver habilidades e atitudes profissionais relacionadas às atividades ligadas à área de negócios que necessite utilizar a Análise das Demonstrações Contábeis.
- Conhecer e compreender os conceitos, as características, os objetivos e as finalidades das técnicas de Análise das Demonstrações Contábeis e sua importância no mundo dos negócios.
- Identificar a importância da associação do pensamento administrativo às práticas utilizadas pela Ciência Contábil com o propósito de estimular a construção integrada de conhecimentos teórico-práticos e desenvolvimento de consciência ética e social.
- Compreender o acesso e uso racional das técnicas utilizadas para Análise das Demonstrações Contábeis, como instrumento de suporte ao processo administrativo e à tomada de decisão no contexto das organizações, sejam elas mercantil, industrial, com ou sem fins lucrativos.

Carga Horária

A carga horária total da disciplina é **60** horas-aula.

Conteúdo programático/objetivos

Veja, a seguir, as unidades que compõem o livro didático desta disciplina e os seus respectivos objetivos. Estes se referem aos resultados que você deverá alcançar ao final de uma etapa de estudo. Os objetivos de cada unidade definem o conjunto de conhecimentos que você deverá possuir para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à sua formação.

Unidades de estudo: 7

Unidade 1 – A análise Contábil como Instrumento Gerador de Informações

Complementando os estudos da disciplina Análise das Demonstrações Contábeis I, você vai estudar, na primeira unidade desta disciplina, os aspectos e as características que tornam a Análise das Demonstrações Contábeis um instrumento gerador de informações.

Unidade 2 – Análise do Capital de Giro

Esta unidade dará a você a oportunidade de estudar os aspectos e características do capital de giro, sua origem, composição e as variações decorrentes da gestão dos negócios.

Unidade 3 – Análise dos Investimentos Operacionais

Você estudará, nesta unidade, as peculiaridades da Análise dos Investimentos Operacionais, os reflexos desses investimentos no giro dos negócios e no próprio capital de giro e nas disponibilidades de caixa.

Unidade 4 – Desequilíbrio Econômico-Financeiro

Esta unidade oferecerá a você a oportunidade de estudar os aspectos ligados ao desequilíbrio econômico-financeiro das organizações, incluindo o efeito tesoura, *overtrading* e o impacto da inflação.

Unidade 5 – Análise da Gestão de Caixa

Esta quinta unidade dará a você a oportunidade de conhecer e estudar os elementos norteadores da gestão de caixa, incluindo, através da análise do Fluxo de Caixa, o capital circulante líquido.

Unidade 6 – Análise da Situação Econômica

Você conhecerá, nesta unidade, os aspectos a serem observados na Análise da Gestão do Lucro, as taxas de retorno dos investimentos do ponto de vista da empresa e do proprietário, a alavancagem operacional, financeira e combinada.

Unidade 7 – Relatório de Análise

Para fechar o ciclo de estudos da disciplina, você terá a oportunidade de, nesta unidade, aprimorar seus conhecimentos acerca dos elementos formadores do Relatório de Análise, contemplando o cálculo de indicadores e planilhas, avaliação de planilhas, modelo de avaliação, diagnóstico e implementação de soluções.

UNIDADE 1

1

A Análise Contábil como Instrumento Gerador de Informações



Objetivos de aprendizagem

- Conhecer os aspectos que caracterizam a Análise das Demonstrações Contábeis como instrumento gerador de informação.
- Identificar e compreender a aplicabilidade das informações produzidas pela Análise das Demonstrações Contábeis.



Seções de estudo

- Seção 1** Aspectos caracterizadores da geração de informação contábil
- Seção 2** A importância das informações geradas pela Análise Contábil



Para início de estudo

Como é do seu conhecimento, os primeiros doutrinadores do assunto definiam a Contabilidade como a Ciência que tinha por fim captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja esta pessoa física, entidade de finalidades não lucrativas, empresa, ou mesmo pessoa de Direito Público (IUDÍCIBUS et al., 1971).

Franco (1990, p. 19), ao descrever noções gerais acerca da Contabilidade, já a conceituava como:

[...] a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

A partir das duas últimas décadas do milênio anterior, institucionalizou-se efetivamente, nos conceitos e definições de Contabilidade, a geração de informações úteis ao processo de tomada de decisão.

Neste período, surge a Contabilidade Gerencial como ramo da Contabilidade, destinada a transformar os dados e elementos referenciados nas Demonstrações Contábeis em informações úteis ao processo de gerenciamento e tomada de decisão nas organizações – sejam estas com ou sem fins lucrativos.

É evidente que essa geração de informações deve ser objeto da técnica já consagrada da Análise das Demonstrações Contábeis, conforme você verá a seguir.

Seção 1 – Aspectos caracterizadores da geração de informação contábil

Conforme você já teve oportunidade de acompanhar no pequeno tópico introdutório, a Contabilidade tem por finalidade captar, registrar, acumular, resumir, analisar e interpretar os fenômenos que afetam o patrimônio das entidades.



Assim, observando com atenção os elementos que constituem a sua finalidade, você pode perfeitamente identificar os aspectos que a tornam um instrumento gerador de informação.

A **captação**, por sua vez, consagra a reunião e análise da documentação inerente à entidade contábil da qual você tem a responsabilidade de efetuar a contabilização. Os documentos inerentes à sua constituição, ou seja, o contrato social, estatutos, etc., e, também, todos aqueles inerentes aos negócios realizados, sejam decorrentes de compras, contratação de pessoal, geração de novos produtos, vendas e outros que servirão de base ao processo de escrituração.

Captadas e analisadas a composição e a finalidade de cada um daqueles documentos, você está apto(a) a migrar para o aspecto seguinte: **registrar os atos e fatos ocorridos**.

O registro é efetuado ou processa-se através da **Técnica de Escrituração**, pela qual são inseridas, no patrimônio das organizações, informações pertinentes às características de sua composição, seu objeto, o capital social e o integralizado, a forma de integralização, os dados pertinentes ao desenvolvimento dos negócios da empresa, ou seja, as compras e as vendas realizadas, os custos dos produtos vendidos, os gastos com pessoal e a administração em geral.

Portanto registram-se fatos contábeis inerentes à entidade e que possam provocar, mediata ou posteriormente, reflexos em seu patrimônio.

A **acumulação** consagra o Princípio Contábil da Entidade, cujo pressuposto obriga a separar os bens, direitos e obrigações da pessoa jurídica, daqueles pertencentes a seus sócios. As sociedades mercantis, assim como aquelas de finalidade não lucrativa, ao serem constituídas, o são por tempo ilimitado, isto é, possuem vida longa, ininterrupta e sem prazo definido para a sua extinção ou morte.

Assim, a acumulação consiste no registro contínuo e sem interrupções de todos os fatos contábeis pertinentes à entidade, admitindo-se apurações periódicas para fins de visualização de sua situação patrimonial e econômica.

Resumir também visa consagrar outra Técnica Contábil, que consiste na elaboração das Demonstrações Contábeis. Esta técnica consiste no procedimento através do qual o Profissional da Contabilidade, baseado nos atos e fatos registrados, promove a apuração do resultado econômico relativo a um determinado período, ou exercício financeiro, e apresenta a posição do patrimônio na data da apuração, evidentemente que refletindo as variações decorrentes da movimentação dos elementos econômicos e patrimonial verificada no período apurado.

Analisar e interpretar os fenômenos ocorridos é exatamente o que devemos fazer para o desenvolvimento da Técnica Contábil que ratifica o título da nossa disciplina, Análise das Demonstrações Contábeis, a qual, para melhor compreensão, é dividida em duas fases: Análise das Demonstrações Contábeis I e II.

Evidentemente que essa elaboração considera os fatos passados e, assim, mediante a comparação das demonstrações passadas com a atual, será possível verificar a oscilação do patrimônio com o passar do tempo.

Tanto nesta como na primeira, o processo consiste na análise dos elementos que integram as Demonstrações Contábeis, especialmente o Balanço Patrimonial e a Demonstração do

Resultado do Exercício. Consiste, assim, em associar os números nelas refletidos com a aplicação de fórmulas matemáticas e colher indicadores e percentuais que irão refletir a capacidade de liquidez, a lucratividade dos negócios, o giro do capital investido e a rentabilidade dos investimentos na data da apuração do resultado.



Atenção!

Além dos indicadores e percentuais mencionados, você também pode avaliar, através da Técnica Contábil da Análise das Demonstrações Contábeis, de que forma o patrimônio está composto naquele momento, quais elementos contribuíram mais fortemente para a geração dos lucros, ou quais custos e despesas provocaram prejuízos, assim como as modificações no Capital Circulante Líquido e o valor adicionado a seus fatores de produção, além de outros.

Conforme você pode observar, cada elemento ou aspecto formador da finalidade da Contabilidade exerce, pois, sua função específica e, mesmo que produzido em etapas distintas, está intimamente associado a todos os outros, para que a Contabilidade cumpra seu papel.

Sendo, pois, estes aspectos desenvolvidos em cadeia, você pode visualizar claramente, através da função de cada um, que a geração das informações como instrumento de vital importância ao processo de tomada de decisão se consagra por meio da Análise das Demonstrações Contábeis.

Seção 2 – A importância das informações geradas pela Análise Contábil

Para falarmos acerca da importância das informações geradas pela Análise Contábil, vamos primeiramente buscar ensinamentos do saudoso Lopes de Sá (2008, p. 13), que, ao traçar o conceito de Análise de Balanços, assim descreve:

Analisar é tornar uma coisa simples mediante uma decomposição da mesma; é extrair elementos de um todo, procurando conhecer-lhe as **partes**. Assim, **analisar é conhecer uma coisa pelos elementos que a compõem.** (grifos do autor).

Falando sobre a finalidade da Análise, o mesmo autor destaca que

um serviço profissional de análise de balanços visa a um julgamento técnico e científico. A **'que'** e a **'quem'** vai servir a opinião é questão primordial para o início de um trabalho. (...) para que se possa escolher o critério de analisar, para se possuir orientação para traçar um plano de trabalho, é preciso saber qual a finalidade a ser atendida (...). Antes de tudo é preciso saber qual a utilidade que a tarefa analítica vai ter, ou ainda, a que e a quem servirá a opinião que o profissional vai emitir. (SÁ, 2008, p. 15).

A importância das informações produzidas pela Análise das Demonstrações Contábeis pode ser medida a partir da relação com seus usuários. Estes podem ser classificados sob três níveis de interesse: o administrativo, de relacionamento interno e de relacionamento externo.

No **nível da administração**, as informações produzidas pela Análise das Demonstrações Contábeis são indispensáveis para o acompanhamento do processo de desenvolvimento dos negócios da empresa. Veja alguns exemplos.



É pertinente conhecer a relação entre seus custos de produção e as receitas geradas; saber qual ou quais produtos oferecem maior risco na produção e na geração de renda; quais oferecem maior rotatividade e são mais rentáveis; o volume das suas despesas, que fatores são determinantes na elevação ou redução dos lucros.

Permanecendo neste nível de interesse, os usuários representados pelos diretores e administradores da empresa podem:

- Acompanhar como estão as finanças, isto é, como estão se comportando o Capital Circulante Líquido, as disponibilidades de caixa, a origem e a aplicação destas e demais recursos.
- Saber se os recursos disponíveis são capazes de suportar o volume de obrigações ou se a empresa terá de recorrer ao mercado financeiro ou se desfazer de seu patrimônio fixo.
- Identificar as despesas e gastos que poderão ser expurgados, caso haja necessidade de redução de custos, além de outros aspectos.

No que tange ao relacionamento interno, podemos destacar os sócios, acionistas e, também, os colaboradores vinculados ao quadro funcional da empresa. As informações produzidas pela Análise das Demonstrações Contábeis irão mostrar como está o giro dos negócios da empresa, qual a margem de lucratividade, as possibilidades e o tempo de retorno dos investimentos realizados. Permitirão avaliar se a empresa se mantém sólida no mercado, ou se oferece riscos de falência e desaparecimento.

Os colaboradores poderão avaliar se estão realmente cumprindo seu papel no desenvolvimento das ações e serviços da empresa, isto é, se estão realmente auxiliando na geração de produtos, serviços e renda, de forma a assegurar o recebimento de seus haveres. Da mesma forma, se suas remunerações, participações no lucro da empresa, se o seu fundo de garantia e os encargos previdenciários estão sendo recolhidos e garantidos para o futuro.



Atenção!

Essas informações produzidas pela Análise das Demonstrações Contábeis podem oferecer, também, maior garantia e segurança em relação às possibilidades de crescimento profissional e intelectual.

Contemplando o nível de relacionamento externo, vamos encontrar como usuários os bancos, os fornecedores e o governo.

Aos bancos, cujo relacionamento se dá pelo oferecimento e/ou concessão de empréstimos e financiamentos, interessa saber:

- como se vem comportando a capacidade de pagamento da empresa ao longo de diversos períodos;
- como giram os negócios da empresa;
- qual a origem dos seus recursos;
- qual a capacidade de relacionamento com outros segmentos de mercado, incluindo os fornecedores, prestadores de serviços e o fisco.



Atenção!

Somente diante dessas informações é que terão condições seguras de disponibilizar, ou não, os créditos ofertados ou requeridos.

Os fornecedores não ficam muito longe dos bancos, pois o sucesso dos seus negócios depende do relacionamento com as empresas e demais entidades consumidoras de seus produtos e serviços e, assim, o nível de risco nesse relacionamento precisa ser cuidadosamente avaliado, para evitar prejuízos futuros. Nessa ótica, também estarão eles preocupados com alguns fatores inerentes ao mundo dos negócios.



Atenção!

Os indicadores relativos ao comportamento – da capacidade de pagamento, do volume de negócios produzidos pelas empresas, da composição de seu patrimônio, das possíveis garantias a serem oferecidas, do relacionamento com o mercado – são, sem dúvida, fatores de relevante importância para essa classe de usuários das informações contábeis que só a Análise das Demonstrações pode oferecer.

O governo, conforme você já teve a oportunidade de estudar em disciplinas anteriores, é um dos principais interessados nas informações produzidas pela Contabilidade e, apesar de seu maior foco de atenção estar direcionado para a técnica de elaboração das demonstrações contábeis, esta também lhe é de grande valia, haja vista caber a ele acompanhar e incentivar o desenvolvimento econômico do País.

Assim, é importante para o governo conhecer os números refletidos pelas Demonstrações Contábeis: é através desses números que ele sabe o quanto tem o direito de arrecadar de impostos. Porém, deve também estar preocupado com a geração de emprego e renda da população, fatores estes indispensáveis ao desenvolvimento sustentável do País.

Ainda, nesse contexto do relacionamento externo, as informações patrocinadas pela Análise das Demonstrações Contábeis constituem fator de vital importância para suportar a concorrência, a manutenção das atividades e a presença no mercado.



Atenção!

Qualquer que seja a empresa, para que ela possa adquirir seu espaço e se manter presente no mercado, é preciso conhecer e acompanhar o mundo a sua volta. Saber quem são seus concorrentes. Quais as perspectivas de negócios e, em especial, os riscos advindos da concorrência cada vez mais acirrada.

Os investimentos em tecnologia e novos produtos, a redução de custos e despesas para reduzir os preços de oferta de produtos e serviços e assegurar um volume crescente de faturamento e aumento de lucros são procedimentos de cuja aplicabilidade depende o processo de tomada de decisão. Tal processo somente deve se concretizar balizado em informações produzidas por um conjunto de técnicas que permitam avaliar o passado e projetar o futuro com a segurança que somente a Contabilidade pode proporcionar.

Neste sentido, Iudícibus (2002, p. 15) diz que “os índices básicos de Liquidez (Corrente, Seca e Geral), Rentabilidade (da Empresa e do Empresário) e Endividamento (Quantidade e Qualidade) são suficientes para ter uma visão superficial da empresa a ser analisada.”

O autor acrescenta que a esse tripé da Liquidez, Rentabilidade e Endividamento, podemos associar outros indicadores, os quais permitirão aprofundar a Análise das Demonstrações Contábeis e as informações por ela produzidas. A esse tripé, o autor denominou “Nível Introdutório”, e, se você observar, todos os indicadores foram estudados na disciplina Análise das Demonstrações Contábeis I, exceto os aspectos pertinentes à Rentabilidade do empresário em si.

As informações acerca da Lucratividade e Rotatividade, você também já as estudou na disciplina preliminar.

Contempladas no “Nível Intermediário”, assim denominado pelo autor, vamos encontrar outras informações geradas pela Análise das Demonstrações Contábeis, incluindo as informações produzidas pela Análise do Fluxo de Caixa, da Alavancagem Financeira, da Demonstração do Valor Adicionado, além de outros indicadores de endividamento que melhor estudaremos aqui.

Fechando o tripé, Iudícibus (2002, p. 17) destaca o “Nível Avançado” de desenvolvimento da Análise das Demonstrações Contábeis e geração de informações úteis ao processo decisório. Assegura o Autor que, “sem querer esgotar os recursos de análise, poderíamos indicar mais algumas ferramentas para melhor analisar o tripé referido, agora, num nível mais profundo, mais avançado.”

O desenvolvimento desse Nível Avançado contemplaria a disponibilização de informações acerca de indicadores combinados, da capacidade de geração e distribuição de renda, da liquidez econômica e patrimonial, do nível geral de preços, da análise dos dividendos e ações, além de outras.



Síntese

Nesta unidade introdutória de nossa disciplina, procuramos dar a você a oportunidade de conhecer os aspectos que consagram a Análise das Demonstrações Contábeis como instrumento gerador de informação.

Você viu que esses aspectos encontram-se diretamente atrelados à finalidade da Contabilidade, isto é, à captação, ao registro, à acumulação, ao resumo, à análise e à interpretação dos fenômenos que se processam no patrimônio das organizações, sejam estas com ou sem fins lucrativos. Identificou que cada um desses aspectos tem função específica dentro do processo de geração de informação pela Análise das Demonstrações Contábeis.

As informações geradas por essa Técnica Contábil podem ser medidas, consideradas ou analisadas através dos níveis de relacionamento e interesse dos usuários da Contabilidade. No nível de relacionamento administrativo, vamos encontrar aqueles usuários que detêm a responsabilidade de gerir os negócios da empresa, ou seja, seus diretores, gerentes e/ou administradores em geral.

O nível de relacionamento interno consagra aquele verificado entre os usuários da informação contábil, isto é, os sócios, acionistas e os colaboradores. Para estes, as informações patrocinadas pela Análise das Demonstrações Contábeis são úteis, na medida em que permitem avaliar a possibilidade de retorno dos investimentos realizados e a garantia de recebimento

de haveres como salários, participações nos lucros gerados pela empresa, etc.

O giro dos negócios, o comportamento da capacidade de honrar os compromissos, o relacionamento com o mercado e a geração de imposto são informativos da mais alta relevância para os usuários que figuram no nível de relacionamento externo das organizações, ou seja, os bancos, os fornecedores e o governo.



Atividades de autoavaliação

Ao final de cada unidade de estudo, você realizará atividades de autoavaliação. O gabarito dessas atividades estará disponível no final do livro didático. Porém procure resolver as atividades sem a ajuda do gabarito, pois, assim, você estará exercitando os conhecimentos adquiridos e estimulando sua aprendizagem.

1. Você já teve oportunidade de estudar, não apenas na disciplina Análise das Demonstrações Contábeis I, mas, também, nas disciplinas de Contabilidade I, II e III, a estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício ou Período (DRE). Pôde observar que ela é elaborada através do método dedutivo, e que, apesar da Resolução CFC n.º 1.185/09, determinar que devemos partir da Receita Líquida, nada impede que se tome, no início, a Receita Operacional Bruta até o Lucro Líquido do Exercício, ou seja, o Lucro que fica à disposição da empresa.

Na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício ou Período – DRE, para você chegar até o valor do Lucro Operacional Bruto, ou Lucro Bruto como quer a Resolução n.º 1.185/09, deve deduzir da Receita Operacional Bruta (Vendas Brutas), as Deduções que contemplam as Devoluções ou, Cancelamentos, e Abatimentos (vendas anuladas, descontos incondicionais concedidos), os Impostos, as Contribuições incidentes sobre o faturamento e, finalmente, o Custo dos Produtos e/ou Serviços Vendidos.

Considerando o texto acima, para o processo de Análise das Demonstrações Contábeis, destaque:

a) duas informações que poderiam ser extraídas em relação à formação e à importância dos Custos dos Produtos e Serviços Vendidos.

b) pelo menos duas informações em relação aos Impostos.

c) qual informação você poderia produzir em relação às Vendas Anuladas.



Saiba mais

Se você quiser aprofundar seu conhecimento acerca do tema trabalhado nesta unidade, acesse um dos livros a seguir destacados, pois neles os autores utilizam linguagem simples e compreensível sobre o assunto.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

IDUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços: Análise da liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

UNIDADE 2

Análise do Capital de Giro

2



Objetivos de aprendizagem

- Aprimorar o conhecimento acerca do capital de giro.
- Conhecer as fontes de financiamento do capital de giro.
- Compreender os aspectos e características pertinentes à rotação de valores circulantes (clientes, estoques e fornecedores).



Seções de estudo

- Seção 1** Definições e finalidade do capital de giro
- Seção 2** Fontes de financiamento do capital de giro
- Seção 3** As variações da necessidade de capital de giro



Para início de estudo

Ao cursar a disciplina Análise das Demonstrações Contábeis I, você aprendeu alguns aspectos importantes que poderão auxiliá-lo (a) nos estudos desta Unidade. Já viu como se reestrutura o Balanço Patrimonial, já calculou o Grau e a Composição do Endividamento e o Giro do Ativo.

Será que, munido(a) desse estudo, você já tem condições de definir, com precisão, o que é o Capital de Giro? Consegue distinguir uma simples gestão de caixa de uma boa gestão de caixa? Focando seu olhar no Balanço Patrimonial de determinada empresa, consegue identificar os elementos considerados como integrantes do Capital de Giro? Tem condições de destacar as fontes de financiamento do Capital de Giro?

Se não tem, não se preocupe, pois, estudando criteriosamente o conteúdo disponibilizado nesta unidade, você responderá com segurança a todas estas indagações.

Seção 1 – Definições e finalidade do capital de giro

Se você recorrer a um dicionário da Língua Portuguesa para entender a definição de giro, vai observar que este consiste em tudo aquilo que está em movimento em torno de um centro, ou seja, aquilo que está em constante circulação.



Você pode, então, definir que Capital de Giro representa os valores existentes nos grupos do Ativo Circulante e do Realizável a Longo Prazo que giram várias vezes em determinado período. Administrar o giro requer atenção para não comprometer a liquidez da empresa, ou seja, a capacidade que a empresa possui para honrar seus compromissos.

É importante observar que, em determinadas situações, o Balanço Patrimonial pode apresentar contas que distorcem a situação financeira da entidade em dado momento e que estão no Balanço apenas por força de lei. Logo, assim como estudado na disciplina Análise das Demonstrações Contábeis I, é preciso reestruturar o Balanço Patrimonial, para que se identifique, com precisão, o Capital de Giro, bem como várias outras informações. É fácil, basta seguir as recomendações do quadro a seguir.

Quadro 2.1 – Passos para a reestruturação do Balanço Patrimonial

Reestruturação do Balanço Patrimonial	
ATIVO	PASSIVO
<p>Circulante</p> <p>Caixa</p> <p>(-) Duplicata descontada</p> <p>(-) Prováveis Perdas com Clientes</p> <p>Despesas do Exercício Seguinte</p> <p>Capital a Integralizar</p> <p>Não Circulante</p> <p>Realizável a Longo Prazo</p> <p>Investimento</p> <p>Imobilizado</p> <p>(-) Depreciação Acumulada</p> <p>Intangível</p> <p>(-) Amortização Acumulada</p>	<p>Circulante</p> <p>Empréstimo Bancário</p> <p>Não Circulante</p> <p>Patrimônio Líquido</p> <p>Capital Social</p> <p>(-) Capital a Integralizar</p> <p>Reservas de Capital</p> <p>Ajuste de Avaliação Patrimonial</p> <p>Reservas de Lucros</p>
<p>Somar →</p> <p>Diminuir →</p>	

Fonte: Elaboração dos autores, 2014.

Ao analisarmos o Balanço Patrimonial na sequência, podemos verificar contas que deverão ter seus saldos zerados e seus respectivos valores eliminados ou transportados para outras contas, grupos e subgrupos do Balanço Patrimonial, conforme você já teve a oportunidade de estudar na disciplina de Análise das Demonstrações Contábeis I. Essa reestruturação se faz necessária, para que seja possível verificar a real situação financeira da entidade em estudo.

Tabela 2.1 – Balanço Patrimonial Não Reestruturado

EMPRESA UNIVERSITÓPOLIS BALANÇO PATRIMONIAL - 31/12/X0					
ATIVO	2006	2007	PASSIVO	2006	2007
Circulante	852,00	1.085,00	Circulante	480,00	930,00
Caixa e Equivalente de Caixa	100,00	160,00	Obrigação das Operações	280,00	670,00
Banco	100,00	160,00	Ordenados a Pagar	120,00	150,00
			Impostos a Recolher	60,00	70,00
Créditos das Operações	600,00	725,00	Fornecedores	100,00	450,00
Clientes	340,00	370,00			
Perdas Est. Créd. Liquidação Duvidosa	-90,00	-95,00			
Estoques	350,00	450,00	Outras Obrigações	200,00	260,00
Mercadorias p/Revenda	350,00	450,00	Empréstimos Bancários	100,00	150,00
			Duplicatas Descontadas	100,00	110,00
Despesas de Exercício Seguinte	152,00	200,00			
Seguros a Vencer	152,00	200,00			
			Não Circulante	500,00	550,00
Não Circulante	1.750,00	2.280,00	Financiamentos Longo Prazo	500,00	550,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	100,00	50,00			
Aplicação Financeira L. P	100,00	50,00			
Investimentos	300,00	450,00	Patrimônio Líquido	1.622,00	1.885,00
Ouro	300,00	450,00	Capital Social	1.300,00	1.300,00
Imobilizado	760,00	940,00			
Veículos	1.500,00	1.740,00	Reserva de Lucro	322,00	585,00
Deprec. Acumulada S/Veículos	-740,00	-800,00			
Intangível	590,00	840,00			
Marca	500,00	800,00			
Gastos C/Proj. Des. Novo Produto	350,00	350,00			
Amortização Acumulada S.GPDNP	-260,00	-310,00			
TOTAL DO ATIVO	2.602,00	3.365,00	TOTAL DO PASSIVO	2.602,00	3.365,00

Fonte: Elaboração dos autores (2014).

A Tabela 2.1 demonstra o Balanço Patrimonial em sua composição normal, isto é, de acordo com as regras estabelecidas pela Lei n.º 6.404/76, e suas alterações posteriores, especialmente as Leis n.º 11.638/07 e 11.941/09. É analisando essa composição que teremos a visão quanto à real necessidade de reestruturação, ou não, do citado demonstrativo.

Observe, por exemplo, no Balanço Patrimonial que integra a Tabela 2.1, que a conta Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa foi utilizada para registrar uma parcela do direito a receber das Vendas a Prazo realizadas no período e consideradas, antecipadamente, como não passíveis de recebimento pela empresa.

Essa parcela dos direitos a receber (da conta Clientes) é calculada com base no índice de inadimplência dos clientes (consumidores), devendo observar, também, o disposto no Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto Federal n.º 3.000/99, especialmente os Artigos 341 a 345, e, também, a Resolução n.º 2.682/99, do Banco Central do Brasil e suas alterações posteriores.

O reconhecimento dessa parcela na Contabilidade tem como contrapartida o registro da conta de despesas “Perdas no Recebimento de Clientes”, sendo esta levada para a Apuração do Resultado do Exercício e diminuirá o Lucro Líquido Apurado.

Porém, observe que, apesar de ocorrer o registro de uma Despesa com Perdas no Recebimento de Clientes, não há qualquer saída de recursos da empresa ou a baixa efetiva do direito a receber, inserido na conta Clientes, configurando-se a conta Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa como uma Provisão, ou seja, uma conta retificadora ou redutora da conta Clientes.

Assim, existindo saldo nesta conta, seu valor deverá ser transportado para o Patrimônio Líquido, aumentando o valor de uma das contas de Reservas de Lucros, ou, diminuindo o Saldo da Conta Prejuízos Acumulados. No caso em estudo, os valores de R\$ 90,00 e R\$ 95,00, na reestruturação dos Balanços dos respectivos exercícios, devem ser reclassificados, sendo adicionados ao valor da conta de Reserva de Lucros.

No que concerne às contas do Subgrupo Despesas do Exercício Seguinte – por se tratar de valores já desembolsados pela empresa e que esta dificilmente conseguirá reavê-los –, não oferecem mais qualquer condição ou garantia de liquidez: os saldos remanescentes nas contas deste Subgrupo deverão ser levado ao Patrimônio Líquido, diminuindo o saldo de uma das contas de Reservas de Lucros, ou, aumentando o saldo da conta Prejuízos Acumulados. Assim, considerando o Balanço Patrimonial da empresa em estudo, os valores de R\$ 152,00 e R\$ 200,00 deverão ser transportados para o Patrimônio Líquido, diminuindo o saldo das contas de Reservas de Lucros.

A reclassificação dessa conta também é trabalhada por Marion (2009, p.28), que estabelece a adoção do mesmo procedimento.

No que tange às contas Depreciações Acumuladas, seus saldos deverão ser deduzidos dos valores dos seus respectivos bens do subgrupo Imobilizado, devendo estes figurar no Balanço Patrimonial com seus valores líquidos, ou seja, valor de registro do bem, deduzido do valor da Depreciação Acumulada a ele registrado. Com isso, o saldo da conta Depreciação Acumulada simplesmente desaparecerá do Balanço Patrimonial.

Já no Subgrupo do Ativo Intangível teremos que considerar dois aspectos para saber se os valores serão reclassificados ou não na reestruturação do Balanço Patrimonial. O primeiro aspecto representa os elementos do Intangível que possuem vida útil indefinida e estes não se amortizam, pois, a tendência dos mesmos é valorizar. O segundo aspecto diz respeito àqueles intangíveis que possuem vida útil definida que são amortizáveis e, além disso, trata-se de gastos também já realizados e desembolsados pela empresa e que também não mais oferecem quaisquer possibilidades de serem utilizados no cumprimento de uma determinada exigibilidade.

Assim, nos elementos do Intangível que se extinguem com a Amortização, existindo saldo, seu valor líquido (valor do gasto menos a Amortização Acumulada) deve ser levado para o Patrimônio Líquido, diminuindo o saldo de uma das contas de Reserva de Lucros ou aumentando o valor da conta Prejuízos Acumulados.

Tabela 2.2 – Balanço Patrimonial Reestruturado

EMRESA UNIVERCITÓPOLIS					
BALANÇO PATRIMONIAL – 31/12/XI - REESTRUTURADO					
ATIVO	2006	2007	PASSIVO	2006	2007
Circulante	790,00	980,00	Circulante	480,00	930,00
Caixa e Equivalente de Caixa	100,00	160,00	Obrigação das Operações	280,00	670,00
Banco	100,00	160,00	Ordenados a Pagar	120,00	150,00
			Impostos a Recolher	60,00	70,00
Créditos das Operações	690,00	820,00	Fornecedores	100,00	450,00
Clientes	340,00	370,00			
Perdas Est. Créd. Liquidação Duvidosa	0,00	0,00			
Estoques	350,00	450,00	Outras Obrigações	200,00	260,00
Mercadorias p/Revenda	350,00	450,00	Empréstimos Bancários	100,00	150,00
			Duplicatas Descontadas	100,00	110,00
Despesas de Exercício Seguinte	0,00	0,00			
Seguros a Vencer	0,00	0,00			
Não Circulante	1.660,00	2.240,00	Não Circulante	500,00	550,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	100,00	50,00	Financiamentos Longo Prazo	500,00	550,00
Aplicação Financeira L. P	100,00	50,00			
Investimentos	300,00	450,00	Patrimônio Líquido	1.470,00	1.740,00
Ouro	300,00	450,00	Capital Social	1.300,00	1.300,00
Imobilizado	760,00	940,00			
Veículos	760,00	940,00	Reserva de Lucro	170,00	440,00
Deprec. Acumulada S/Veículos	0,00	0,00			
Intangível	500,00	800,00			
Marca	500,00	800,00			
Gastos C/Proj. Des. Novo Produto		0,00			
Amortização Acumulada S.GPDNP		0,00			
TOTAL DO ATIVO	2.450,00	3.220,00	TOTAL DO PASSIVO	2.450,00	3.220,00

Fonte: Elaboração dos autores (2014).

Você quer saber como fechou o Balanço Patrimonial de 2006, com a reestruturação e/ou reclassificação das contas?

No exercício de 2006, temos as seguintes contas a reclassificar:

- Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa R\$ 90,00
- Despesas de Exercício Seguinte R\$ 152,00
- Imobilizado R\$ 1.500,00
- Depreciação Acumulada R\$ 740,00
- Intangível R\$ 350,00
- Amortização Acumulada R\$ 260,00.

Operacionalizando a Reestruturação:

A conta Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, que estava diminuindo o valor da conta Clientes, é transportado para o Patrimônio Líquido aumentando o valor da conta Reserva de Lucro.

Já, as contas do Subgrupo de Despesas de Exercício Seguinte, no valor de R\$ 152,00, também terão seus valores transportados para o Patrimônio Líquido, porém, diminuindo o valor da conta de Reserva de Lucros, pois trata-se de recursos já desembolsados pela empresa, o mesmo ocorrendo com o valor de R\$ 90,00 (R\$ 350,00 – R\$ 260,00) relativo aos Gastos com Projetos de Desenvolvimento de Novos Produtos, do Subgrupo do Intangível. Então, teremos $R\$ 90,00 + R\$ 322,00 - R\$ 152,00 - R\$ 90,00 = R\$ 170,00$.

Os valores das contas dos bens do Ativo Imobilizado serão deduzidos dos respectivos valores da Depreciação Acumulada e passarão a figurar no Balanço pelos seus valores líquidos. Assim temos: $\text{Imobilizado} > R\$ 1.500,00 - R\$ 740,00 = R\$ 760,00$.

Já nas contas do Subgrupo do Intangível, especificamente naqueles que recebem os efeitos da Amortização, por se tratar de recursos já desembolsados pela empresa, o valor líquido da conta,

isto é o valor da conta Gastos com Projetos de Desenvolvimento de Novos Produtos, deduzido do valor da Amortização Acumulada ($\text{R\$ } 350,00 - \text{R\$ } 260,00 = \text{R\$ } 90,00$), será também levado para o Patrimônio Líquido e diminuirá o saldo da conta de Reserva de Lucros. A conta Amortização Acumulada, assim como ocorre no caso da Depreciação Acumulada, também desaparecerá do Balanço Patrimonial. Dessa forma, no Subgrupo do Intangível permanecerá apenas o valor da conta Marca que não tem vida útil definida.

Assim, como novo valor da conta de Reserva de Lucros em 2006, teremos $\text{R\$ } 90,00 + \text{R\$ } 322,00 - \text{R\$ } 152,00 - \text{R\$ } 90,00 = \text{R\$ } 170,00$.

Para exercitar, confira os valores da reestruturação do Balanço Patrimonial relativo ao exercício de 2007.

Se você observar no Balanço Patrimonial não reestruturado, vai verificar que a conta Reserva de Lucros, antes da reestruturação apresentava o valor de $\text{R\$ } 585,00$. A este devem ser adicionado o valor de $\text{R\$ } 95,00$ relativo a Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa, e deduzidos os valores de $\text{R\$ } 200,00$, relativo a conta Seguros a Vencer, do Subgrupo das Despesas de Exercício Seguintes e também $\text{R\$ } 40,00$ ($\text{R\$ } 350,00 - \text{R\$ } 310,00$), que corresponde ao valor líquido dos Gastos com Projeto de Desenvolvimento de Novos Produtos.

Portanto, o novo valor da conta Reserva de Lucro, em 2007, será de $\text{R\$ } 440,00$ ($\text{R\$ } 585,00 + \text{R\$ } 95,00 - \text{R\$ } 200,00 - \text{R\$ } 40,00$).

Agora podemos apurar o Capital de Giro em relação aos dois exercícios demonstrados no Balanço Patrimonial, isto é, 2006 e 2007, da empresa objeto de estudo. Não podemos esquecer que, em uma operação simples, o Capital de Giro é obtido subtraindo-se do Ativo Total o valor pertinente ao Ativo Fixo. O Ativo Fixo, por sua vez, contempla os Subgrupos dos Investimentos Permanentes, do Imobilizado e do Intangível. Considerando o Balanço Patrimonial já reestruturado, temos, em 2006:

Ativo Total $\text{R\$ } 2.450,00 -$ (Investimentos Permanente $\text{R\$ } 300,00 +$ Imobilizado $\text{R\$ } 760,00 +$ $\text{R\$ } \text{Intangível } \text{R\$ } 500,00)$
 $= \text{R\$ } 890,00$.

Em 2007, o Capital de Giro passou para R\$ 1.030,00 (Ativo Total R\$ 3.220,00 – (Investimentos Permanente R\$ 450,00 + Imobilizado R\$ 940,00 + Intangível R\$ 800,00) = R\$ 1.030,00.

Seção 2 – Fontes de financiamento do capital de giro

Você já teve a oportunidade de estudar que as Origens de Recursos são formadas por **Capitais Próprios e/ou de Terceiros**.

Os Capitais Próprios são formados pelos ingressos de recursos dos sócios, acionistas, doações e aqueles gerados pela empresa com o desenvolvimento de suas atividades. Os Capitais de Terceiros, no entanto, são advindos dos fornecedores, dos empréstimos e outras obrigações exigíveis.

Como já mencionado na seção anterior, encontra-se o Capital de Giro ao se deduzirem do Ativo Total os subgrupos Investimentos, Imobilizado e Intangível. Também pode ser encontrado mediante a soma do Grupo do Ativo Circulante mais o Subgrupo Realizável a Longo Prazo do Ativo Não Circulante.

O Capital de Giro é financiado com os Recursos Próprios e de Terceiros. Parte do Patrimônio Líquido é destinada ao Giro. Todavia o Passivo Circulante financia, na maioria das vezes, na sua totalidade, o Giro. Da mesma forma, o Grupo do Passivo Não Circulante, com exceção da conta Financiamentos a Longo Prazo, é destinado ao Giro.

Não se considera a conta Financiamentos a Longo Prazo como financiador do giro em virtude de que, dificilmente, os bancos fornecem recursos a longo prazo apenas para o Giro. Nesse sentido, na maioria das vezes os financiamentos a longo prazo são contraídos para serem aplicados no subgrupo Imobilizado, visando a ampliação do parque fabril da empresa.

Alguns autores definem o Giro apenas pelos valores encontrados no Ativo Circulante. Todavia a maioria comunga com a soma do Ativo Circulante acrescida do Ativo Realizável a Longo Prazo que hoje integra o Grupo do Ativo Não Circulante. Vale ressaltar que se considera o Realizável a Longo Prazo como giro devido ao fato de que esse Grupo possui contas que também formam o Giro. Dessa forma, essas contas estão no Realizável a Longo Prazo apenas por força de Prazo de realização.

Seção 3 – As variações da necessidade de capital de giro

Assim como uma empresa poderá conceder crédito através das vendas a prazo, ela poderá também utilizar-se da concessão de créditos, ao comprar a prazo suas mercadorias para revenda.



Dessa forma, conhecer o giro do crédito a receber bem como das obrigações é extremamente importante, pois os prazos devem andar em harmonia, para que não resultem em falta de liquidez da empresa.

Segundo Matarazzo (2003), uma das descobertas mais interessantes da Análise de Balanços é a de que, através dos dados das Demonstrações Contábeis, podem ser calculados, por exemplo, quantos dias, em média, a empresa terá de esperar para receber suas duplicatas. Outros índices que podem ser calculados são os de Prazo Médio de Renovação de Estoque e Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores.

Vale ressaltar que tais índices devem ser analisados sempre em conjunto. A conjugação dos três índices de prazos médios leva à análise dos ciclos operacionais e ciclos financeiros.

Para avaliar as variações da Necessidade de Capital de Giro, vamos recorrer a alguns indicadores e utilizar as Demonstrações Contábeis a seguir destacadas.

Tabela 2.3 – Balanço Patrimonial Reestruturado

EMRESA UNIVERCITÓPOLIS					
BALANÇO PATRIMONIAL – 31/12/XI - REESTRUTURADO					
ATIVO	2006	2007	PASSIVO	2006	2007
Circulante	790,00	980,00	Circulante	480,00	930,00
Caixa e Equivalente de Caixa	100,00	160,00	Obrigação das Operações	280,00	670,00
Banco	100,00	160,00	Ordenados a Pagar	120,00	150,00
			Impostos a Recolher	60,00	70,00
Créditos das Operações	690,00	820,00	Fornecedores	100,00	450,00
Clientes	340,00	370,00			
Perdas Est. Créd. Liquidação Duvidosa	0,00	0,00			
Estoques	350,00	450,00	Outras Obrigações	200,00	260,00
Mercadorias p/Revenda	350,00	450,00	Empréstimos Bancários	100,00	150,00
			Duplicatas Descontadas	100,00	110,00
Despesas de Exercício Seguinte	0,00	0,00			
Seguros a Vencer	0,00	0,00			
Não Circulante	1.660,00	2.240,00	Não Circulante	500,00	550,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	100,00	50,00	Financiamentos Longo Prazo	500,00	550,00
Aplicação Financeira L. P	100,00	50,00			
Investimentos	300,00	450,00	Patrimônio Líquido	1.470,00	1.740,00
Ouro	300,00	450,00	Capital Social	1.300,00	1.300,00
Imobilizado	760,00	940,00			
Veículos	760,00	940,00	Reserva de Lucro	170,00	440,00
Deprec. Acumulada S/Veículos	0,00	0,00			
Intangível	500,00	800,00			
Marca	500,00	800,00			
Gastos C/Proj. Des. Novo Produto		0,00			
Amortização Acumulada S.GPDNP		0,00			
TOTAL DO ATIVO	2.450,00	3.220,00	TOTAL DO PASSIVO	2.450,00	3.220,00

Fonte: Elaboração dos autores (2014).

Tabela 2.4 – Demonstração do Resultado do Exercício de 2007

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO OU PERÍODO			
EMPRESA - UNIVERSITÓPOLIS - 31/12/X1			
	OPERAÇÕES CONTINUADAS	2006	2007
1	RECEITA BRUTA DE VENDAS	7.600,00	6.500,00
	Receitas de Vendas de Bens	7.600,00	6.500,00
	Receitas de Serviços		
2	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	2.636,80	2.161,00
	Vendas Canceladas	0,00	
	Descontos Incondicionais Concedidos	300,00	145,00
	Devoluções de Vendas	462,00	420,00
	Impostos Sobre as Vendas		
	ICMS s/Vendas	1.213,46	1.033,60
	PIS s/Vendas	118,85	100,32
	COFINS s/Vendas	542,49	462,08
3	RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	4.963,20	4.339,00
4	(-) Custos das Vendas	3.100,00	2.820,00
	Custo das Mercadorias Vendidas	3.100,00	2.820,00
	Custos dos Serviços Vendidos		
5	LUCRO BRUTO (3 - 4)	1.863,20	1.519,00
6	(+/-) Despesas e Receitas Operacionais	1.179,52	850,97
	(-) Despesas Comerciais	326,00	136,25
	(-) Despesas Administrativas	923,52	764,72
	(+) Outras Receitas Operacionais	0,00	0,00
	(-) Outras Despesas Operacionais	0,00	0,00
	(+ / -) Resultado da Equivalência Patrimonial	70,00	50,00
	(+) Resultado Positivo Avaliação pelo MEP	70,00	50,00
7	RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS	683,68	668,03
	7.a (+) Receitas Financeiras	220,00	150,00
	7.b (-) Despesas Financeiras	-480,00	-450,00
8	RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	423,68	368,03
9	Imposto de Rendas (15%) + (10% sobre o que exceder a R\$ 60.000,00)	63,55	55,21

10	Contribuição Social (9%)	38,13	33,12
11	RESULTADO ou LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	322,00	279,70
12	OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	0,00	0,00
	(+/-) Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	0,00	-16,70
	12.b) Lucro/Resultado Líquido de baixas de ativos e mensuração a valor justo		
13	RESULTADO OU LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO OU PERÍODO (11 (+/-) 12)	322,00	263,00

NOTA: Impostos e Contribuições calculados pelo Lucro Real

Após a reestruturação do Balanço Patrimonial, você precisa calcular os Prazos Médios de Rotação de Estoques, de Recebimento de Clientes e de Pagamentos de Fornecedores.

Assim, como não poderia deixar de ser, é preciso recorrer às fórmulas empregadas na disciplina Análise das Demonstrações Contábeis I.

Índice de Rotação de Estoques

A relação entre o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) e o Estoque Médio revela o prazo médio de rotatividade dos estoques, possibilitando uma avaliação mais segura, especialmente quando da tomada de decisão em relação às compras.

$$\frac{\text{CMV}}{\text{Estoque Médio}} = \text{Índice}$$

O Estoque Médio corresponde ao valor do Estoque Inicial adicionado ao valor do Estoque Final, dividido por 2.

$$\text{Prazo} = \frac{\text{Tempo}}{\text{Índice}} = (360 \text{ dias})$$



Observação: Estamos considerando 360 (ou 365) dias, o que corresponde a um ano. Se o Índice de Rotação for apurado mensal ou semestralmente, o número de dias deve ser ajustado para corresponder ao período indicado.

Coletando os dados nas Demonstrações Contábeis da empresa em estudo, teremos os elementos necessários para exemplificar e visualizar, na prática, como se procede à apuração e à interpretação desse indicador.

Dados:

C. M. V. R\$ 2.820,00

Estoque Inicial R\$ 350,00

Estoque Final R\$ 450,00

Resolução:

$$\frac{\text{CMV}}{\text{Estoque Médio}} = \frac{\text{R\$ 2.820,00}}{\frac{\text{R\$ 350,00} + \text{R\$ 450,00}}{2}} = 7,05$$

$$\text{PMRE} = \frac{360}{7,05} = 51,06 \text{ dias}$$

O resultado mostra que, em 2007, a cada 51 dias, aproximadamente, os estoques foram renovados pela empresa, girando 7,05 vezes no decorrer do exercício.

Índice de Rotação de Clientes

Este índice é a relação entre o valor da conta Clientes ou Duplicatas a Receber adicionado ao valor das Vendas a Prazo realizadas no período menos o saldo final da conta Clientes, dividindo-se pelo valor médio dos direitos a receber registrados na conta Cliente.

$$\frac{S.I \text{ Clientes} + \text{Vendas a Prazo} - S. F \text{ Clientes}}{\frac{S. I \text{ Clientes} + S. F \text{ Clientes}}{2}}$$

Onde:

S.I = Saldo Inicial da conta Clientes

S.F= Saldo Final da conta Clientes

Vendas Líquidas = {Venda Bruta – Devoluções de Vendas – Descontos Incondicionais Concedidos (Abatimentos)}

Observação: O valor das Vendas a Prazo deve ser obtido através de análise de cada uma das vendas ocorridas no período e registradas na Contabilidade da empresa, pois, ao longo do exercício, são realizadas vendas à vista e a prazo. Assim, para nossa exemplificação, estamos considerando como se todas as vendas tivessem sido realizadas a prazo. Portanto o valor das Vendas a Prazo é considerado igual ao das Vendas Líquidas.

Dados:

S.I Clientes R\$ 340,00

S.F Clientes R\$ 370,00

Vendas Líquidas R\$ 6.500,00 – R\$ 145,00 – R\$ 420,00 = R\$ 5.935,00



Não esqueça que estamos considerando como se todas as vendas tivessem sido realizadas a prazo.

$$\text{Prazo} = \frac{\text{Tempo}}{\text{Índice}} = (360 \text{ dias})$$

Vamos exemplificar, para visualizarmos, na prática, como se procede à apuração e à interpretação desse indicador.

Dados:

S.I Clientes R\$ 340,00

S.F Clientes R\$ 370,00

Vendas Líquidas R\$ 6.500,00 – R\$ 145,00 – R\$ 420,00 = R\$ 5.935,00

Resolução:

$$\frac{\text{R\$ 340,00} + \text{R\$ 5.935,00} - \text{R\$ 370,00}}{\text{R\$ 340,00} + \text{R\$ 370,00}} = 16,63$$

$$\frac{\text{R\$ 340,00} + \text{R\$ 370,00}}{2}$$

2

$$\text{PMRC} = \frac{360}{16,63} = 21,64 \text{ dias}$$

16,63

Do resultado apurado, podemos concluir que, em 2007, a cada 21 dias, aproximadamente, a empresa recebeu recursos de seus clientes, o que representa uma rotação de cerca de dezesseis vezes e meia ao longo do exercício.

Índice de Rotação de Pagamento a Fornecedores

É a relação entre o valor da conta Fornecedor ou Duplicatas a Pagar adicionado ao valor das Compras a Prazo realizadas no período, dividindo-se o somatório pelo valor médio das obrigações a pagar registrado na conta Fornecedores.

$$\frac{S. I. F + \text{Compras a Prazo} - S. F. F}{S. I. F + S. F. F}$$

$$\frac{S. I. F + S. F. F}{2}$$

2

Onde:

S.I.F = Saldo Inicial da conta Fornecedor

S.F.F = Saldo Final da conta Fornecedor

Compras a Prazo: Para identificar o valor das compras, você terá de utilizar a Fórmula:

$$\text{CMV} = \text{Estoque Inicial} + \text{Compras} - \text{Estoque Final}$$



Observação: Assim como ocorre no caso das Vendas, ao longo do exercício também ocorrem compras à vista e a prazo. Essa é uma tarefa do Contador, identificar nos registros da Contabilidade qual o valor efetivo das Compras a Prazo. Assim, também estamos considerando que todas as compras tenham sido realizadas a prazo.

$$\text{Prazo} = \frac{\text{Tempo}}{\text{Índice}} = (360 \text{ dias})$$

Dados:

S.I Fornecedor.....R\$ 100,00

S.F Fornecedor..... R\$ 450,00

Para encontrarmos o valor das compras, basta utilizar a fórmula abaixo:

$$\text{CMV} = \text{Estoque Inicial} + \text{Compras} - \text{Estoque Final}$$

$$\text{R\$ } 2.820,00 = \text{R\$ } 350,00 + \text{Compras} - \text{R\$ } 450,00$$

$$\text{R\$ } 2.820,00 - \text{R\$ } 350,00 + \text{R\$ } 450,00 = \text{Compras}$$

$$\text{Compras} = \text{R\$ } 2.820,00 - \text{R\$ } 350,00 + \text{R\$ } 450,00$$

Compras = R\$ 2.920,00 (Não esqueça que estamos considerando como se todas as Compras tivessem sido realizadas a prazo)

Resolução:

$$\frac{\text{R\$ } 100,00 + \text{R\$ } 2.920,00 - \text{R\$ } 450,00}{\text{R\$ } 100,00 + \text{R\$ } 450,00} = 9,35$$

$$\frac{\text{R\$ } 100,00 + \text{R\$ } 450,00}{2}$$

2

$$\text{PMRC} = \frac{360}{9,35} = 38,5 \text{ dias}$$

O resultado evidencia que, em 2007, a cada 38 dias, aproximadamente, a empresa renova a dívida com seus Fornecedores e, também, o prazo médio que os fornecedores concedem à empresa para pagamento de suas compras. Vale ressaltar que os prazos médios para pagamento de dívidas devem ser superiores aos concedidos aos clientes para manter o nível de liquidez adequado aos negócios.

Ciclo Operacional

O resultado da análise do Ciclo Operacional demonstra o tempo que o dinheiro da empresa leva para retornar ao caixa, ou seja, contempla o período compreendido entre a realização da venda e o prazo de recebimento dos clientes. Podemos dizer, também, que é a soma do Prazo Médio de Rotação de Estoques ao Prazo Médio de Recebimento de Clientes.

$$\text{CO} = \text{PMRE} + \text{PMRC}$$

$$\text{CO} = 51,06 + 21,64 = 72,70 \text{ dias}$$

O Ciclo Operacional da empresa ou entidade, em 2007, é de 72 dias. Ou seja: o dinheiro da empresa em estudo leva 72 dias para retornar ao caixa.

Ciclo Financeiro

Também denominado por alguns autores como Ciclo de Caixa, corresponde ao tempo que a empresa possui de folga de caixa, ou tempo de que ela dispõe para recorrer a Capitais de Terceiros. Se positivo o resultado, significa necessidade da empresa de recorrer a empréstimos para poder pagar em dia seus fornecedores. Se negativo, significa folga para pagar seus fornecedores.

PMRE + PMRC – PMPF

Dados:

Prazo Médio de Rotação de Estoques = 51,06 dias

Prazo Médio de Recebimento de Clientes = 21,64 dias

Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores = 38,5 dias

Ciclo Financeiro – CF = 51,06 + 21,64 – 38,5 = 34,20 dias

Considerando que o Ciclo Operacional é o resultado da soma do Prazo Médio de Rotação de Estoques com o Prazo Médio de Recebimento de Clientes, o Ciclo Financeiro poderá ser obtido também através da fórmula abaixo:

CF = Ciclo Operacional – PMPF

CF = 72,70 – 38,5 = 34,20 dias

Como o resultado foi positivo, isto demonstra que a empresa poderá ter que recorrer a empréstimos para poder pagar seus fornecedores em dia. Portanto o ideal seria a empresa procurar renovar seus estoques e receber de seus clientes em prazos cada vez menores e, se possível, conseguir negociar, no sentido de estender o prazo de pagamento de seus fornecedores. Assim, alcançará folga para trabalhar, sem necessidade de recorrer a empréstimos.

Você pode trabalhar com o Ciclo Financeiro Equivalente, e para tanto, precisa calcular os Prazos Médios Equivalentes de Rotação de Estoques e de Pagamento de Fornecedores. Para tanto, são necessários os seguintes dados:

Dados:

Prazo Médio de Rotação de Estoques	51,06 dias
Prazo Médio de Recebimento de Clientes.....	21,64 dias
Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores.....	38,5 dias
C.M.V.....	R\$ 2.820,00
Vendas Líquidas (estamos considerando a prazo).....	R\$ 5.935,00
Compras (estamos considerando a prazo).....	R\$ 2.920,00

$$\text{PMRE equivalente} = 51,06 \times \frac{\text{R\$ } 2.820,00}{\text{R\$ } 5.935,00} = 24,26 \text{ dias}$$

$$\text{PMRE equivalente} = 38,05 \times \frac{\text{R\$ } 2.920,00}{\text{R\$ } 5.935,00} = 18,94 \text{ dias}$$

Calculados os Prazos Médios de Rotação de Estoques e de Pagamentos de Fornecedores Equivalentes, você pode calcular também o Ciclo Financeiro Equivalente, que ficará assim:

Ciclo Financeiro Equivalente = PMREeq + PMRC – PMPFeq

$$\text{CFeq} = 24,26 + 21,64 - 18,94$$

$$\text{CFeq} = 26,96 \text{ dias}$$

Embora o resultado seja inferior ao cálculo do Ciclo Financeiro anterior, mesmo assim a empresa ainda demonstra necessidade de recorrer a empréstimos para pagar seus fornecedores em dia ou renegociar seus prazos. É importante considerar que, trabalhando com os prazos médios, você fica mais próximo (a) da realidade, pois eles consagram a variação ocorrida no período de apuração.

Para análise das Variações das Necessidades de Capital de Giro, você precisa calcular a Necessidade de Capital de Giro e sua equivalente.

Necessidade de Capital de Giro

A Necessidade de Capital de Giro representa quanto a empresa precisa buscar de recursos junto a terceiros para cobrir suas necessidades de Ativos Financeiros, ou quanto ela necessita de recursos para cumprir as aplicações realizadas nos elementos que integram o Capital de Giro. Apura-se a Necessidade Capital de Giro com a utilização da seguinte fórmula:

NCG = Ciclo Financeiro x Vendas Diárias + Ajustes

Onde:

Vendas Diárias = Vendas Líquidas / 360 dias

Ajustes = Valores a receber, decorrentes das operações, constantes do Ativo Circulante, que não fazem parte ou foram utilizados nos Prazos Médios – (menos) valores, decorrentes das operações, registrados no Passivo Circulante, que também não fazem parte ou foram utilizados nos cálculos dos Prazos Médios.

Resolução:

$$\text{VENDAS DIÁRIAS} = \frac{\text{R\$ 5.935,00}}{360} = 16,49 \text{ dias}$$

AJUSTES:

Ativo Circulante = Não existe valores a receber que não foram utilizados nos Prazos Médios.

Passivo Circulante = Ordenados a Pagar R\$ 150,00
Impostos a Pagar R\$ 70,00

$$\begin{aligned} \text{AJUSTES} &= \text{R\$ 0,00} - (\text{R\$ 150,00} + \text{R\$ 70,00}) = - \text{R\$ 220,00} \\ \text{NCG} &= 34,20 \text{ dias} \times 16,49 + (- \text{R\$ 220,00}) \\ &= \text{R\$ 563,95} - \text{R\$ 220,00} \\ &= \text{R\$ 343,95} \end{aligned}$$

Você pode observar que, no cálculo dos Prazos Médios, assim como nos Ajustes, utilizaram-se apenas os valores a receber pertinentes aos elementos decorrentes das operações da empresa, isto é, Cliente, Estoques, Fornecedores, Ordenados a Pagar e Impostos a Recolher etc.

Assim, podemos dizer que, no cálculo da Necessidade de Capital de Giro, foram levados em consideração tão somente elementos que fazem ou fizeram parte das operações da empresa. Portanto é preciso analisar a composição do Balanço Patrimonial para avaliar os recursos de terceiros disponíveis para financiamento do giro e, dessa forma, identificar a real Necessidade de Capital Giro.

Se analisarmos o lado do Ativo, vamos verificar que as Disponibilidades já foram utilizadas no cálculo dos Ajustes e não podem mais ser consideradas como disponíveis. Do lado do Passivo, temos a conta Empréstimos Bancários que, em XI, contempla o valor de R\$ 260,00. Porém, como a Necessidade de Capital de Giro inicialmente calculada é de R\$ 343,95, teremos uma necessidade (líquida) de recursos no valor de R\$ 83,95. Pode-se, portanto, concluir que os recursos de terceiros disponíveis no Passivo Circulante, isoladamente, não serão capazes de suprir as necessidades de recursos da empresa.

Assim, teremos que verificar se existe disponibilidade de Capital de Giro Próprio para cobrir essa diferença. O Capital de Giro Próprio é obtido através da seguinte fórmula:

$$\text{CGP} = \text{Patrimônio Líquido} - (\text{Ativo Fixo} - \text{Financiamentos de Longo Prazo})$$

Onde:

$$\text{Ativo Fixo} = \text{Investimentos Permanente} + \text{Imobilizado} + \text{Intangível}$$

Coletando os dados no Balanço Patrimonial da empresa em estudo, teremos os seguintes elementos:

Patrimônio Líquido	R\$ 1.740,00
Investimentos Permanentes	R\$ 450,00
Imobilizado	R\$ 940,00
Intangível	R\$ 800,00
Financiamentos de Longo Prazo.....	R\$ 550,00

$$\text{CGP} = \text{R\$ 1.740,00} - (\text{R\$ 450,00} + \text{R\$ 940,00} + \text{R\$ 800,00} - \text{R\$ 550,00})$$

$$\text{CGP} = \text{R\$ 1.740,00} - \text{R\$ 1.640,00} = \text{R\$ 100,00}$$

Considerando que, descontado o valor correspondente a Duplicatas Descontadas e aos Empréstimos Bancários do Passivo Circulante, tínhamos uma Necessidade de Capital de Giro líquida no valor de R\$ 83,95, e tendo em vista que, além das aplicações já consideradas no Circulante, a empresa conta, ainda, com uma aplicação de R\$ 50,00 no Ativo Realizável a Longo Prazo, e, sendo o Capital de Giro Próprio no valor de apenas R\$ 100,00, podemos assegurar

que tais valores praticamente suprem a Necessidade Capital de Giro, que cairá para apenas R\$ 33,95.

A Necessidade de Capital de Giro Equivalente é calculada com a utilização da mesma fórmula, substituindo-se apenas o Ciclo Financeiro pelo Ciclo Financeiro Equivalente. Você terá então:

$$\text{NCG equivalente} = \text{CFeq} \times \text{Vendas Diárias} + \text{Ajustes}$$

$$\text{NCG equivalente} = 26.96 \text{ dias} \times 16,49 + (- \text{R\$ } 220,00)$$

$$= \text{R\$ } 444,57 - \text{R\$ } 220,00$$

$$= \text{R\$ } 224,57$$

Observe, portanto, que, trabalhando o Ciclo Financeiro Equivalente, ocorreu um melhor ajuste na Necessidade de Capital de Giro, com redução de R\$ 343,95, **para apenas R\$ 224,57**. Tal necessidade é perfeitamente suprida com os recursos de terceiros.

Análise das Variações da Necessidade de Capital de Giro

Dentre as causas resultantes das Variações da Necessidade de Capital de Giro, você pode destacar os prazos, sejam eles de Rotação de Estoques, Recebimento de Clientes e/ou Pagamento de Fornecedores.

O Ciclo Operacional que é formado pela adição do Prazo Médio de Rotação de Estoques ao Prazo Medido de Recebimento de Clientes representa o período que a empresa leva ou deve investir desde a produção ou compra dos produtos até o efetivo recebimento das suas vendas. Assim, uma redução desses prazos é de fundamental importância, pois significa que ela está obtendo um considerável indicador de Giro de seus Ativos.

O **Ciclo Financeiro** que é formado pela soma do Prazo Médio de Rotação de Estoques ao Prazo Medido de Recebimento de Clientes e em seguida, a subtração do Prazo Médio de Pagamento aos Fornecedores **indica** o tempo que a empresa possui de folga de caixa, ou o tempo que ela dispõe para recorrer aos Capitais de Terceiros. Assim, se positivo o resultado, significa necessidade da empresa de recorrer a empréstimos para poder

pagar em dia seus fornecedores e, se negativo, significa folga para pagar seus fornecedores.

Portanto, para a empresa, o ideal seria aumentar o Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores, mantendo ou reduzindo o Prazo Médio de Recebimento de Clientes. Com isso, ela teria mais folga no que se refere ao giro.

Outro aspecto ou causa importante a ser considerada diz respeito ao fato de que os investimentos realizados no decorrer do Ciclo Operacional não são fixos, haja vista irem os custos sendo agregados de acordo com o processo de produção ou compra dos produtos. Estando os produtos prontos, os níveis de investimentos se elevam com a inclusão de novos elementos de custos (embalagens, armazenagem, etc.), o mesmo ocorre quando da realização das vendas.

No caso dos investimentos patrocinados pelos Fornecedores, estes, sim, são fixos, e o não respeito dos prazos estabelecidos implica a agregação de outros indicadores de custos.

Veja, por exemplo, que, se em 2007, tivesse sido mantido o mesmo nível dos Estoques de relação a 2006, isto é, no valor de R\$ 350,00, com o mesmo montante do CMV, o Prazo Médio de Rotação de Estoques cairia para 45 dias. Isto significa dizer que os níveis de Estoques também devem ser regularmente controlados, pois o aumento destes pode representar uma maior necessidade de investimentos externos.

Você pode também observar que o Índice de Rotação é inversamente proporcional aos Prazos Médios de Rotação e, assim, sempre que ocorrer um aumento no Índice de Rotação, ocorrerá inversamente uma redução do Prazo Médio de Rotação.

Desta forma, se a empresa gerar um menor volume de Compras a Prazo em relação ao total das Vendas, com certeza terá um menor Índice de Rotação e um maior Prazo de Rotação.

Isto é facilmente identificável no exemplo em estudo, pois, caso as Compras representassem 80% do valor total das aquisições, teríamos o seguinte Índice e Prazo de Rotação de Fornecedores:

(Compras = R\$ 2.920,00 x 80% = R\$ 2.336,00).

Resolução:

$$\frac{\text{R\$ } 100,00 + \text{R\$ } 2.336,00 - \text{R\$ } 450,00}{\text{R\$ } 100,00 + \text{R\$ } 450,00} = 7,22$$

$$\frac{\text{R\$ } 100,00 + \text{R\$ } 450,00}{2}$$

2

$$\text{PMRF} = \frac{360}{7,22} = 49,85 \text{ dias}$$

Conforme você pode observar, o Índice de Rotação de Pagamento de Fornecedores cai de 9,35 para 7,22 e, como consequência, aumenta o Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores de 38,5, para 49,85 dias.

Concluindo os estudos deste Capítulo, não é demais destacar que estes indicadores nunca devem ser analisados de forma isolada. Configura-se como indispensável que os mesmos sejam comparados com outros períodos de apuração e, também, com índices – padrão de outras empresas do ramo, para que se possam conhecer as tendências dos negócios.



Síntese

Nesta unidade, você teve a oportunidade de conhecer e estudar os aspectos e as características da Análise do Capital de Giro das empresas.

Pôde observar que ele é formado pelos elementos que integram o Ativo Circulante mais o Realizável a Longo Prazo, devendo apenas deles serem excluídos os elementos que distorcem a situação financeira da entidade em dado momento e que estão no Balanço apenas por força de lei. Logo, assim como estudado na disciplina Análise das Demonstrações Contábeis I, é preciso reestruturar o Balanço Patrimonial, para que se identifique, com precisão, o Capital de Giro, bem como várias outras informações.

Você também conheceu as principais causas que demandam as variações da Necessidade de Capital de Giro, em especial, os Índices e os Prazos Médios de Rotação de Estoques, Recebimento de Clientes e Pagamento de Fornecedores, pois estes exercem influências diretas nas relações com os volumes de Custos dos Produtos, bem como das Compras e Vendas a Prazo.



Atividades de autoavaliação

1. Com base nas Demonstrações Contábeis abaixo, calcule o Ciclo Operacional relativo a 2006 e comente o resultado apurado:

COMPANHIA DOS ANJOS BALANÇO PATRIMONIAL – EM 31/12/2006					
ATIVO	2005	2006	PASSIVO	2005	2006
Circulante	86.174,00	119.728,00	Circulante	36.316,00	72.724,00
Caixa	7.693,00	8.050,00	Fornecedores	14.035,00	17.925,00
Clientes	44.245,00	54.400,00	Impostos a Pagar	4.281,00	7.989,00
Estoques	34.236,00	57.278,00	Ordenados a Pagar	5.000,00	7.186,00
			Empréstimos Bancários	13.000,00	39.624,00
Não Circulante	34.616,00	56.211,08	Não Circulante	32.453,00	51.169,00
Ativo Realizável L. P.	6.672,00	9.124,00	Financiamentos LP	32.453,00	51.169,00
Investimentos	5.855,00	7.413,00	Patrimônio Líquido	52.021,00	52.046,08
Imobilizado	22.089,00	39.674,08	Capital social	37.000,00	37.000,00
			Reserva de Capital	10.738,40	10.738,40
			Reserva de Lucros	4.282,60	4.307,68
TOTAL DO ATIVO	120.790,00	175.939,08	TOTAL DO PASSIVO	120.790,00	175.939,08

Fonte: Elaboração dos autores (2014).

COMPANHIA DOS ANJOS			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - 31/12/2006			
	OPERAÇÕES CONTINUADAS	2005	2006
1	RECEITA BRUTA DE VENDAS	111.656,00	164.315,00
	Receitas de Vendas de Bens	111.656,00	164.315,00
	Receitas de Serviços		
2	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	29.309,70	43.132,69
	Vendas Canceladas	0,00	0,00
	Descontos Incondicionais Concedidos	0,00	0,00
	Devoluções de Vendas	0,00	0,00
	Impostos Sobre as Vendas	29.309,70	43.132,69
	ICMS s/Vendas	18.981,52	27.933,55
	PIS s/Vendas	1.842,32	2.711,20
	COFINS s/Vendas	8.485,86	12.487,94
3	RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	82.346,30	121.182,31
4	(-) Custos das Vendas	39.163,30	60.834,31
	Custo das Mercadorias Vendidas	39.163,30	60.834,31
	Custos dos Serviços Vendidos		
5	LUCRO BRUTO (3 -4)	43.183,00	60.348,00
6	(+/-) Despesas e Receitas Operacionais	28.394,00	44.284,00
	(-) Despesas Comerciais	7.902,00	15.654,00
	(-) Despesas Administrativas	20.492,00	28.630,00
	(+) Outras Receitas Operacionais	0,00	0,00
	(-) Outras Despesas Operacionais	0,00	0,00
	(+ / -) Resultado da Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
7	RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS	14.789,00	16.064,00
	7.a (+) Receitas Financeiras	1.450,00	1.520,00
	7.b (-) Despesas Financeiras	-10.604,00	-11.916,00
8	RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	5.635,00	5.668,00
9	Imposto de Rendias (15%) + (10% sobre o que exceder a R\$ 60.000,00)	845,25	850,20
10	Contribuição Social (9%)	507,15	510,12
11	RESULTADO ou LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	4.282,60	4.307,68
12	OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	0,00	0,00
	(+/-) Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	0,00	0,00
	12.b) Lucro/Resultado Líquido de baixas de ativos e mensuração a valor justo		
13	RESULTADO OU LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO OU PERÍODO (11 (+/-) 12)	4.282,60	4.307,68

2. Com Base nas Demonstrações Contábeis da empresa destacadas na primeira atividade de autoavaliação, se as Compras a Prazo subissem 10%, mantendo o Saldo Inicial de Estoques e o mesmo volume das vendas, qual seria o Saldo Final dos Estoques, Índice de Rotação de Estoques e Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores?



Saiba mais

Colega, assim como foi feito no final da Unidade 1, vamos indicar a você obras que poderão ser consultadas para aprofundamento dos estudos do conteúdo tratado nesta unidade.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações financeiras: estrutura, análise e interpretação**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SÁ, Antônio Lopes de. **Moderna análise de balanços ao alcance de todos**. Curitiba: Juruá, 2005.

Análise dos Investimentos Operacionais



Objetivos de aprendizagem

- Compreender os aspectos e características pertinentes aos Investimentos Operacionais.
- Aprimorar conhecimentos acerca das fontes dos Investimentos Operacionais.



Seções de estudo

- Seção 1** Definições e finalidade dos investimentos operacionais
- Seção 2** Fontes dos investimentos operacionais



Para início de estudo

Na unidade anterior, você teve a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos no que se refere ao Capital de Giro das empresas, bem como suas fontes de financiamento. Nesta unidade, você aprenderá como encontrar os investimentos operacionais na totalidade dos investimentos da empresa, bem como sua definição e seus aspectos.

Segundo Braga (2006, p. 161), o Ativo total representa o montante dos capitais investidos pela empresa em atividades operacionais e não operacionais. Compreende, portanto, os investimentos totais (Ativo Circulante + Ativo Não Circulante), cujo montante, em condições normais, será igual ao valor total das fontes de financiamento (Patrimônio Líquido + Passivo Circulante e mais o Passivo Não Circulante).

Veja, portanto, como identificar os investimentos operacionais e suas aplicações na empresa.

Seção 1 – Definições e finalidade dos investimentos operacionais

Os **investimentos operacionais** são aplicações destinados às atividades de produzir/comercializar bens e/ou serviços, bem como bens/direitos que auxiliam na produção/comercialização e/ou prestação de serviços da entidade, ou seja, são os recursos efetivamente aplicados nas atividades pertinentes ao objeto da empresa. Em outras palavras, no ramo de negócio para o qual a empresa foi criada.

Já os **investimentos não operacionais** consistem em aplicações que não estão ligadas diretamente à atividade fim da empresa. Esses recursos normalmente são inseridos no grupo Investimentos com caráter permanente.

Tomando-se por base o Balanço Patrimonial em sua forma estática, para encontrar o valor dos Investimentos Operacionais basta deduzir do valor do Ativo Total o valor do Subgrupo dos Investimentos Permanentes do Grupo do Ativo Não Circulante, ou seja, exclui-se do Ativo Total o valor dos Investimentos de caráter permanente. O saldo representa os demais elementos que formam os Investimentos Operacionais da empresa.

Observe o Balanço Patrimonial abaixo, que já se encontra reestruturado, como apurar os Investimentos Operacionais da empresa:

Tabela 3.1 – Ativo Operacional

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO	
Circulante	10.000,00	Circulante	10.000,00
Não circulante	42.000,00		
Realizável a Longo Prazo	12.000,00	Não Circulante	6.000,00
Investimentos Permanentes	5.000,00		
Imobilizado	20.000,00	Patrimônio Líquido	36.000,00
Intangíveis	5.000,00		
Total	52.000,00	Total	52.000,00
Ativo Operacional = Ativo Total – Subgrupo Investimento			
Ativo Operacional = 52.000,00 – 5.000,00 = 47.000,00			

Conforme se denominam, os investimentos operacionais têm por finalidade viabilizar o desenvolvimento do negócio ou a atividade objeto da empresa e, de acordo com o que você teve oportunidade de estudar na disciplina Análise das Demonstrações Contábeis I, o patrimônio das empresas é financiado por capitais (recursos) próprios e de terceiros.

Assim, a análise dos investimentos consiste em demonstrar as participações dos recursos próprios e de terceiros nos Investimentos Operacionais na empresa.

Uma das técnicas utilizadas para a Análise dos Investimentos Operacionais de Caixa ou Giro é a Matriz, instituída pelo

saudoso Antonio Lopes de Sá em uma de suas grandes obras que traz como título “Introdução à Análise dos Balanços”.

Segundo Sá (1981, p. 47), a Matriz discrepa em relação à estrutura do Balanço, porque ela representa dados “arrumados”. Essa é uma das razões pela qual o Balanço Patrimonial deve ser reestruturado.

Tabela 3.2 – Balanço Patrimonial Reestruturado

BALANÇO PATRIMONIAL - EMPRESA UNIVERSITÓPOLIS					
Em - 31/12/2007 – REESTRUTURADO					
ATIVO	2006	2007	PASSIVO	2006	2006
Circulante	790,00	980,00	Circulante	480,00	930,00
Caixa e Equivalente de Caixa	100,00	160,00	Obrigação das Operações	280,00	670,00
Banco	100,00	160,00	Ordenados a Pagar	120,00	150,00
Créditos das Operações	690,00	820,00	Impostos a Recolher	60,00	70,00
Clientes	340,00	370,00	Fornecedores	100,00	450,00
Estoques	350,00	450,00	Outras Obrigações	200,00	260,00
Mercadorias p/Revenda	350,00	450,00	Empréstimos Bancários	100,00	150,00
			Duplicatas Descontadas	100,00	110,00
Não Circulante	1.660,00	2.240,00			
Ativo Realizável a Longo Prazo	100,00	50,00	Não Circulante	500,00	550,00
Aplicação Financeira L. P	100,00	50,00	Financiamentos Longo Prazo	500,00	550,00
Investimentos	300,00	450,00			
Ouro	300,00	450,00	Patrimônio Líquido	1.470,00	1.740,00
Imobilizado	760,00	940,00	Capital Social	1.300,00	1.300,00
Veículos	760,00	940,00			
Deprec. Acumulada S/Veículos	0,00	0,00	Reserva de Lucro	170,00	440,00
Intangível	500,00	800,00			
Marca	500,00	800,00			
TOTAL DO ATIVO	2.450,00	3.220,00	TOTAL DO PASSIVO	2.450,00	3.220,00

Fonte: Elaboração dos autores (2014).

Segundo Sá (1981, pp. 47 e 119), o Balanço Patrimonial precisa ser preparado para a elaboração da Matriz.



A **matriz** consiste em uma técnica de análise utilizada para evidenciar, de forma clara e objetiva, as origens de recursos, a disposição da empresa no Balanço Patrimonial, bem como suas aplicações no Ativo. Através dela, é possível verificar quais as fontes que financiam os Investimentos Operacionais e os Não Operacionais.

Como se elabora a Matriz?

Observe que, para facilitar o entendimento, vamos trabalhar apenas com os Grupos e contas que possuem valores.

Seguindo seus ensinamentos acerca dessa Técnica de Análise dos Investimentos Operacionais de Caixa ou Giro, Sá (1981, p. 120) destaca que “a matriz é armada, possuindo, na VERTICAL, os valores do ATIVO e, na HORIZONTAL, os valores do PASSIVO.”

Portanto o primeiro passo consiste em agrupar as contas do Ativo no sentido inverso à aquele contemplado no Balanço Patrimonial, ou seja, as contas do Ativo serão dispostas, na Matriz, em ordem crescente do Grau de Liquidez. Inicia com o Subgrupo do Intangível e termina com as Disponibilidades (caixa e/ou Banco). No que se refere às contas do Passivo e Patrimônio Líquido: primeiramente, deverá aparecer a conta Financiamento a Longo Prazo, do Subgrupo do Passivo Não Circulante. Tal procedimento se dá em virtude de que estes financiamentos somente são concedidos para aplicação no incremento do parque produtivo da empresa, ou seja, no Imobilizado.

Continuando na preparação do Balanço, para elaboração da Matriz devem ser inseridas as contas que integram o Patrimônio Líquido, na mesma ordem do Balanço Patrimonial, seguindo-se com as contas do Subgrupo do Passivo Não Circulante, sem os Financiamentos a Longo Prazo, que já foram inicialmente considerados e, por fim, as contas do Passivo Circulante, na

ordem inversa àquela verificada no Balanço Patrimonial, isto é, na ordem crescente do grau de exigibilidade.

É importante observar que a Matriz vai nos permitir identificar e analisar qual ou quais grupos ou elementos está financiando os elementos que integram os Investimentos, ou seja, identificar qual ou quais origens estão financiando os elementos dos investimentos ou aplicações no Ativo.

Veja, na Tabela 3.3, como fica o Balanço Patrimonial preparado para a elaboração da Matriz.

Tabela 3.3 – Balanço Patrimonial preparado para a elaboração da matriz contábil

BALANÇO PATRIMONIAL - EMPRESA EXERCITÓPOLIS 31/12/2007 – REESTRUTURADO					
ATIVO	2006	2007	PASSIVO	2006	2007
Intangível	500,0	800,00	Financiamento de Longo Prazo	500,00	550,00
Imobilizado	760,00	940,00	Capital Social	1.300,00	1.300,00
Investimentos	300,00	450,00	Reserva de Lucro	170,00	440,00
Realizável a Longo Prazo	100,00	50,00	Duplicatas Descontadas	100,00	110,00
Estoques de Mercadorias p/ Revenda	350,00	450,00	Empréstimos Bancários	100,00	150,00
Clientes	340,00	370,00	Fornecedores	100,00	450,00
Caixa	100,00	160,00	Impostos a Recolher	60,00	70,00
			Ordenados a Pagar	120,00	150,00
TOTAL DO ATIVO	2.450,00	3.220,00	TOTAL DO PASSIVO	2.450,00	3.220,00

Fonte: Elaboração dos autores (2014).

Observe que a Matriz Contábil é elaborada com as contas do PASSIVO na Horizontal e as contas do ATIVO na Vertical. Veja, na Tabela abaixo, como fica elaborada a Matriz com as contas do Balanço Patrimonial Reestruturado.

Tabela 3.4 - Matriz Contábil referente ao Balanço Patrimonial de 2006

MATRIZ CONTÁBIL referente ao Balanço Patrimonial de 2006										
Financiamentos	Financiamentos	Capital Social	Reserva de Lucro	Duplicatas Descontadas	Empréstimos Bancários	Fornecedores	Impostos a Recolher	Ordenados a Pagar	TOTALS	%
Intangível		500,00							500,00	20,41%
Imobilizado	500,00	260,00							760,00	31,02%
Investimentos		300,00							300,00	12,24%
Realizável a LP		100,00							100,00	4,08%
Estoques		140,00	170,00	40,00					350,00	14,29%
Clientes				60,00	100,00	100,00	60,00	20,00	340,00	13,88%
Caixa								100,00	100,00	4,08%
Totais	500,00	1.300,00	170,00	100,00	100,00	100,00	60,00	120,00	2.450,00	100%
%	20,41%	53,06%	6,94%	4,08%	4,08%	4,08%	2,45%	4,90%	100%	

Fonte: Elaboração dos autores (2014).

Tabela 3.5 - Matriz Contábil referente ao Balanço Patrimonial de 2007

MATRIZ CONTÁBIL referente ao Balanço Patrimonial de 2007										
Financiamentos										
Investimentos	Financiamentos	Capital Social	Reserva de Lucro	Duplicatas Descontadas	Empréstimos Bancários	Fornecedores	Impostos a Recolher	Ordenados a Pagar	TOTALS	%
Intangível		800,00							800,00	24,84%
Imobilizado	550,00	390,00							940,00	29,19%
Investimentos		110,00	340,00						450,00	13,98%
Realizável a LP			50,00						50,00	1,55%
Estoque			50,00	110,00	150,00	140,00			450,00	13,98%
Clientes						310,00	60,00		370,00	11,49%
Caixa							10,00	150,00	160,00	4,97%
Totais	550,00	1.300,00	440,00	110,00	150,00	450,00	70,00	150,00	3.220,00	100%
%	17,08%	40,37%	13,66%	3,42%	4,66%	13,98%	2,17%	4,66%	100%	

Fonte: Elaboração dos autores (2014).

Após a elaboração das matrizes referentes aos anos de 2006 e 2007, você está munido(a) de uma ferramenta capaz de mostrar, através dos valores e/ou percentuais, a composição dos Investimentos Operacionais e os não Operacionais.

Seção 2 – Fontes dos investimentos operacionais

Observando as Matrizes abaixo, você pode perceber que, ao lado dos totais, foram também calculados os percentuais de cada elemento. Assim, você pode fazer a análise, utilizando tanto os valores como os percentuais.

Atenção! Observe que, na elaboração da Matriz, não há um método de rateio estabelecido. Ocorre, sim, a distribuição dos valores, partindo-se da conta Financiamentos a Longo Prazo, seguido dos elementos que formam o Patrimônio Líquido, finalizando com os componentes dos Passivos Não Circulantes (menos o Financiamento de Longo Prazo) e Passivo Circulante.

Veja que as distribuições dos valores dos financiamentos são efetuadas pelo método dedutivo, operando-se da esquerda para a direita, de forma que nos permite associar as origens de longo prazo com as aplicações no Ativo Fixo (permanente) e no Ativo Realizável a Longo Prazo. Seguindo esse mesmo raciocínio, também nos é permitido associar origens de curto prazo com aplicações de curto prazo.

2.1 – Analisando os Investimentos Operacionais em 2006

Partindo para a análise dos Investimentos Operacionais, primeiramente, é importante lembrar que, analisando o Balanço Patrimonial na sua forma estática, os Investimentos Operacionais correspondem ao Ativo Total deduzido do valor dos Investimentos Permanentes. Assim, em 2006, temos:

Dados: Ativo Total..... R\$ 2.450,00
 Investimentos Permanentes..... R\$ 300,00
 Investimentos Operacionais = R\$ 2.450,00 – R\$ 300,00 = R\$ 2.150,00

Se quisermos descobrir quais foram os Investimentos Operacionais referentes ao ano de 2006, basta recorrermos à Matriz anterior e teremos condições de avaliar cada um dos elementos que integram tais Investimentos.

Dos 100% dos Investimentos Operacionais realizados na empresa, neste caso R\$ 2.150,00: R\$ 1.260,00 (58,60%) correspondem aos Investimentos Operacionais Fixos (Intangível R\$ 500,00 e Imobilizado R\$ 760,00), ou estão representados por eles; e R\$ 890,00, ou 41,40%, (R\$ 890,00 / R\$ 2.150,00) correspondem aos Investimentos Operacionais de Giro (Realizável a Longo Prazo R\$ 100,00, Estoques R\$ 350,00,

Clientes R\$ 340,00 e Caixa R\$ 100,00), ou estão representados por eles.

Agora vejamos como estão sendo financiados os Investimentos Operacionais Fixo e de Giro, realizados na empresa que totalizam R\$ 2.150,00, no exercício de 2006.

Financiamento do Intangível

Se quisermos descobrir como foi financiado o subgrupo Intangível, referente ao ano de 2006, basta verificar qual a origem dos seus recursos.

Subgrupo Intangíveis / X0 = R\$ 500,00 (100%)

Analisando a composição da Matriz relativa ao exercício de 2006, podemos concluir que o Subgrupo do Intangível, que representa 20,41% do total dos investimentos realizados na empresa, e 23,26% (R\$ 500,00 X 100 / R\$ 2.150,00) dos Investimentos Operacionais, está sendo totalmente financiado, ou 100%, pelos Capitais Próprios, isto é, pelo Capital Social.

Podemos também observar que os Capitais Próprios, Capital Social e Reserva de Lucro representam 60,00% do total dos Financiamentos e/ou das Origens de Recursos conquistados pela empresa, no decorrer do exercício de 2006. Destes, 34,01% foram financiados ou estão aplicados no Subgrupo do Intangível.

Dados.: Intangível.....R\$ 500,00
 Capitais Próprios.....R\$ 1.470,00
 Capital Social..... R\$ 1.300,00
 Reserva de LucroR\$ 170,00

$$\frac{\text{R\$ 500,00 X 100}}{\text{R\$ 1.300 + R\$ 170,00}} = 34,01\%$$

Se tomarmos por base apenas a conta Capital Social, podemos dizer que 38,46% dos recursos injetados pelos sócios e/ou acionistas foram investidos ou, estão aplicados no Subgrupo do Intangível.

Dados. Intangível..... R\$ 500,00
 Capital Social.....R\$ 1.300,00

$$\frac{\text{R\$ 500,00} \times 100}{\text{R\$ 1.300,00}} = 38,46\%$$

R\$ 1.300,00

Financiamento do Imobilizado

Agora vamos ver como está sendo financiado o Subgrupo do Imobilizado no exercício de 2006. Como é do seu conhecimento, os Financiamentos a Longo Prazo somente são liberados pelas instituições financeiras para aplicação no aumento do parque fabril da empresa. Esta é a razão pela qual, na elaboração da Matriz, a conta Financiamentos a Longo Prazo é deslocada para a primeira posição na linha dos Financiamentos, na coluna horizontal.

Tomando por base o exercício de 2006, podemos observar que o Subgrupo do Imobilizado contempla o valor de R\$ 760,00 e representa 31,02%, do total dos investimentos realizados na empresa e 35,35% ($\text{R\$ 760,00} \times 100 / \text{R\$ 2.150,00}$) dos Investimentos Operacionais. Verifica-se, também, que 65,79% do valor do Imobilizado, que corresponde ao valor de R\$ 500,00, está sendo financiado por recursos de terceiros, vindos, exclusivamente, da conta Financiamentos a Longo Prazo. Os restantes 34,21%, relativos ao valor de R\$ 260,00, estão sendo financiados por Capitais Próprios, mais especificamente da conta Capital Social.

$$\frac{\text{R\$ 500,00} \times 100}{\text{R\$ 760,00}} = 65,79\% \quad \text{e} \quad \frac{\text{R\$ 260,00} \times 100}{\text{R\$ 760,00}} = 34,21\%$$

Analisando de outro ângulo, podemos dizer que 51,02% de Capitais de Terceiros e 17,69% de Capitais Próprios foram aplicados no Subgrupo do Imobilizado.

Total do Ativo R\$ 2.450,00

Recursos Próprios R\$ 1.470,00 (Capital Social + Reserva de Lucros)

Recursos de Terceiros R\$ 2.450,00 – R\$ 1.470,00 = 980,00

Ou, R\$ 500,00 + R\$ 100,00 + R\$ 100,00 + R\$ 100,00 + R\$ 60,00 + R\$ 120,00 = **980,00**

Imobilizado..... R\$ 760,00

Financiamentos Longo Prazo.....R\$ 500,00

$\frac{R\$ 500,00 \times 100}{R\$ 980,00} = 51,02\%$ e $\frac{R\$ 260,00 \times 100}{R\$ 1.470,00} = 17,69\%$

R\$ 980,00

R\$ 1.470,00

Pode-se dizer, ainda, que 100% dos recursos oriundos dos Financiamentos de Longo Prazo e 20% dos recursos dos sócios ou acionistas, inseridos na conta Capital Social, foram aplicados no Subgrupo do Imobilizado.

Financiamento da conta Investimentos

Recorrendo à nossa Matriz, podemos dizer que a conta Investimentos (permanentes), no valor de R\$ 300,00, representam 12,24% do total dos Investimentos realizados na empresa e está sendo 100% financiada com recursos próprios.

Se tomarmos por base os Capitais Próprios, que somam o valor de R\$ 1.470,00, podemos dizer que 20,41%, estão financiando ou, foram aplicados na conta Investimentos.

$\frac{R\$ 300,00 \times 100}{R\$ 1.470,00} = 20,41\%$

R\$ 1.470,00

Se, entretanto, quisermos saber qual o percentual do Capital Social foi aplicado ou, está financiando os Investimentos Não Operacionais, isto é, a conta Investimentos, basta multiplicarmos

o valor de R\$ 300,00 por 100 e dividirmos por R\$ 1.300,00, que teremos como resultado 23,08%, ou seja, vinte e três vírgula zero sete por cento, do valor da conta Capital Social está financiando ou foi aplicado na conta Investimento.

Financiamento do Realizável a Longo Prazo

Voltando à nossa Matriz, podemos observar que o Subgrupo do Realizável a Longo Prazo, em 2006, contempla o valor de R\$ 100,00, representado 4,08% do total dos Investimentos realizados na empresa e 4,65% ($R\$ 100,00 \times 100 / R\$ 2.150,00$), dos Investimentos Operacionais e está sendo 100% financiado com recurso próprios, mais especificamente pelos recursos oriundos da conta Capital Social.

Agora se quisermos saber quanto do Capital Próprio foi aplicado no Realizável a Longo Prazo, basta dividirmos o valor de R\$ 100,00, pelo valor dos Capitais Próprios R\$ 1.470,00 e multiplicarmos por 100, que alcançaremos o percentual de 6,80%. Portanto, seis vírgula oitenta por cento do Capital Próprio foi aplicado no Realizável a Longo Prazo.

Financiamento dos Estoques

Novamente retornando à nossa Matriz, relativos ao exercício de 2006, vamos observar que os Estoques, somam a importância de R\$ 350,00 e representam 14,29% do total dos Investimentos realizados na empresa e 16,28% ($R\$ 350,00 \times 100 / R\$ 2.150,00$) dos Investimentos Operacionais.

Vamos verificar, também, que os Estoques estão sendo financiados por várias origens de recursos, a saber:

$$\frac{R\$ 140,00 + R\$ 170,00 \times 100}{R\$ 350,00} = 88,57\% \text{ - Financiamento de Capitais Próprios}$$

$$\frac{R\$ 40,00 \times 100}{R\$ 350,00} = 11,43\% \text{ - Financiamento de Capitais de Terceiros}$$

Analisando os resultados, podemos observar que os 88,57%, que representam os R\$ 310,00 (R\$ 140,00 + R\$ 170,00), estão sendo financiados pelos Capitais Próprios, mais precisamente pelas contas Capital Social e Reserva de Lucros. Já o valor restante de R\$ 40,00, que corresponde a 11,43% do total do valor dos Estoques, está sendo financiado por Capitais de Terceiros, advindos exclusivamente da conta Duplicatas Descontadas.

Vamos inverter as perguntas e indagar, quanto de Capitais Próprios e de Terceiros foram aplicados nos Estoques?

$$\frac{\text{R\$ } 140,00 + \text{R\$ } 170,00 \times 100}{\text{R\$ } 1.470,00} = 21,09\% - \text{Capitais Próprios}$$

$$\frac{\text{R\$ } 40,00 \times 100}{\text{R\$ } 980,00} = 4,08\% - \text{Capitais de Terceiros}$$

Agora, qual o percentual dos recursos advindos das Duplicatas Descontadas foram aplicados ou, está financiando os Estoques? Respondendo a essa indagação, basta analisar a Matriz relativa ao exercício de 2006, para verificar que o valor da conta Duplicatas Descontadas importava em R\$ 100,00, dos quais R\$ 40,00, financiam os Estoques e os restantes R\$ 60,00, foram aplicados ou estão financiando a conta Clientes. Dessa forma para saber qual o percentual dos recursos oriundos das Duplicatas Descontadas que foram aplicados nos estoques, basta multiplicarmos o valor de R\$ 40,00 por 100 e, dividirmos por R\$ 100,00 que alcançaremos o resultado de R\$ 40% (R\$ 40,00 X 100 / R\$ 100,00 = 40%).

Financiamento da conta Clientes

Temos novamente que recorrer à nossa Matriz relativa ao exercício de 2006, e vamos observar que a conta Clientes importou no valor de R\$ 340,00 e está sendo totalmente financiada por recursos ou Capitais de Terceiros, ou seja, com 60% dos valores oriundos da conta Duplicatas Descontadas, 100% dos recursos advindos das contas Empréstimos Bancários, Fornecedores e Impostos a Recolher e mais 16,67% (R\$ 20,00 X 100 / R\$ 120,00 = 16,67%), de recursos oriundos da conta Ordenados a Pagar.

Agora vamos verificar qual o percentual de Capitais de Terceiros foi aplicado na conta Clientes.

$$\frac{R\$ 340,00 \times 100}{R\$ 980,00} = 34,69\%$$

R\$ 980,00

Portanto, 34,69% dos Capitais de Terceiros existentes na empresa, foram aplicados ou estão financiando a conta Clientes.

Financiamento do Caixa

Observando a Matriz pertinente ao exercício de 2006, podemos observar que a conta Caixa contempla o valor de R\$ 100,00, que corresponde a 4,08%, do total dos Investimentos realizados na empresa, ou, 4,65%, do total dos Investimentos Operacionais de Caixa ou Giro. Também com base na Matriz, podemos dizer que a conta Caixa está sendo integralmente financiada por recursos ou Capitais de Terceiros.

Agora vamos exercitar: tomando por base a Matriz do exercício de 2006, calcule e informe o seguinte:

- a) Qual percentual da conta Clientes está sendo financiado pelos recursos oriundos das seguintes contas: Duplicatas Descontadas, Empréstimos Bancários, Fornecedores, Impostos a Recolher e Ordenados a Pagar?
- b) Qual o percentual da conta Estoques está sendo financiado pelos recursos oriundos da conta Reserva de Lucros?

2.2 – Analisando os Investimentos Operacionais de 2007

Para analisar os Investimentos Operacionais relativos ao exercício de 2007, teremos que tomar por base a Matriz pertinente a este exercício financeiro.

Tabela 3.7 – Matriz contábil referente ao Balanço Patrimonial de 2007

MATRIZ CONTÁBIL - referente ao Balanço Patrimonial de 2007											
Financiamentos	Financiamentos	Capital Social	Reserva de Lucro	Duplicatas Descontadas	Empréstimos Bancários	Fornecedores	Impostos a Recolher	Ordenadosa Pagar	TOTALS	%	
Investimentos											
Intangível		800,00							800,00	24,84%	Oper. Fixo
Imobilizado	550,00	390,00							940,00	29,19%	
Investimentos		110,00	340,00						450,00	13,98%	Não Oper.
Realizável a LP			50,00						50,00	1,55%	
Estoques			50,00	110,00	150,00	140,00			450,00	13,98%	Oper.
Clientes						310,00	60,00		370,00	11,49%	de Giro
Caixa							10,00	150,00	160,00	4,97%	31,99%
Totais	550,00	1.300,00	440,00	110,00	150,00	450,00	70,00	150,00	3.220,00	100%	
%	17,08%	40,37%	13,66%	3,42%	4,66%	13,98%	2,17%	4,66%	100%		
		Capital Próprio 54,04%									
	Capital de										
				45,96%							
						Terceiros					

Fonte: Elaboração dos autores (2014).

Partindo para a análise dos Investimentos Operacionais, primeiramente, é importante lembrar que, analisando o Balanço Patrimonial na sua forma estática, os Investimentos Operacionais correspondem ao Ativo Total deduzido do valor dos Investimentos Permanentes. Assim, em 2007, temos:

Dados.: Ativo Total..... R\$ 3.220,00
 Investimentos Permanentes.....R\$ 450,00
 Investimentos Operacionais = R\$ 3.220,00 – R\$ 450,00 = R\$ 2.770,00

Se quisermos descobrir quais foram os Investimentos Operacionais referentes ao ano de 2007, basta recorrermos à Matriz anterior e teremos condições de avaliar cada um dos elementos que integram tais Investimentos.

Dos 100% dos Investimentos Operacionais realizados na empresa, neste caso R\$ 2.770,00: R\$ 1.740,00 (62,82%%) correspondem aos Investimentos Operacionais Fixos (Intangível R\$ 800,00 e Imobilizado R\$ 940,00), ou estão representados por eles; e R\$ 1.030,00 , ou 31,18%, (R\$ 1.030,00 X 100 / R\$ 2.770,00) correspondem aos Investimentos Operacionais de Giro (Realizável a Longo Prazo R\$ 50,00, Estoques R\$ 450,00, Clientes R\$ 370,00 e Caixa R\$ 160,00), ou estão representados por eles.

Agora vejamos como estão sendo financiados os Investimentos Operacionais Fixo e de Giro, realizados na empresa que totalizam R\$ 2.770,00, no exercício de 2007.

Financiamento do Intangível

Se quisermos descobrir como foi financiado o subgrupo Intangível, referente ao ano de 2007, basta verificar qual a origem dos seus recursos.

Subgrupo Intangíveis / 2007 = R\$ 800,00 (100%)

Analisando a composição da Matriz relativa ao exercício de 2007, podemos concluir que o Subgrupo do Intangível, que representa 24,84% do total dos investimentos realizados na empresa, e

28,88% (R\$ 800,00 X 100 / R\$ 2.770,00) dos Investimentos Operacionais, está sendo totalmente financiado, ou 100%, pelos Capitais Próprios, isto é, pelo Capital Social.

Podemos também observar que os Capitais Próprios, Capital Social e Reserva de Lucro, representam 54,04% dos Financiamentos e/ou das Origens de Recursos conquistados pela empresa, no decorrer do exercício de 2007. Destes, 45,98% foram ou estão aplicados no Subgrupo do Intangível.

Dados: Intangível.....	R\$ 800,00
Capitais Próprios.....	R\$ 1.740,00
Capital Social.....	R\$ 1.300,00
Reserva de Lucro	R\$ 440,00

$$\frac{\text{R\$ 800,00 X 100}}{\text{R\$ 1.300 + R\$ 440,00}} = 45,98\%$$

Se tomarmos por base apenas a conta Capital Social, podemos dizer que 61,54% dos recursos injetados pelos sócios e/ou acionistas foram investidos ou, estão aplicados no Subgrupo do Intangível.

Dados. Intangível.....	R\$ 800,00
Capital Social.....	R\$ 1.300,00

$$\frac{\text{R\$ 800,00 X 100}}{\text{R\$ 1.300,00}} = 61,54\%$$

Financiamento do Imobilizado

Agora vamos ver como está sendo financiado o Subgrupo do Imobilizado no exercício de 2007. Como é do seu conhecimento, os Financiamentos a Longo Prazo somente são liberados pelas instituições financeiras para aplicação no aumento do parque fabril da empresa. Esta é a razão pela qual, na elaboração da Matriz, a conta Financiamentos a Longo Prazo é deslocada para a primeira posição na linha dos Financiamentos, na coluna horizontal.

Tomando por base o exercício de 2007, podemos observar que o Subgrupo do Imobilizado contempla o valor de R\$ 940,00 e representa 29,19%, do total dos investimentos realizados na empresa e 33,94% ($\text{R\$ } 940,00 \times 100 / \text{R\$ } 2.770,00$) dos Investimentos Operacionais. Verifica-se, também, que 58,51% do valor do Imobilizado, que corresponde ao valor de R\$ 550,00, está sendo financiado por recursos de terceiros, vindos, exclusivamente, da conta Financiamentos a Longo Prazo. Os restantes 41,49%, relativos ao valor de R\$ 390,00, estão sendo financiados por Capitais Próprios, mais especificamente da conta Capital Social.

$$\frac{\text{R\$ } 550,00 \times 100}{\text{R\$ } 940,00} = 58,51\% \quad \text{e} \quad \frac{\text{R\$ } 390,00 \times 100}{\text{R\$ } 940,00} = 41,49\%$$

Analisando de outro ângulo, podemos dizer que 37,16% de Capitais de Terceiros e 22,41% de Capitais Próprios foram aplicados no Subgrupo do Imobilizado.

Total do Ativo R\$ 3.220,00

Recursos Próprios R\$ 1.740,00 (Capital Social + Reserva de Lucros)

Recursos de Terceiros R\$ 3.220,00 – R\$ 1.740,00 = 1.480,00

Ou, $\text{R\$ } 550,00 + \text{R\$ } 110,00 + \text{R\$ } 150,00 + \text{R\$ } 450,00 + \text{R\$ } 70,00 + \text{R\$ } 150,00 = \mathbf{1.480,00}$

Imobilizado..... R\$ 940,00

Financiamentos Longo Prazo..... R\$ 550,00

$$\frac{\text{R\$ } 550,00 \times 100}{\text{R\$ } 1.480,00} = 37,16\% \quad \text{e} \quad \frac{\text{R\$ } 390,00 \times 100}{\text{R\$ } 1.740,00} = 22,41\%$$

R\$ 1.480,00

R\$ 1.740,00

Pode-se dizer, ainda, que, em 2007, 100% dos recursos oriundos dos Financiamentos de Longo Prazo e 30% dos recursos dos sócios ou acionistas, inseridos na conta Capital Social, foram aplicados no Subgrupo do Imobilizado.

Financiamento da conta Investimentos

Recorrendo à nossa Matriz, podemos dizer que a conta Investimentos (permanentes), no valor de R\$ 450,00, representam 13,98% do total dos Investimentos realizados na empresa e está sendo 100% financiada com recursos próprios.

Se tomarmos por base os Capitais Próprios, que somam o valor de R\$ 1.740,00, podemos dizer que 25,86%, estão financiando ou, foram aplicados na conta Investimentos.

$$\frac{\text{R\$ } 450,00 \times 100}{\text{R\$ } 1.740,00} = 25,86\%$$

Se, entretanto, quisermos saber qual o percentual do Capital Social foi aplicado ou, está financiando os Investimentos Não Operacionais, isto é, a conta Investimentos, basta dividirmos o valor de R\$ 110,00/ R\$ 1.300,00 e multiplicarmos por 100, que teremos como resultado 8,46%, ou seja, oito vírgula quarenta e seis por cento do valor da conta Capital Social está financiando ou foi aplicado na conta Investimento.

Qual o percentual do valor pertinente à conta de Reserva de Lucros foi aplicado ou está financiando a conta Investimentos (permanentes)?

$$\frac{\text{R\$ } 340,00 \times 100}{\text{R\$ } 440,00} = 77,27\%$$

Analisando o resultado apurado, podemos dizer que 77,27% do valor dos recursos oriundos da conta Reserva de Lucro, foram aplicados ou estão financiando a conta Investimentos (Permanentes).

Financiamento do Realizável a Longo Prazo

Voltando à nossa Matriz, podemos observar que o Subgrupo do Realizável a Longo Prazo, em 2007, contempla o valor de R\$ 50,00, representado 1,55% do total dos Investimentos realizados na empresa e 1,81% (R\$ 50,00 X 100 /R\$ 2.770,00), dos

Investimentos Operacionais e está sendo 100% financiado com recurso próprios, mais especificamente pelos recursos oriundos da conta Reserva de Lucros.

Agora se quisermos saber quanto do Capital Próprio foi aplicado no Realizável a Longo Prazo, basta dividirmos o valor de R\$ 50,00, pelo valor dos Capitais Próprios R\$ 1.740,00 e multiplicarmos por 100, que alcançaremos o percentual de 2,87%. Portanto, dois vírgula oitenta e sete por cento do Capital Próprio foi aplicado no Realizável a Longo Prazo.

Financiamento dos Estoques

Novamente retornando à nossa Matriz, relativos ao exercício de 2007, vamos observar que os Estoques, somam a importância de R\$ 450,00 e representam 13,98% do total dos Investimentos realizados na empresa e 16,25% ($R\$ 450,00 \times 100 / R\$ 2.770,00$) dos Investimentos Operacionais.

Vamos observar, também, que os Estoques estão sendo financiado por várias origens de recursos, a saber:

$$\frac{R\$ 50,00 \times 100}{R\$ 450,00} = 11,11\% - \text{Financiamento de Capitais Próprios.}$$

$$\frac{R\$ 400,00 \times 100}{R\$ 450,00} = 88,89\% - \text{Financiamento de Capitais de Terceiros.}$$

Analisando os resultados, podemos observar que os 11,11%, que representam os R\$ 50,00, estão sendo financiados pelos Capitais Próprios, mais precisamente pelos recursos oriundos da conta Reserva de Lucros. Já o valor restante de R\$ 400,00, que corresponde a 88,89% do total do valor dos Estoques, está sendo financiado por Capitais de Terceiros, advindos das contas Duplicatas Descontadas, Empréstimos Bancários e Fornecedores.

Já sabemos que os Capitais Próprios, mais precisamente a conta Reserva de Lucros financiou 11,11%, dos Estoques e queremos saber quanto foi a participação das contas Duplicatas Descontadas, Empréstimos Bancários e Fornecedores no financiamento dos Estoques.

$$\frac{\text{R\$ } 110,00 \times 100}{\text{R\$ } 450,00} = 24,44\% \text{ - Financiado pela conta Duplicatas Descontadas.}$$

$$\frac{\text{R\$ } 150,00 \times 100}{\text{R\$ } 450,00} = 33,33\% \text{ - Financiado pela conta Empréstimos Bancários.}$$

$$\frac{\text{R\$ } 140,00 \times 100}{\text{R\$ } 450,00} = 31,12\% \text{ - Financiado pela conta Fornecedores.}$$

Vamos inverter as perguntas e indagar, quanto de Capitais Próprios e de Terceiros foram aplicados nos Estoques?

$$\frac{\text{R\$ } 50,00 \times 100}{\text{R\$ } 1.740,00} = 2,87\% \text{ - Capitais Próprios}$$

$$\frac{\text{R\$ } 400,00 \times 100}{\text{R\$ } 1.480,00} = 27,03\% \text{ - Capitais de Terceiros}$$

Agora, qual o percentual dos recursos advindos das Duplicatas Descontadas foram aplicados ou, está financiando os Estoques? Respondendo a essa indagação, basta analisar a Matriz relativa ao exercício de 2007, para verificar que o valor da conta Duplicatas Descontadas importava em R\$ 110,00 e estão integralmente financiando os Estoques.

Financiamento da conta Clientes

Temos novamente que recorrer à nossa Matriz relativa ao exercício de 2007, e vamos observar que a conta Clientes importou no valor de R\$ 370,00 e está sendo totalmente financiada por recursos ou Capitais de Terceiros, ou seja, com 83,78% (R\$ 310,00) dos valores oriundos da conta Fornecedores e 16,22% (R\$ 60,00), dos recursos advindos das contas Impostos a Recolher.

Agora vamos verificar qual o percentual de Capitais de Terceiros foi aplicado na conta Clientes.

$$\frac{\text{R\$ 370,00} \times 100}{\text{R\$ 1.480,00}} = 25,00\%$$

Portanto, 25,00% dos Capitais de Terceiros existentes na empresa, foram aplicados ou estão financiando a conta Clientes.

Financiamento do Caixa

Observando a Matriz pertinente ao exercício de 2007, podemos observar que a conta Caixa contempla o valor de R\$ 160,00, que corresponde a 4,97%, do total dos Investimentos realizados na empresa, ou, 5,78%, dos Investimentos Operacionais. Também com base na Matriz, podemos dizer que a conta Caixa está sendo financiada em 6,25%, por recursos oriundos da conta Impostos a Recolher e 93,75%, por recursos advindos da conta Ordenados a Pagar, portanto por Capitais de Terceiros.

2.3 – Financiamento dos Investimentos Ativo Operacionais de Giro

Conforme é do seu conhecimento, o Ativo Operacional de Giro compreende os elementos do Ativo Circulante e mais aqueles que contemplam o Realizável a Longo Prazo. Assim, vamos identificar como os elementos que integram o Ativo Operacional de Giro foram financiados.

Para tanto temos que recorrer à Matriz de 2007. Veremos que os elementos que formam o Ativo Operacional de Giro (Realizável a Longo Prazo R\$ 50,00 + Estoques R\$ 450,00 + Clientes R\$ 370,00 + Caixa R\$ 160,00) somam a importância de R\$ 1.030,00 e representam 31,99%, do total dos Investimentos Realizados na empresa.

Os R\$ 50,00 do Realizável a Longo Prazo e mais R\$ 50,00 dos Estoques estão sendo financiados por Capitais Próprios, mas especificamente por recursos oriundos da conta Reserva de Lucro. O Restante R\$ 930,00, que integram os R\$ 400,00 dos Estoques e mais os Investimentos realizado na conta Cliente R\$ 370,00 e R\$ 160,00 no Caixa estão sendo financiados com recursos de Terceiros, oriundos das contas de Duplicatas Descontadas R\$ 110,00, de Empréstimos Bancários R\$ 150,00, de Fornecedores R\$ 450,00, de Impostos a Recolher R\$ 70,00 e de Ordenados a Pagar R\$ 150,00.

Agora você quer saber qual o percentual de Capitais Próprios e de Terceiros foram aplicados no Ativo Operacional de Giro dos Negócios. Basta coletar os dados e proceder aos cálculos, conforme abaixo.

Dados: **Capitais Próprios** = R\$ 1.740,00 (R\$ 800,00 Intangível + R\$ 940,00 Imobilizado).

Capitais de Terceiros = R\$ 550,00 Financiamentos LP + R\$ 110,00 Duplicatas

Descontadas + R\$ 150,00 Empréstimos Bancários +

R\$ 450,00 Fornecedores + R\$ 70,00 Impostos a

Recolher + R\$ 150,00 Ordenados a Pagar) = R\$ 1.480,00.

Capitais Próprios aplicados no Ativo Operacional de Giro

$$\text{CPaAOG} = \frac{\text{R\$ } 50,00 + \text{R\$ } 50,00 \times 100}{\text{R\$ } 1.740,00} = 5,75\%$$

Capitais de Terceiros aplicados no Ativo Operacional de Giro

$$\text{CTaAOG} = \frac{\text{R\$ } 400,00 + \text{R\$ } 370,00 + \text{R\$ } 160,00 \times 100}{\text{R\$ } 1480,00} = 62,84\%$$

Os Resultados no permitem afirmar que 5,75% dos Capitais Próprios e 62,84% dos Capitais de Terceiros, foram aplicados no Ativo Operacional de Giro.

Agora quer saber quanto do Ativo Operacional de Giro foi financiado por Capitais de Terceiros e quanto foi financiado pelos Capitais Próprios. Basta proceder aos cálculos e analisar os resultados.

Dados: Ativo Operacional de Giro = R\$ 1.030,00

Financiamento Capital Próprio = R\$ 100,00

Financiamento Capital de Terceiros = R\$ 930,00.

Resolvendo:

$$\frac{\text{R\$ } 930,00 \times 100}{\text{R\$ } 1.030,00} = 90,29\% \quad \text{e} \quad \frac{\text{R\$ } 100,00 \times 100}{\text{R\$ } 1.030,00} = 9,71\%$$

Portanto, o resultado nos permite afirmar que 90,29% do Ativo Operacional de Giro foi financiado por Capitais de Terceiros e 9,71, foi financiado por Capitais Próprios.



Síntese

Nesta unidade, você teve a oportunidade de conhecer e estudar os aspectos e as características dos Investimentos Operacionais, ou seja, os investimentos aplicados diretamente nos negócios da empresa.

Além de conhecer as principais fontes de financiamento dos Investimentos Operacionais de Caixa ou Giro, você também pôde observar que decompor os elementos patrimoniais através da Matriz Contábil facilita a identificação das fontes e a visualização clara dos Investimentos realizados, isto é, em quais elementos os recursos foram aplicados.

A inversão dos elementos do Ativo e do Passivo na composição da Matriz também não é desproporcional, pois, permitir associar cada elemento na ordem de seus respectivos graus de liquidez e exigibilidade.

Uma vez identificados os Investimentos Operacionais de Caixa ou Giro e a forma como foram financiados para os negócios da empresa, fica mais fácil conhecer e estudar as razões que levam as empresas ao desequilíbrio econômico-financeiro, conforme você irá estudar na próxima unidade desta disciplina.



Atividades de autoavaliação

Ao final de cada unidade, você realizará atividades de autoavaliação. O gabarito está disponível no final do livro-didático. Mas esforce-se para resolver as atividades sem ajuda do gabarito, pois, assim, você estará promovendo (estimulando) a sua aprendizagem.

1. Coloque V, se a alternativa é verdadeira, e F, se falsa, sobre a preparação do Balanço Patrimonial para a elaboração de uma Matriz:
 - () As contas redutoras do Ativo deverão permanecer na elaboração da Matriz.
 - () As contas do Ativo deverão ser colocadas em ordem crescente de Liquidez.
 - () A conta Despesa do exercício seguinte deverá ser diminuída da conta Reserva de Lucros.
 - () O Subgrupo ou conta das Receitas Diferidas Líquidas, em existindo saldo no Balanço Patrimonial, o mesmo deverá ser levado ao Patrimônio Líquido, aumentando o saldo de uma das contas de Reservas de Lucros ou diminuindo o saldo da conta Prejuízos Acumulados.
 - () As contas do Passivo deverão ser colocadas em ordem crescente de Liquidez.

2. Com base no Balanço Patrimonial abaixo, elabore uma Matriz.

ATIVO	2007	PASSIVO	2007
Circulante	1500,00	Circulante	830,00
Caixa	250,00	Ordenados a Pagar	150,00
Cientes	5000,00	Impostos a Pagar	80,00
Estoques	750,00	Fornecedores	320,00
		Empréstimos Bancários	280,00
Não Circulante	1650,00	Não Circulante	300,00
Ativo Realizável L. P.	150,00	Financiamentos	300,00
Investimento	350,00		
Imobilizado	850,00	Patrimônio Líquido	2020,00
Intangíveis	300,00	Capital social	1400,00
		Reservas Lucro	620,00
TOTAL DO ATIVO	3150,00	TOTAL DO PASSIVO	3150,00

3. Com base na matriz elaborada por você, explique como foi financiado o Ativo Operacional.



Saiba mais

Para que você possa aprofundar seu conhecimento e efetuar estudos do conteúdo tratado nesta unidade, estão citadas abaixo algumas obras.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações financeiras: estrutura, análise e interpretação**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SÁ, Antônio Lopes de. **Moderna análise de balanços ao alcance de todos**. Curitiba: Juruá, 2005.

Desequilíbrio Econômico-Financeiro



Objetivos de aprendizagem

- Compreender os aspectos ligados ao desequilíbrio econômico-financeiro das organizações.
- Formar concepção e desenvolver habilidades em relação aos métodos aplicados na avaliação do desequilíbrio econômico-financeiro das empresas.



Seções de estudo

- Seção 1** No que consiste o desequilíbrio econômico-financeiro das empresas?
- Seção 2** No que consiste o "overtrading"?
- Seção 3** Quais as causas do desequilíbrio econômico-financeiro das empresas?
- Seção 4** O que se entende por Efeito Tesoura?
- Seção 5** Fator de Insolvência



Para início de estudo

Você conhece os aspectos que poderão levar as empresas ao Desequilíbrio Econômico- Financeiro?

Você sabia que, além do grau de endividamento, da ausência de Capital de Giro Próprio e da elevação dos níveis de estocagem e imobilização, outros fatores também podem ser determinantes no comprometimento da saúde financeira e dos negócios das empresas? Sabia que até mesmo a elevação do processo produtivo, de geração de vendas e a alta rentabilidade dos negócios podem levar uma empresa à decadência?

Nos estudos que você realizou até este estágio, talvez não tenha conseguido consolidar esta visão em relação aos reflexos que cada ação pode provocar na saúde e vida de qualquer organização.

Porém não se preocupe: estude cuidadosamente o conteúdo disponibilizado nesta unidade, que, com certeza, você conseguirá responder, com segurança, a todas essas indagações.

Seção 1 – No que consiste o desequilíbrio econômico-financeiro das empresas?

Como é do seu conhecimento, nada acontece sem a ação de determinados agentes e certo grau de risco envolvido, ou seja, nada acontece por acaso.

Em nossa vida particular, sabemos quais são as nossas capacidades e limitações. Para desenvolver determinada tarefa, temos de ter plena consciência de que, se não estamos habilitados para tal, devemos recuar e dar oportunidade a quem esteja mais preparado para fazê-lo, ou seja, devemos nos dispor a fazer apenas aquilo que está ao alcance de nossa capacidade.

No aspecto econômico-financeiro, também conhecemos a capacidade de consumo e de endividamento e, assim, não

podemos sair por aí gastando e fazendo dívidas além da nossa capacidade de suportá-las. Se assim procedermos, com certeza teremos problemas, queda de credibilidade e considerável redução do nosso poder de negociação e obtenção dos bens e serviços indispensáveis à nossa sobrevivência e de nossa família.

Portanto desenvolver ações que estejam acima das nossas capacidades, de forma constante ou de maneira brusca, agir sem um adequado planejamento é assumir riscos elevados, os quais, certamente, farão aflorar o desequilíbrio emocional, econômico e financeiro, que podem nos levar à decadência.

No mundo dos negócios, a situação não é diferente, pois cada empresa deve avaliar criteriosamente sua capacidade de produção, de geração de ativos e suportar passivos, de modo a permitir o desenvolvimento seguro e sereno de suas atividades. É preciso, pois, conhecer, planejar e controlar cada ação, para evitar riscos que possam comprometer ou, até mesmo, extinguir os negócios.



Podemos, assim, definir que o desequilíbrio econômico-financeiro representa sintomas gerados por ações inadequadamente desenvolvidas e/ou tratadas tardiamente, que provocam o câncer falimentar das empresas.

São, pois, vários os fatores que poderão levar as empresas ao desequilíbrio econômico-financeiro. A estocagem excessiva de Ativos, decorrente do aumento do volume de estoques, das vendas a prazo, tende a levar à insuficiência de Capital Circulante Líquido, fazendo com que as empresas tenham que recorrer ao mercado financeiro na busca de empréstimos de curto prazo, pagando taxas de juros acima daquelas geradas por seus negócios, o que constitui fator determinante desse desequilíbrio.

O elevado grau de imobilização dos recursos provoca a ausência de Capital de Giro, exigindo a captura no mercado financeiro de empréstimos por períodos consecutivos. Este, além de outros, constitui-se fator preponderante na geração de desequilíbrio na saúde financeira e econômica das empresas.

Seção 2 – No que consiste o “overtrading”?

Estamos falando nos aspectos demandantes do desequilíbrio econômico-financeiro das empresas. Na primeira seção, destacamos alguns fatores relativos à nossa capacidade enquanto pessoa humana, pois, como é do seu conhecimento, cada um de nós tem a sua capacidade, e, em certos pontos, esta pode ser trabalhada e ampliada até determinado limite.

Se aprimorarmos nossa condição física através de exercícios e atividades específicas para essa finalidade, conseguiremos aumentar nossa velocidade e nosso tempo de permanência em corridas de curta ou longa duração, por exemplo. Porém alcançaremos um limite máximo, tanto de velocidade, quanto de tempo de corrida e não conseguiremos ir além.

Se, entretanto, quisermos sair por aí correndo ou fazendo esforço físico sem nenhuma preparação e observância dos nossos limites, corremos o risco de enfartar ou contrair uma contusão em razão da nossa falta de preparo e capacidade de enfrentar ações desmedidas e fora do alcance de nossa capacidade.



Assim também ocorre com as empresas: cada uma tem a sua capacidade de sustentar um determinado volume de negócio, e este não deve ser ultrapassado, para se evitar o afloramento de consequências indesejáveis e que podem, inclusive, determinar a sua morte ou falência, como tecnicamente designada.

Na visão de Vertes e Würch (1982, p. 320), “a superação da capacidade de sustentar esse volume determinado de negócios resulta num volume de vendas excepcional e uma paralela redução da margem de segurança.”.

A superação da capacidade, a realização de esforço desmedido para alcançar lucros aparentemente elevados, ambas conduzem a empresa a uma nítida sensação de perigo e de insolvência.

Vertes e Würch (1982, p. 320) esclarecem que “a palavra ‘overtrading’ pode ser traduzida por ‘supertransação.’” Isto significa a busca de um volume de negócios superior à capacidade

financeira da entidade ou a manutenção do mesmo volume de negócios apesar da redução do seu capital próprio.

Considerando a definição dos citados autores, podemos destacar os aspectos que levam as empresas a entrar nesse processo denominado “*overtrading*”. O primeiro deles é resultante do acolhimento e aceitação de pedidos de produção, vendas ou prestação de serviços, em quantidades superiores à capacidade instalada da empresa. Esforços desmedidos devem ser feitos para a realização dessa massa superior de negócios, e isso traz consequências aos diversos segmentos da empresa que espera obter grandes lucros.

O setor financeiro, sem dúvida alguma, é o que mais reflexos sofre. Para superar o ponto de equilíbrio da empresa, ele deverá dispor de volume adicional de recursos para ampliação do parque fabril, compras extras e/ou novas contratações, e isto exigirá um esforço concentrado e determinante na aplicação das reservas existentes e/ou na captação de recursos extras no mercado financeiro.

A situação não é diferente, quando, sem observar que seu capital próprio foi consumido, de repente, por sucessivos períodos de prejuízo ou outros fatores, a empresa decide manter o mesmo volume de negócios, sabendo que, para isso, terá de recorrer ao mercado financeiro na captura de recursos. Ações dessa natureza trazem como consequência a dilatação, sem medida, do endividamento.

Falando em como prever falência, Kanitz (1978, p. 1) diz que “os primeiros sintomas de uma insolvência surgem muito antes que ela se concretize” e cita o seguinte exemplo, o qual configura um processo de ‘*overtrading*’:

No dia 26 de novembro de 1973, uma fábrica recebia um pedido milionário de fornecimento para uma cadeia de supermercados. O supermercado se comprometia a comprar 40% da produção da fábrica e o pedido foi prontamente aceito. Quatro meses mais tarde, a cadeia de supermercados pedia concordata. Exatamente um mês depois, a fábrica que vendia 40% de sua produção ao supermercado ia à falência.

Observe que, no caso destacado por Kanitz, a situação ou processo de “*overtrading*”, ou foi gerado por ambas as empresas, ou as ações de uma delas provocou a situação de desequilíbrio na outra, que também poderia ter sido evitado, se precauções houvessem sido tomadas com antecedência, e os negócios realizados com a devida cautela.

Veja na seção seguinte as principais causas do processo de desequilíbrio ou “*overtrading*”.

Seção 3 – Quais as causas do desequilíbrio econômico-financeiro das empresas?

Conforme você já viu no texto introdutório desta unidade, são vários os motivos ou causas que levam à ocorrência do fenômeno chamado “*overtrading*”, e/ou ao desequilíbrio econômico-financeiro das empresas. Falando acerca dos sintomas do “*overtrading*”, Vertes e Würch (1978, p. 324) destacam que este se instala, quando tudo está andando bem, e acrescentam que “o acompanhamento dos negócios através da análise de Balanços revela circunstância que evidenciam a sua instalação”.

Na visão dos autores, a primeira e mais importante constatação das circunstâncias que levam ao desequilíbrio econômico-financeiro dá-se através da observação da rotação do Capital Circulante Líquido em relação às vendas. Para tanto, desenvolveram um método que permite identificar o Coeficiente de “*overtrading*” chamado de **COVER**.

COVER consiste na divisão do valor das vendas pelo Capital Circulante Líquido, com o objetivo de identificar o período suportado por este mesmo Capital.

Destacando o exemplo de uma determinada empresa cujo Capital Circulante Líquido registrasse o valor de R\$ 1.000,00 durante três exercícios consecutivos e, no mesmo período, as vendas tivessem registrado uma evolução de R\$ 5.000,00 no primeiro exercício, para R\$ 10.000,00 no segundo e para R\$ 15.000,00 no terceiro exercício:

Tabela 4.1 – Coeficientes de “overtrading”

	Ano “A”	Ano “B”	Ano “C”
VENDAS	5.000,00	10.000,00	15.000,00
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	1.000,00	1.000,00	1.000,00
COVER	5	10	15
PRAZO= (365 / COVER)	73 dias	37 dias	24 dias

Fonte: Vertes e Würch, 1978.

Os resultados apurados mostram que, aumentando o volume de vendas com o Capital Circulante Líquido estável, a capacidade de suportar o volume dos negócios cai vertiginosamente.

Isso torna o sintoma do “overtrading” inevitável e, além disso, a empresa demonstra estar sofrendo pressões variadas em decorrência dessa queda das disponibilidades em relação ao volume de vendas, que acabam gerando outros custos e despesas. O valor dos devedores da empresa está aumentando. Os estoques também se avolumam, e esta associação faz com que o Ativo Circulante da empresa se inflacione paralelamente à inflação do Passivo Circulante, levando ao aumento das dívidas de curto prazo.

Reduzidas as disponibilidades, a empresa passa a ter dificuldades em honrar compromissos com seus colaboradores. O atraso no pagamento dos fornecedores gera dificuldades na compra de mercadorias e, em consequência dos inevitáveis atrasos nos pagamentos, a captura de recursos de longo prazo fica ameaçada.

Segundo Vertes e Würch (1978, p. 321),

[...] a inflação é uma das grandes causadoras desta situação, quando muitas empresas estão se expandindo além de sua capacidade financeira. A inflação, originada por um desequilíbrio orçamentário do governo, com emissões de moeda para cobertura de déficits, produz uma queda no valor da moeda. Esta época se caracteriza pelo aumento da procura dos consumidores.

Ainda na visão dos autores, o aumento da procura faz com que os negociantes tendam a querer aproveitar essa corrida de procura

e a não levar em conta a sua capacidade financeira e o tamanho do seu capital de trabalho, acabando por realizar **aquisições de mercadorias não muito bem escolhidas em quantidade e valor superiores à sua capacidade de absorção e pagamento.**

Visando aproveitar a oportunidade e incrementar as vendas para escoar as mercadorias, os negociantes passam a oferecer melhores oportunidades de crédito, dilatando os prazos de pagamentos.

Com isso, sua carteira de clientes se avoluma, ocorrendo uma espécie de **crystalização dos lucros nominais**, pois as vendas já foram realizadas, restando, tão somente, o ingresso dos numerários.

Para Vertes e Würch (1982), este é o momento em que o “*overtrading*” se instala, pois tudo anda muito bem, enquanto perdura a inflação. Passado o efeito da inflação, ocorre o equilíbrio orçamentário do governo e surge o fator da deflação, resultando nas seguintes situações:

- a) as grandes vendas lucrativas acabaram;
- b) muitos dos devedores atrasam seus pagamentos ou tornam-se incobráveis;
- c) os grandes compromissos assumidos continuam em vigor;
- d) os credores forçam ainda mais as cobranças;
- e) os estoques volumosos devem ser vendidos, entretanto isto só é possível fazendo-se vendas forçadas com pouco ou sem lucro;
- f) as mercadorias dificilmente vendáveis e acumuladas durante as grandes vendas da inflação também devem ser liquidadas a qualquer preço.

Além da **inflação**, outros fatores também são determinantes para conduzir as empresas ao processo de desequilíbrio econômico-financeiro. Muitos empresários, sem se preocuparem com o Capital Circulante Líquido que lhes permite manter em equilíbrio o giro dos negócios da empresa, optam por manter

elevado o nível das vendas, e isso também acaba por conduzir a empresa ao “*overtrading*”, pois, não havendo um crescimento do Capital Circulante Líquido, pelo menos aproximado do volume de vendas, a empresa pode ter dificuldades de honrar compromissos de curto e longo prazo, comprometendo, também, os investimentos em suas operações.

Esse esforço de realizar volumes considerados como supervendas é muito comum com a chegada de novos dirigentes que, na ambição de mostrar serviço, tratam logo de implementar ações no sentido de elevar o faturamento, sem, contudo, levar em conta os limites de capacidade da empresa. Realizar grandes volumes de vendas exige uma maior captação de recursos junto aos fornecedores para abastecimento dos estoques. Com isso, a empresa terá de suportar, de forma concomitante, o **aumento dos devedores, das despesas administrativas e comerciais**. O problema, neste caso, pode tornar-se insolúvel, pois nem sempre as **dívidas exageradas** podem ser pagas com um nível reduzido dos negócios.

A imobilização excessiva, seja ela com a aplicação de recursos próprios ou de terceiros, também provoca a redução do Capital Circulante Líquido em face à diminuição da circulação dos valores.



Dessa forma, **os investimentos para o aumento do parque fabril** com vista ao incremento da produção e estoques, devem ser realizados com a devida cautela e, preferencialmente, sem comprometer as operações da empresa, caso contrário o desequilíbrio dos negócios será inevitável.

Como você sabe, o avanço da tecnologia é constante e acelerado.

Assim, a política de **depreciação dos ativos** também deve ser acompanhada com critério, de forma que esta, pelo menos, recupere o valor original de aquisição dos equipamentos. É que, se isto não ocorrer, a empresa apresentará grandes dificuldades de recuperar e manter o seu parque fabril, poderá, com isso, reduzir o volume dos negócios, fazendo aflorar o fenômeno do “*overtrading*”.

Outro vilão deste processo e que também faz surgir o desequilíbrio econômico-financeiro são os **grandes e sucessivos prejuízos**, associados à **distribuição demasiada de lucros**, haja vista tratar-se de fatos e ações que tendem a reduzir o capital Circulante Líquido e o Capital de Giro Próprio, reduzindo as possibilidades de negócios da empresa.

Portanto, identificados períodos sucessivos de dificuldades na geração de Capital Circulante Líquido, há que se reavaliar por inteiro o processo de gerenciamento dos negócios, de forma a eliminar procedimentos inadequados e indesejáveis como o aumento exagerado do faturamento, a imobilização excessiva, a elevação dos níveis de endividamento, a corrosão dos recursos pelos efeitos da inflação entre outros.

A adoção desses procedimentos objetiva desviar a empresa do fenômeno do “*overtrading*”, e a retomada do equilíbrio econômico-financeiro exige cautela e coerência no corte de determinadas atividades e ações, pois a queda brusca dos negócios pode levar definitivamente a empresa ao processo falimentar.

Em situações dessa natureza, é preciso eliminar estoques excessivos, mesmo que repassados a preços de custo, pois o importante é promover o ingresso de recursos de forma a evitar atrasos nos pagamentos, o que pode resultar em abertura de pedido de falência pelos fornecedores.

Seção 4 – O que se entende por Efeito Tesoura?

Estamos falando em desequilíbrio econômico e financeiro e, neste contexto, alguns aspectos e indicadores se fazem presentes e devem ser analisados e considerados de forma associada, ou seja, a capacidade de pagamento, o capital de giro e as necessidades deste, o capital circulante líquido, etc.

Lembramos que o Capital de Giro é formado pelas disponibilidades, os direitos a receber de clientes, os estoques, as

aplicações financeiras, os impostos a recuperar decorrentes das operações de compra de estoques e outros Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo. Assim, como já estudado, as imobilizações excessivas tendem a reduzir o capital de giro.

Conforme você pôde estudar na Unidade II deste livro, a Necessidade de Capital de Giro é obtida de uma relação direta entre os prazos médios de rotação de estoques, recebimento de clientes e pagamentos de fornecedores, portanto elementos que envolvem diretamente os Ciclos Operacional e Financeiro da empresa.

Continuando na avaliação dos elementos que contornam ou influenciam o surgimento do desequilíbrio econômico-financeiro, não é demais repisar, aqui, os ensinamentos do Prof. Stephen Charles Kanitz, de que os sintomas da insolvência (falência) são observados antes mesmo que ela se instale.

Os sintomas do *overtrading*, conforme definido por Vertes e Würch (1978, p. 324), têm influência direta da geração do Capital Circulante Líquido (AC – PC).

Para podermos visualizar, na prática, essas tendências e influência, vamos tomar por base os elementos do Balanço Patrimonial relativo ao exercício de 2007, (reestruturado), que foi aplicado na exemplificação das unidades 2 e 3, e rever a forma de apuração e interpretação do Capital de Giro, o Capital de Giro Próprio, bem como o Capital Circulante Líquido. Esses cálculos facilitarão a visualização da tendência ao efeito tesoura.

Tabela 4.2 – Balanço Patrimonial reestruturado de 2006 e 2007

BALANÇO PATRIMONIAL - EMPRESA EXERCITÓPOLIS - 31/12/XI - REESTRUTURADO					
ATIVO	2006	2007	PASSIVO	2006	2007
Circulante	790,00	980,00	Circulante	480,00	930,00
Caixa e Equivalente de Caixa	100,00	160,00	Obrigação das Operações	280,00	670,00
Banco	100,00	160,00	Ordenados a Pagar	120,00	150,00
			Impostos a Recolher	60,00	70,00

ATIVO	2006	2007	PASSIVO	2006	2007
Créditos das Operações	690,00	820,00	Fornecedores	100,00	450,00
Clientes	340,00	370,00			
Perdas Est. Créd. Liq. Duvidosa	0,00	0,00			
Estoques	350,00	450,00	Outras Obrigações	200,00	260,00
Mercadorias p/ Revenda	350,00	450,00	Empréstimos Bancários	100,00	150,00
			Duplicatas Descontadas	100,00	110,00
Despesas de Exercício Seguinte	0,00	0,00			
Seguros a Vencer	0,00	0,00			
			Não Circulante	500,00	550,00
Não Circulante	1.660,00	2.240,00	Financiamentos Longo Prazo	500,00	550,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	100,00	50,00			
Aplicação Financeira L. P	100,00	50,00			
Investimentos	300,00	450,00	Patrimônio Líquido	1.470,00	1.740,00
Ouro	300,00	450,00	Capital Social	1.300,00	1.300,00
Imobilizado	760,00	940,00			
Veículos	760,00	940,00	Reserva de Lucro	170,00	440,00
Deprec. Acumulada S/Veiculos	0,00	0,00			
Intangível	500,00	800,00			
Marca	500,00	800,00			
Gastos C/Proj. Des. Novo Produto		0,00			
Amortização Acumulada S.GPDNP		0,00			
TOTAL DO ATIVO	2.450,00	3.220,00	TOTAL DO PASSIVO	2.450,00	3.220,00

Fonte: Elaboração dos autores (2014).

Capital De Giro

Giro corresponde aos recursos aplicados para promoverem o desenvolvimento das operações de produção/comercialização de produtos e/ou mercadorias. Para a obtenção do valor do giro, utiliza-se a seguinte fórmula:

Capital de Giro (CG) 2006 = Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo

Capital de Giro (CG) 2006 = R\$ 790,00 + R\$ 100,00

Capital de Giro (CG) 2006 = R\$ **890,00**

Capital de Giro (CG) 2007 = Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo

Capital de Giro (CG) 2007 = R\$ 980,00 + R\$ 50,00

Capital de Giro (CG) = R\$ 1.030,00

Capital De Giro Próprio

O Capital de Giro Próprio corresponde aos recursos aplicados para funcionamento das operações de produção/comercialização de produtos e/ou mercadorias, deduzidos da parcela dos financiamentos de capitais de terceiros utilizados nas atividades operacionais, isto é, nos elementos que integram o Ativo Fixo. Para a obtenção do valor do giro próprio, utiliza-se a seguinte fórmula:

Capital de Giro Próprio (CGP) 2006

CGP = Patrimônio Líquido – {(Investimentos + Imobilizado + Intangíveis) – Financiamento a Longo Prazo}

CGP = R\$ 1.470,00 – (R\$ 1.560,00 – R\$ 500,00)

CGP = R\$ **410,00**

Capital de Giro Próprio (CGP) 2007

CGP = Patrimônio Líquido – {(Investimentos + Imobilizado + Intangíveis) – Financiamento a Longo Prazo}

CGP = R\$ 1.740,00 – (R\$ 2.190,00 – R\$ 550,00)

CGP = R\$ **100,00**

Capital Circulante Líquido

Capital Circulante Líquido corresponde aos bens e direitos disponíveis a curto prazo deduzidos dos Capitais de Terceiros de curto prazo. Entendem-se por curto prazo, valores vencíveis até o término do exercício seguinte. Para a obtenção do Capital Circulante Líquido, utiliza-se a seguinte fórmula:

Capital Circulante Líquido (CCL) – 2006

CCL = Ativo Circulante 2006 – Passivo Circulante 2006

CCL = R\$ 790,00 – R\$ 480,00

CCL = R\$ 310,00

Capital Circulante Líquido (CCL) – 2007

CCL = Ativo Circulante 2007 – Passivo Circulante 2007

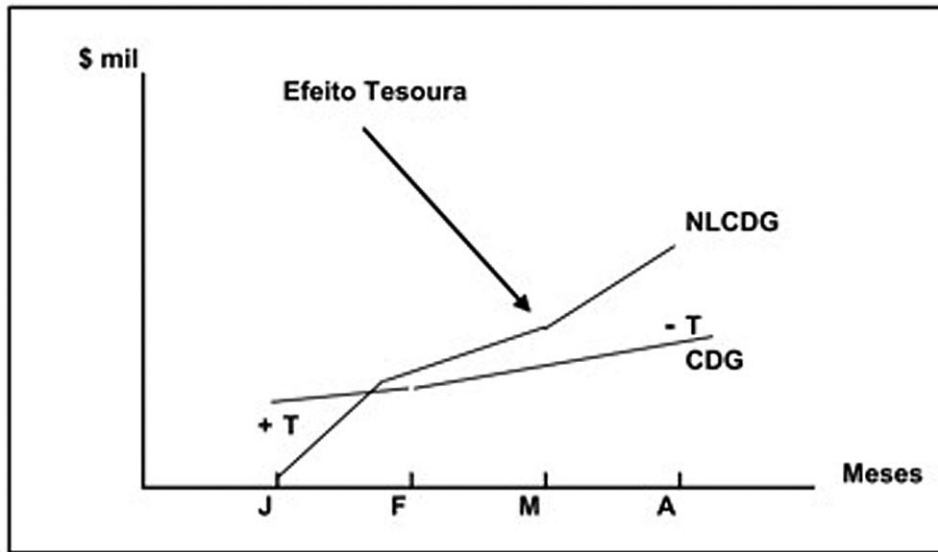
CCL = R\$ 980,00 – R\$ 930,00

CCL = R\$ **50,00**

Conforme você pôde ver no exemplo em estudos, é clara a tendência de queda, tanto do Capital de Giro Próprio, como também do Capital Circulante Líquido, o que deixa a empresa em situação plenamente desconfortável.

Na visão de Santi Filho e Oliquevitch (1995, p. 119), o Efeito Tesoura pode ser observado através da comparação entre a Necessidade Líquida de Capital de Giro (NLCDG) e o Capital de Giro (CDG), instalando-se, definitivamente, quando o valor da Necessidade Líquida de Capital de Giro for superior ao valor do Capital de Giro, conforme demonstrado no gráfico seguinte.

Figura 4.1 – Efeito tesoura



Fonte: Santi Filho e Oliquevitch, 1995.

Repetindo-se este fenômeno, isto é, o Efeito Tesoura por períodos subsequentes, ocorre uma forte tendência ao desequilíbrio econômico-financeiro.

Entretanto é importante observar que alguns autores têm como NLCG – Necessidade Líquida de Capital de Giro a relação entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, considerando, **exclusivamente**, os elementos decorrentes das operações da empresa, desconsiderando os demais elementos do AC e do PC.

Para apurar a NLCG da empresa por nós estudada, tomaríamos as seguintes contas do Ativo Circulante e do Passivo Circulante:

ATIVO	2006	2007	PASSIVO	2006	2007
Circulante			Circulante		
Clientes	340,00	370,00	Fornecedores	100,00	450,00
Estoques	350,00	450,00	Impostos a Recolher	60,00	70,00
			Ordenados a Pagar	120,00	150,00
TOTAL	690,00	820,00	TOTAL	280,00	670,00

NLCG = AC ou Aplicações no Giro – PC ou Fonte de Capital de Giro

Necessidade Líquida de Capital de Giro (NLCG) – 2006

$$\text{NLCG} = \text{R\$ } 690,00 - \text{R\$ } 280,00 = \text{R\$ } 410,00$$

Necessidade Líquida de Capital de Giro (NLCG) – 2007

$$\text{NLCG} = \text{R\$ } 820,00 - \text{R\$ } 670,00 = \text{R\$ } 150,00$$

Portanto, apesar da queda do Capital de Giro Próprio e do Capital Circulante Líquido, o Efeito Tesoura, conforme definido por Santi Filho e Oliquevitch (1995, p. 199), ainda não se teria instalado na empresa em estudo, pois o **Capital de Giro**, tanto em 2006 como em 2007, é superior à Necessidade Líquida de Capital de Giro.

Seção 5 – Fator de Insolvência

Só para relembrar, conforme destacado, o Prof. Stephen Charles Kanitz, Doutor em Ciências Contábeis pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, afirmou, em 1978, que os primeiros sintomas de uma insolvência surgem muito antes que ela se concretize e que as pequenas e médias empresas estão mais expostas à insolvência.

Em sua obra **Como Prever Falências**, Kanitz (1978, p. 2) diz que “existem diversos estudos mostrando que as empresas insolventes começam a acusar sinais de dificuldades bem antes de chegar ao ponto crítico de uma falência ou concordata.”

Prosseguindo com seus ensinamentos, o autor acrescenta:

É intuitivamente compreensível que a insolvência, sendo um processo que tem começo, meio e fim, se inicia muito antes de se concretizar. Portanto devem existir nos balanços publicados, antes da tragédia final, alguns indícios do que está para acontecer. Basta localizá-

los. Mas qual o caminho a ser seguido, se, a rigor, qualquer empresa tem probabilidade de falir? Talvez seja impossível prever uma falência com 100% de certeza, mas é perfeitamente possível identificar aquelas empresas que têm maiores possibilidades de falir em futuro não muito distante.

O autor recomenda a avaliação e acompanhamento constante do grau de solvência da empresa e adoção do método que ele mesmo idealizou e chamou de Fator de Insolvência, já estudado por você na disciplina Análise das Demonstrações Contábeis I.

A análise do índice de solvência permite descobrir empresas em estado de pré-falência, hierarquizar as empresas numa escala de solvência/insolvência, a fim de selecionar clientes prioritários e determinar previsões para a conta “devedores duvidosos”, segundo a probabilidade de insolvência de cada cliente. (KANITZ, 1978).

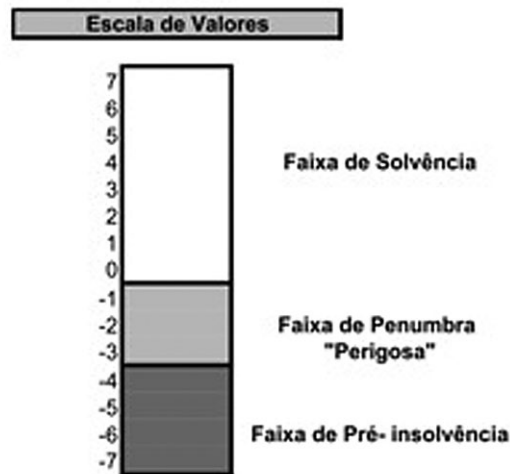
O modelo de **Insolvência** do Prof. Stephen C. Kanitz, divulgado pela Revista Exame, de dezembro de 1974, para avaliação prévia do estado de solvência ou insolvência das empresas, foi denominado pelo autor de **Fator de Insolvência**.

Conforme estudado na disciplina Análise das Demonstrações Contábeis I, esse modelo representa um indicador geral resultante da ponderação de cinco variáveis (indicadores parciais), que determina se a empresa está numa faixa perigosa, ou não, em termos de solvência. Com base no julgamento do fator de insolvência, Kanitz construiu uma escala de valores para indicação da maior ou menor probabilidade de falência ou concordata.

Kanitz ressalta que nem todas as empresas em situação de pré-solvência (-3 a -7) ou de penumbra (0 a -3) poderão falir ou impetrar concordata preventiva.

Segundo Walter (1980, p.103), “Uma empresa bem administrada poderá recuperar-se de uma situação financeira difícil em razão de fatores relacionados com o mercado supridor de matérias-primas ou consumidor de produtos finais, restrições da política de crédito das instituições financeiras etc.”.

Figura 4.2 - Escala de valores de Kanitz



Fonte. Elaboração dos autores (2014).

Indicadores utilizados para avaliação da capacidade financeira das empresas:

- Liquidez Seca x 3,55
- Liquidez Geral x 1,65
- Rentabilidade dos Capitais Próprios Médios x 0,05
- Endividamento ou participação de capitais x 0,33 de terceiros
- Liquidez Corrente x 1,06

Liquidez Seca x 3,55

$$\{(Ativo Circulante - Estoques) / Passivo Circulante\} \times 3,55$$

Liquidez Geral x 1,65

$$LG = \frac{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante} \times 1,65$$

Rentabilidade dos Capitais Próprios Médios x 0,05

$$\{(Lucro Final) / Patrimônio Líquido Médio\} \times 0,05$$

Endividamento ou participação de capitais de terceiros x 0,33

(Capitais de Terceiros / Patrimônio Líquido) x 0,33

Liquidez Corrente x 1,06

(Ativo Circulante / Passivo Circulante) x 1,06

É importante observar que alguns autores denominam o “Endividamento” utilizado na apuração do Fator de Insolvência, como “Participação de Capitais de Terceiros”, haja vista ser utilizada a mesma relação de elementos, ou seja, Capitais de Terceiros / Patrimônio Líquido.

Após calcular os indicadores supracitados, basta utilizar a Fórmula a seguir e avaliar a capacidade financeira das empresas através da escala de valores de Kanitz.

Fórmula do Fator de Kanitz = a + b + c - d - e**Onde:**

a = Rentabilidade dos Capitais Próprios

b = Liquidez Geral

c = Liquidez Seca

d = Liquidez Corrente

e = Participação de Capitais de Terceiros (CT ou Exigível Total / PL)

Observação: É importante observar que alguns autores denominam a relação entre o Exigível Total (CT), dividido pelo Patrimônio Líquido – PL, como Endividamento.

Assim, é possível que você encontre em alguns livros, especificamente no item “e”, a denominação “Endividamento x 0,33” e, em outros, “Participação de Capitais de Terceiros x 0,33”.

Podemos tomar como exemplo o caso da empresa em estudos e, caso esta apresente um resultado igual a -1 isto significaria um estado de penumbra, ou seja, a empresa deveria rever sua atuação para reverter o quadro apresentado e diminuir as chances de falência.

Coletando os valores apurados na disciplina de Análise das Demonstrações Contábeis I, temos:

- a) Rentabilidade dos Capitais Próprios Médios = 0,45
- b) Liquidez Geral = 1,12
- c) Liquidez Seca = 1,07
- d) Liquidez Corrente = 1,19
- e) Participação de Capitais de Terceiros = 1,45

Resolvendo teremos $> 0,45 \times 0,05 + 1,12 \times 1,65 + 1,07 \times 3,55 - 1,19 \times 1,06 - 1,45 \times 0,33$

Fator de Insolvência $> 5,67 - 1,74 = 3,93$ – Portanto, a empresa está em plena solvência.



Síntese

Nesta unidade, você teve a oportunidade de conhecer os aspectos determinantes do desequilíbrio econômico-financeiro das empresas.

Também observou que esse desequilíbrio pode ser resultante de diversos fatores e que, dentre eles, você vai encontrar a ausência de Capital de Giro, o elevado grau de endividamento, os baixos índices de rentabilidade do Patrimônio Líquido, as excessivas imobilizações, além de outras.

Você conheceu, também, o fenômeno denominado “*overtrading*” que, segundo Vertes e Würch (1978, p. 321), pode ser traduzido por “supertransação” e tem como consequências os efeitos da inflação, a ausência de Capital Circulante Líquido, a política de excessivas imobilizações, os grandes e sucessivos prejuízos,

além da realização de negócios em volume superior à capacidade financeira da empresa.

Seguindo as orientações dos autores antes citados, você pôde observar que a ausência ou a manutenção de níveis reduzidos de Capital Circulante Líquido, mesmo com a elevação dos níveis de vendas, caracteriza-se como a principal razão que leva ao desequilíbrio econômico-financeiro. Surge o fenômeno “*overtrading*”, decorrente de procedimentos inadequados na administração dos negócios.

Cautela e coerência devem sobrepor-se a cortes violentos nas atividades, para que a empresa consiga recuperar a normalidade dos negócios e a saúde financeira, sem risco de entrar definitivamente em processo falimentar.



Atividades de autoavaliação

1. A redução do Capital de Giro pode ser uma das causas determinantes do desequilíbrio econômico-financeiro das empresas? Explique.

2. Conforme você viu, uma das causas do “*overtrading*” consagra a elevação excessiva dos negócios. A realização da “Supervendas”, na visão de Vertes e Würch, além do aumento no volume de estoques, aumenta também os devedores. A que devedores os autores estão se referindo?



Saiba mais

Concluimos mais uma etapa de nossos estudos. Porém, como você sabe, em matéria de conhecimento não devemos impor barreiras e, assim, sugerimos a você a oportunidade de conhecer outros aspectos pertinentes ao desequilíbrio econômico-financeiro, ao “*overtrading*” e à previsão de falência das empresas, para ampliação e enriquecimento de seu aprendizado.

KANITZ, Stephen Charles. **Como prever falências**. São Paulo: McGraw-Hill, 1978.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2010.

VERTES, Alexandre; WÜRCH, Adolfo Walter. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. 6. ed. Porto Alegre: UNISINOS, 1982.

Análise da Gestão de Caixa



Objetivos de aprendizagem

- Discorrer adequadamente acerca da finalidade e a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Compreender as técnicas de Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).



Seções de estudo

Seção 1 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

Seção 2 Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)



Para início de estudo

Qual investidor ou dirigente não gostaria de possuir informações sobre o nível de recebimento das vendas geradas pela empresa, as disponibilidades financeiras, a capacidade para quitar dívidas, a cobertura de juros, a realização de novos investimentos, o modo como se forma o capital circulante líquido ou, até mesmo, as possibilidades de incremento dos negócios e retorno dos recursos investidos na empresa?

Neste sentido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) visa refletir as oscilações na posição financeira da entidade. A DFC propicia informações relevantes sobre as movimentações das entradas e saídas de caixa ocorridas durante o exercício.



Assim, podemos indagar:

Você conhece as informações fornecidas pela DFC?

Sabia que, através da DFC, podemos conhecer as causas das mudanças na situação financeira da empresa, bem como o que foi feito com o lucro gerado pelas operações?

Você deve ter ficado confuso (a), pois, provavelmente, desconhece a Análise Financeira da DFC. Mas não se preocupe: o conteúdo disponibilizado nesta unidade irá auxiliá-lo(a) a responder a essas indagações.

Seção 1 – Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

Conforme é do seu conhecimento, os aspectos pertinentes à estrutura e elaboração das Demonstrações Contábeis são tratados em disciplina específica. No que concerne à Demonstração do Fluxo de Caixa, a Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007, alterou, entre outros, o Artigo 176, da Lei das Sociedades por Ações, Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O Artigo 188, da Lei n. 6.404/76, com a nova redação instituída pela Lei n.º 11.638/07, assim estabelece em relação às indicações

que deverão ser evidenciadas na Demonstração do Fluxo de Caixa.

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176, desta Lei indicarão, no mínimo:

I – demonstração dos fluxos de caixa – alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalente de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos:

- a) das operações;
- b) dos financiamentos; e
- c) dos investidores.

Segundo Matarazzo (2003, p. 373), o instrumento adequado para análise da gestão do Caixa é a Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa (DFLC), pois ela permite extrair importantes informações sobre o comportamento financeiro da empresa no exercício. O autor acrescenta que avaliar a gestão de caixa apenas pelas Entradas e Saídas é relativamente perigoso.

É importante observar também que, assim como ocorria quando da elaboração da extinta Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR, para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa, o Contador também vai precisar recorrer à Contabilidade para conhecer a essência dos fatos lá registrados e que, de uma forma ou de outra, possam ter influenciado o comportamento do Caixa.



Por exemplo, ele precisa verificar se foram registradas receitas e despesas que provocaram o aumento e/ou diminuição dos lucros sem os competentes ingressos ou saída de caixa, além de identificar, também, todas as origens e aplicações de caixa.

Seguindo os ensinamentos do Professor Matarazzo, vamos adotar a Demonstração dos Fluxos de Caixa Líquido, isto é, aquele consagrado no Modelo Indireto.

Para tanto, vamos utilizar uma estrutura de análise que, além de amplamente detalhada, contempla integralmente os três níveis de segregação determinados pela Lei n.º 11.638/07, sendo nela, também, facilmente identificados os que são origens e/ou fontes e as aplicações de caixa. Veja, a seguir, como está estruturada a Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa – DFCL.

Veja, a seguir, como está estruturada a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, Método Indireto ou líquido, conforme definido no Manual de Contabilidade Societária, 2ª Edição, editado pela FIPECAFI, 2013.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MODELO INDIRETO ou LÍQUIDO				
1) ATIVIDADES OPERACIONAIS				
	a)	Lucro Líquido do Exercício Ajustado		
		Lucro Líquido do Exercício ou Período		
		(+)	Depreciações, Amortização, Exaustão	
		(+)	Prejuízo na Venda do Imobilizado	
		(+)	Resultado Negativo Equivalência Patrimonial	
		(-)	Resultado Positivo Equivalência Patrimonial	
		(-)	Lucro na Venda Bens Ativo Imobilizado	
		(+)	Variações Monetárias Passivas	
		(+)	Aumento nas Receitas Diferidas Líquidas	
		(±)	Ajustes de Avaliação a Valor Presente	
	b)	Outras Fontes Operacionais de Giro: (b1+b2+b3+B4)		
	b.1)	Aumentos nas Contas do Passivo Operacional de Giro		
	b.1.1)	Obrigações Operacionais		
			Aumento conta Ordenados a Pagar	
			Aumento conta Fornecedores	
	b.1.2)	Obrigações Provisionadas		
			Aumento conta Imposto a Recolher (Pagar)	
	b.2)	Outras Obrigações		
			Aumento Perdas Estimadas no Recebimento de Clientes	
	b.3)	Reduções nas Contas Ativo Operacional de Giro		
			Reclassificação do Ativo Realizável a Longo Prazo	
	c)	TOTAL DAS FONTES OPERACIONAIS (a + b)		100%

	d)	APLICAÇÕES NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		d.1)	Reduções nas Contas do Passivo Operacional de Giro		
		d.1.1)	Redução das Obrigações Operacionais		
		d.1.2)	Redução das Obrigações Provisonadas		
		d.1.3)	Redução de Outras Obrigações		
		d.2)	Aumento nas Contas do Ativo Operacional de Giro		
		d.2.1)	Aumento das Disponibilidades (Caixa)		
		d.2.2)	Aumento conta Clientes		
		d.2.3)	Aumento conta Estoques		
		d.2.4)	Aumento Despesas de Exercício Seguinte		
		d.2.5)	Aumento em Outras Contas do Ativo Operacional de Giro		
2) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (C-D)					
3) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
	3.a)	VENDAS DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES			
		3.a1)	(Alienação de bens Ativo Fixo - Valor de Venda)		
			Alienação Bens do Imobilizado		
		3.a2)	Vendas de Elementos dos Investimentos Permanentes		
		3.a3)	Outras Alienações do Ativo Não Circulante		
	3.b)	APLICAÇÕES EM INVESTIMENTOS NÃO CIRCULANTES			
		3.b1)	Aumento no Realizável a Longo Prazo		
		3.b2)	Aumento nos Investimentos (Permanentes)		
		3.b3)	Aumento no Imobilizado		
		3.b4)	Aumento no Intangível		
		3.b5)	Outros Investimentos no Ativo Não Circulante		
4) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
5) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
	5.a)	Aumento Dos Acionistas			
		5.a1)	Aumento ocorridos nas contas Patrimônio Líquido		
			Integralização do Capital Social		
		5.a2)	Outros aumentos nas contas do Patrimônio Líquido		
	5.b)	Aumento de Capitais de Terceiros			
		5.b1)	(Novos Financiamentos)		
		5.b2)	Novos Financiamentos		

	5.b3)	Novos Empréstimos Bancários		
	5.b4)	Duplicatas Descontadas		
	5.c	APLICAÇÕES NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
	5.c1	Reduções nas contas Finan. LP, Emp. Banc. e Dup. Desc.		
	5.c1.1)	Redução da conta Financiamentos a Longo Prazo		
	5.c1.2)	Redução da conta Duplicatas Descontadas		
	5.c1.3)	Redução da conta Empréstimos Bancários		
	5.c1.4)	Dividendos Distribuídos		
6)	CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS (5.a + 5.b - 5.c)			
7)	GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA (2 + 4 - 6)			
8)	SALDO INICIAL DE CAIXA			
9)	SALDO FINAL DE CAIXA (7 + 8)			

Observe que o primeiro Item (1) contempla os fluxos das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro, iniciando com o ajuste do Lucro Líquido apurado na Demonstração do Resultado do Exercício, em decorrência de fatos efetivamente registrados na Contabilidade que tenham aumentado ou diminuído o lucro sem as respectivas entradas e saídas de caixa. Complementa-se esse primeiro módulo com os aumentos ocorridos nas contas ou elementos do Passivo Operacional de Giro e as reduções nos elementos do Ativo Operacional de Giro.

Este mesmo Item consagra também as Aplicações nas Atividades Operacionais de Giro, ou seja, os investimentos realizados, incluindo as reduções das contas do Passivo Operacional de Giro e os aumentos nas contas do Ativo Operacional de Giro.

Do comparativo entre as Fontes das Atividades Operacionais e as Aplicações nas Atividades Operacionais de Giro, temos o Item 2, contemplando o Caixa Líquido das Atividades Operacionais.

No Item 3, inserem-se os fluxos oriundos dos Investimentos incluindo as fontes decorrentes das vendas e/ou alienações de bens do Ativo Não Circulante, Investimentos, Imobilizado e

Intangível, seguidas das aplicações nas contas de Investimentos incluindo os aumentos na contas do Realizável a Longo Prazo Caixa, Investimentos (permanentes), Imobilizado e Intangível. Do confronto entre as fontes e as aplicações teremos o Item 4 que contempla o Caixa Líquido das Atividades de Investimentos

No Item 5, dessa Demonstração Contábil, devem ser inseridas as fontes de oriundas das Atividades dos Financiamentos, incluindo os aumentos de novos financiamentos, empréstimos e duplicatas descontadas. Fechando esse Item, temos as aplicações nas Atividades de Financiamento ai se inseridas as reduções nas contas de Financiamentos a Longo Prazo, empréstimos bancários e duplicatas descontadas e os dividendos a distribuídos.

O Item 6, contempla o Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos consagrando a diferença entre as fontes e as aplicações de recursos nas Atividades de Financiamento. No Item 7, temos a Geração Líquida de Caixa que contempla a soma dos Caixas Líquidos das Atividades Operacionais, de Investimentos e de Financiamentos. O valor da Geração Líquida de Caixa somado ao Valor Inicial de Caixa contemplado no Item 8, nos dá o resultado final da Demonstração dos Fluxos de Caixas, isto é, o Saldo Final de Caixa que deve ser exatamente igual àquele inserido no Balanço Patrimonial do ano de apuração.

Para exemplificar, vamos recorrer às Demonstrações Contábeis da empresa em estudo, sendo importante destacar que para a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa o Balanço Patrimonial não deve estar reestruturado, pois, nesta demonstração temos que trabalhar com todas as contas do Balanço.

Tabela 3.8 – Balanço Patrimonial Não Reestruturado

BALANÇO PATRIMONIAL - EMPRESA UNIVERSITÓPOLIS - 31/12/2007					
ATIVO	2006	2007	PASSIVO	2006	2007
Circulante	852,00	1.085,00	Circulante	480,00	930,00
Caixa e Equivalente de Caixa	100,00	160,00	Obrigações das Operações	280,00	670,00
Banco	100,00	160,00	Ordenados a Pagar	120,00	150,00
			Impostos a Recolher	60,00	70,00
Créditos das Operações	600,00	725,00	Fornecedores	100,00	450,00
Clientes	340,00	370,00			
					continua...
Perdas Est. Créd. Liq. Duvidosa	-90,00	-95,00	Outras Obrigações	200,00	260,00
Estoques	350,00	450,00	Empréstimos Bancários	100,00	150,00
Mercadorias p/Revenda	350,00	450,00	Duplicatas Descontadas	100,00	110,00
Despesas de Exercício Seguinte	152,00	200,00			
Seguros a Vencer	152,00	200,00			
			Não Circulante	500,00	550,00
Não Circulante	1.750,00	2.280,00	Financiamentos Longo Prazo	500,00	550,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	100,00	50,00			
Aplicação Financeira L. P	100,00	50,00			
Investimentos	300,00	450,00	Patrimônio Líquido	1.622,00	1.885,00
Ouro	300,00	450,00	Capital Social	1.300,00	1.300,00
Imobilizado	760,00	940,00			
Veículos	1.500,00	1.740,00	Reserva de Lucro	322,00	585,00
Deprec. Acumulada S/Veículos	-740,00	-800,00			
Intangível	590,00	840,00			
Marca	500,00	800,00			
Gastos C/Proj. Des. Novo Produto	350,00	350,00			
Amortização Acumulada S.GPDNP	-260,00	-310,00			
TOTAL DO ATIVO	2.602,00	3.365,00	TOTAL DO PASSIVO	2.602,00	3.365,00

Tabela 3.9 – Demonstração do Resultado do Exercício de 2007

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO OU PERÍODO		
EMPRESA - UNIVERSITÓPOLIS - 31/12/2007		
OPERAÇÕES CONTINUADAS	2006	2007
1 RECEITA BRUTA DE VENDAS	7.600,00	6.500,00
Receitas de Vendas de Bens	7.600,00	6.500,00
Receitas de Serviços		
2 (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	2.636,80	2.161,00
Vendas Canceladas	0,00	
Descontos Incondicionais Concedidos	300,00	145,00
Devoluções de Vendas	462,00	420,00
Impostos Sobre as Vendas		
ICMS s/Vendas	1.213,46	1.033,60
PIS s/Vendas	118,85	100,32
COFINS s/Vendas	542,49	462,08
3 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	4.963,20	4.339,00
4 (-) Custos das Vendas	3.100,00	2.820,00
Custo das Mercadorias Vendidas	3.100,00	2.820,00
Custos dos Serviços Vendidos		
5 LUCRO BRUTO(3 -4)	1.863,20	1.519,00
6 (+/-) Despesas e Receitas Operacionais	1.179,52	850,97
(-) Despesas Comerciais	326,00	136,25
(-) Despesas Administrativas	923,52	764,72
(+) Outras Receitas Operacionais	0,00	0,00
(-) Outras Despesas Operacionais	0,00	0,00
(+ / -) Resultado da Equivalência Patrimonial	70,00	50,00
(+) Resultado Positivo Avaliação pelo MEP	70,00	50,00
7 RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS	683,68	668,03
7.a (+) Receitas Financeiras	220,00	150,00
7.b (-) Despesas Financeiras	-480,00	-450,00
8 RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	423,68	368,03
9 Imposto de Rendas (15%) + (10% sobre o que exceder a R\$ 60.000,00)	63,55	55,21
10 Contribuição Social (9%)	38,13	33,12

11	RESULTADO ou LUCROLÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	322,00	279,70
12	OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	0,00	0,00
	(+/-) Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	0,00	-16,70
	12.b) Lucro/Resultado Líquido de baixas de ativos e mensuração a valor justo		
13	RESULTADO OU LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO OU PERÍODO(11 (+/-) 12)	322,00	263,00

Conforme anteriormente destacado, para a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, modelo indireto ou líquido o Contador precisa recorrer aos registros contábeis e identificar determinados fatos, registrados na Contabilidade, que irão auxiliá-lo na elaboração e posterior análise dessa Demonstração. Tais fatos devem ser inseridos em nota explicativa, de forma a permitir seguro entendimento das oscilações ocorridas no fluxo financeiro da empresa, as quais demandaram reflexos no Caixa.

Notas Explicativas: para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, modelo indireto ou líquido

a)	Realizável a Longo Prazo	Houve reclassificação para o Ativo Circulante no valor de R\$ 50,00.
b)	Investimentos	Novas compras de ações foram realizadas no valor de R\$ 100,00. Foi efetuado registro do resultado positivo pelo Método da Equivalência Patrimonial, no valor de R\$ 50,00.
c)	Imobilizado	Foram realizadas novas aquisições no valor de R\$ 1.456,70. Foram vendidos bens no valor de R\$ 1.200,00, cujo valor residual importava em R\$ 1.216,70. A Depreciação do período importou no valor de R\$ 60,00.
d)	Intangível	Foram realizadas novas aplicações no valor de R\$ 300,00 e a Amortização do período importou em R\$ 50,00.
e)	Passivo Não Circulante	Houve reclassificação para o Passivo Circulante no valor de R\$ 150,00. Foram contraídos novos Financiamento no valor de R\$ 50,00 e foi corrigido o saldo devedor dos Financiamentos no valor de R\$ 150,00.

Não esqueça que, para obter estas informações com a devida segurança, você precisa ter acesso aos registros contábeis da empresa. Veja, agora, como fica a Demonstração dos Fluxos de Caixa, método indireto ou líquido, da empresa objeto de estudo.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MODELO INDIRETO ou LÍQUIDO – 31/12/2007			
1) ATIVIDADES OPERACIONAIS			
a)	Lucro Líquido do Exercício Ajustado	489,70	52,39%
	Lucro Líquido do Exercício ou Período	263,00	
(+)	Depreciações, Amortização, Exaustão	110,00	
(+)	Prejuízo na Venda do Imobilizado	16,70	
(-)	Resultado Positivo Equivalência Patrimonial	-50,00	
(+)	Variações Monetárias Passivas	150,00	
b)	Outras Fontes Operacionais de Giro: (b1+b2+b3)	445,00	47,61%
b.1)	Aumentos nas Contas do Passivo Operacional de Giro	390,00	
b.1.1)	Obrigações Operacionais	380,00	
	Aumento conta Ordenados a Pagar	30,00	
	Aumento conta Fornecedores	350,00	
b.1.2)	Obrigações Provisionadas	10,00	
	Aumento conta Imposto a Recolher (Pagar)	10,00	
b.2)	Outras Obrigações	5,00	
	Aumento Perdas Estimadas no Recebimento de Clientes	5,00	
b.3)	Reduções nas Contas Ativo Operacional de Giro	50,00	
	Reclassificação do Ativo Realizável a Longo Prazo	50,00	
c)	TOTAL DAS FONTES OPERACIONAIS (a + b)	934,70	100%
d)	APLICAÇÕES NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	178,00	19,04%
d.1)	Reduções nas Contas do Passivo Operacional de Giro	0,00	
d.2)	Aumento nas Contas do Ativo Operacional de Giro	178,00	19,04%
d.2.2	Aumento conta Clientes	30,00	3,21%
d.2.3)	Aumento conta Estoques	100,00	10,70%
d.2.4)	Aumento Despesas de Exercício Seguinte	48,00	5,14%

2)	CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (C-D)	756,70	80,96%
3)	ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
3.a)	VENDAS DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES	1.200,00	128,38%
3.a1)	(Alienação de bens do Ativo Fixo - Valor de Venda)		
	Alienação Bens do Imobilizado	1.200,00	
3.b)	APLICAÇÕES EM INVESTIMENTOS NÃO CIRCULANTES	1.856,70	198,64%
3.b2)	Aumento nos Investimentos (Permanentes)	100,00	10,70%
3.b3)	Aumento no Imobilizado	1.456,70	155,85%
3.b4)	Aumento no Intangível	300,00	32,10%
4)	CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-656,70	-70,26%
5)	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
5)	5.a) Aumento Dos Acionistas	0,00	
5.b)	Aumento de Capitais de Terceiros	110,00	11,77%
5.b1)	Aumento nas contas de Financiamentos (Novo Financiamento)	50,00	5,35%
5.b2)	Novos Empréstimos Bancários	50,00	5,35%
5.b3)	Aumento na conta de Duplicatas Descontadas	10,00	1,07%
5.c)	APLICAÇÕES NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	150,00	16,05%
5.c1)	Reduções nas contas Finan. LP, Emp. Banc. e Dup. Desc.	150,00	16,05%
5.c1.1)	Redução de Financiamentos Longo Prazo (Reclassificação P/Circ)	150,00	
6)	CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS (5.a + 5.b - 5.c)	-40,00	-4,28%
7)	GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA (2 + 4 - 6)	60,00	6,42%
8)	SALDO INICIAL DE CAIXA	100,00	10,70%
9)	SALDO FINAL DE CAIXA (6 + 7)	160,00	17,12%

Seção 2 – Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A análise do Fluxo de Caixa deveria ser a preocupação principal de todo e qualquer investidor ou dirigente que almeja a continuidade dos negócios da empresa. A inoperância do fluxo financeiro pode levar à falência qualquer empresa, por mais bem estruturada que esteja.

Segundo Matarazzo (2003, p. 373), até mesmo a empresa inadimplente, ao deixar de cumprir parte ou a totalidade de seus compromissos, tem o saldo de caixa batido. Isso também vale para a empresa mal administrada, que toma empréstimos de curto prazo para realizar operações sem retorno e/ou para cobrir prejuízos.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa, modelo indireto ou líquido, permite verificar se a empresa tem gerado recursos suficientes para financiar suas atividades, sejam elas operacionais e não operacionais.

A estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa, modelo indireto ou líquido, além de acompanhar as Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e contemplar todas as segregações determinadas pelas Leis n.ºs 11.638/07 e 11.941/09, reflete, com perfeição, todas as oscilações ocorridas no Caixa, oferecendo ampla visão de todas as origens operacionais e não operacionais, bem como, de todas as aplicações de recursos realizadas durante o exercício.



A Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, seja no modelo direto ou indireto deve ser analisada por meio da Técnica de Análise Vertical, tendo como ponto central as **Fontes Operacionais de Caixa ou Giro**, que representam os 100%, dos recursos gerados pelas operações objeto da empresa. A partir dessa Fonte das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro é que devemos analisar cada Grupo, Subgrupo e Conta que integram a estrutura dessa Demonstração. Para tanto, deve-se calcular, percentualmente, cada um de seus componentes em relação ao total das **Fontes das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro**.

Exemplo de Relatório de Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa, modelo indireto ou líquido.

Empresa: Universitópolis Ltda.

Período: 01/01 a 31/12/2007

Após análise dos elementos que integram a Demonstração dos Fluxos de Caixa Líquido, isto é, elaborado pelo método indireto, da empresa Universitópolis Ltda., elaborada em observância aos fatos registrados contábeis efetuados no decorrer do exercício de X1, destacam-se as informações a seguir elencadas.

- a. A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada com base nos elementos integrantes do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício e as Notas Explicativas pertinentes ao exercício financeiro de X1.
- b. O fator básico para a análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa Líquido – DFC contempla o Total das Fontes das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro, devendo, em relação a este indicador ou montante, ser considerados todos os demais elementos que integram a demonstração em estudo.
- c. Dos 100% das Fontes Operacionais de Caixa ou Giro, 52,39% estão representados pelas origens das Fontes Operacionais, ou seja, pelo Lucro Líquido Ajustado pelas operações e/ou fatos registrados na Contabilidade, que aumentaram ou diminuíram o lucro sem os respectivos ingressos ou saídas de caixa e também pela exclusão de valores que não pertencem ou foram gerados pelas Atividades Operacionais da empresa; e 47,61% consagram as Fontes decorrentes do aumento nas contas do Passivo Operacional de Giro, ou seja, Passivo Circulante e aquelas decorrentes da Redução nas contas do Ativo Operacional de Giro, isto é, do Ativo Circulante, incluindo, ainda, as Reclassificações do Ativo Realizável a Longo Prazo para o Circulante.
- d. O Lucro Líquido do Exercício ou Período, apurado na Demonstração do Resultado do Exercício ou Período, que inicialmente representa 28,14% das Fontes das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro, está sendo reduzido em 5,35%, em decorrência do Registro Positivo pelo Método da Equivalência Patrimonial (avaliação de investimentos), no valor de R\$ 50,00, sem que tenha ocorrido o ingresso dos recursos no caixa.

- e. As Aplicações nas Atividades Operacionais de Giro atingiram o montante de R\$ 178,0 e representam 19,04% do Total das Fontes das Atividades Operacionais de Giro ou Caixa. Deste percentual, 3,21% estão representados pelo aumento na conta Cliente, 10,70% correspondem ao aumento verificado nos Estoques da empresa e 5,14% são provenientes das Aplicações nas contas do Subgrupo de Despesas de Exercícios Anteriores.
- f. O Caixa Líquido das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro somam a importância de R\$ 756,70 e representam 80,96% do Total das Fontes das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro.
- g. As Fontes das Atividades de Investimentos, que contemplam as origens de recursos não circulantes e somam a importância de R\$ 1.200,00 e tem sua representação assegurada pela Alienação de Bens do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 1.200,0 – que representa 128,38% em relação ao total das Fontes das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro.
- h. As Aplicações nas Atividades Investimentos ou não operacionais somaram R\$ 1.856,70, correspondendo a 198,64% em relação ao Total das Fontes das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro e está assim representada: 10,70%, R\$ 100,00 originários dos novos Investimentos Permanentes realizados pela empresa, 155,85%, R\$ 1.456,70 oriundos das novas aquisições de bens do Subgrupo Imobilizado, e 32,10%, R\$ 300,00, provenientes do aumento das aplicações realizadas no Subgrupo do Intangível. Veja que por essa composição o Caixa Líquido das Atividades de Investimento apresenta-se negativo no valor de R\$ 656,70, representando 70,26% do total das Fontes das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro.
- i. Já as Fontes das Atividades de Financiamentos que representam os ingressos ou origens de recursos de terceiro e dos sócios ou acionistas, somaram R\$ 110,00, e correspondem a 11,77% do total das Fontes das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro. As aplicações nas Atividades de Financiamentos somaram a importância de R\$ 150,00 e estão representadas pela reclassificação (diminuição) processada na conta de Financiamentos a Longo Prazo para o Passivo Circulante. Esta corresponde a 16,05%, do valor total das Fontes das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro.

Você pode observar também, que com essa composição das Atividades de Financiamento, o Caixa Líquido dessas Atividades também se apresenta negativo no valor de R\$ 40,00.

- j. A Geração Líquida de Caixa, no valor de R\$ 60,00, representa 6,42%, é obtido da soma dos Caixas Líquidos das Atividades Operacionais (R\$ 756,70, de Investimentos (- R\$ 656,70) e de Financiamento (- R\$ 40,00) , adicionada ao valor de R\$ 100,00 (10,70%) que corresponde ao Saldo Inicial de Caixa, irá formar o novo Saldo Final de Caixa, resultando na importância de R\$ 160,00, que equivale a 17,12%, do Total das Fontes das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro.
- k. Os elementos integrantes da Demonstração dos Fluxos de Caixa, modelo indireto ou líquido mostram uma relativa tendência de imobilização dos recursos, haja vista – mesmo tendo as Origens das Atividades de Investimento, ou seja, não operacionais, decorrentes da alienação de ativos, representado 123,38%, em relação ao total das Fontes das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro, no mesmo período – as aplicações nos Subgrupos que integram o Ativo Fixo (Investimentos, Imobilizado e Intangível) terem atingido percentual superior a 198,64%, enquanto que as Aplicações nas Atividades Operacionais de Caixa ou Giro atingiram apenas 19,04% do Total das Fontes das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro.
- l. A redução dos elementos das Atividades de Financiamentos, que não fazem parte das operações específicas do objeto da empresa, ficou limitada à reclassificação de uma parcela dos Financiamentos de longo prazo para o Passivo Circulante, no valor de R\$ 150,00.

Conforme você pode observar, toda a avaliação deve ser realizada tendo por base as o valor total das Fontes das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro, para que se possa obter a visão do volume de recursos gerados pelo giro das operações atinentes ao objeto social da empresa. Além da análise percentual em relação a Origens Operacionais e Não Operacionais (Atividades de Investimentos e Financiamentos), você pode também avaliar quais recursos foram aplicados nesta ou naquela conta ou elemento.

Para que você possa exercitar e consolidar seus conhecimentos, estamos inserindo outro exemplo de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, modelo indireto ou líquido. Para essa segunda exemplificação, vamos utilizar as Demonstrações Contábeis da Companhia Verde, que estão assim compostas, conforme demonstrado no balanço a seguir.

COMPANHIA VERDE					
BALANÇO PATRIMONIAL - 31/12/2007					
ATIVO	2006	2007	PASSIVO	2006	2007
Circulante	R\$ 785,00	R\$ 1.050,00	Circulante	R\$ 515,00	R\$ 615,00
Caixa	R\$ 35,00	R\$ 135,00	Ordenados a Pagar	R\$ 20,00	R\$ 60,00
Clientes	R\$ 550,00	R\$ 580,00	Impostos a Pagar	R\$ 30,00	R\$ 60,00
Estoques	R\$ 200,00	R\$ 335,00	Fornecedores	R\$ 285,00	R\$ 350,00
			Empréstimos Bancários	R\$ 50,00	R\$ 80,00
			Duplicatas Descontadas	R\$ 130,00	R\$ 65,00
Não Circulante	R\$ 230,00	R\$ 295,00	Não Circulante	R\$ 50,00	R\$ 80,00
Ativo Realizável L. P.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Financiamentos	R\$ 50,00	R\$ 80,00
Investimento	R\$ 10,00	R\$ 15,00			
Imobilizado	R\$ 280,00	R\$ 370,00	Patrimônio Líquido	R\$ 450,00	R\$ 650,00
(=) Depreciação Acumulada	R\$ 60,00	R\$ 90,00	Capital social	R\$ 350,00	R\$ 497,00
			Reservas Lucro	R\$ 100,00	R\$ 153,00
TOTAL DO ATIVO	R\$ 1.015,00	R\$ 1.345,00	TOTAL DO PASSIVO	R\$ 1.015,00	R\$ 1.345,00

COMPANHIA VERDE		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO OU PERÍODO - 31/12/2007		
OPERAÇÕES CONTINUADAS		
1	Receita Bruta de Vendas	R\$1.440,00
2	(-) Deduções	R\$225,00
	2.1 Devoluções de Vendas	R\$ 15,00
	2.2 Abatimentos	-
	2.3 Impostos sobre as Vendas	R\$ 210,00
3	Receita Operacional Líquida (1-2)	R\$ 1.215,00
4	(-) Custos Operacionais	R\$ 843,95
5	Lucro Bruto (3-4)	R\$371,05
6	(-) Despesas Operacionais	R\$ 240,00
	6.1 Despesas com Vendas	R\$ 140,00
	6.2 Despesas Administrativas	R\$ 105,00
	(±) Outras Receitas e Despesas Operacionais	

	(+) - Resultado Positivo pelo Método Equivalência Patrimonial	R\$ 5,00
7	Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras	R\$ 131,05
	7.a (-) Despesas Financeiras (-)	(R\$ 90,00)
	7.b (+) Receitas Financeiras	R\$ 15,00
8	Resultado ou Lucro Antes do IR e da CSSLL	R\$ 56,05
	(-) Provisão para o Imposto de Renda	R\$ 8,41
	(-) Provisão para a Contribuição Social	R\$ 5,04
9	Resultado ou Lucro das Atividades Continuadas	R\$ 42,60
10	Resultado Líquido após Trib. Atividades Descontinuadas	R\$ 30,40
13	Lucro Líquido do Exercício ou Período	R\$ 73,00

NOTA EXPLICATIVA da DRE N.º 1

O Resultado Líquido após Tributos das Atividades Descontinuadas está assim composto:

1	Vendas de Bens do Ativo Imobilizado	R\$ 80,00
2	(-) Custos das Vendas de Bens do Ativo Imobilizado	-R\$ 40,00
3	Resultado Líquido antes Tributos das Atividades Descontinuadas	R\$ 40,00
4	(-) Imposto de Renda	-R\$ 6,00
5	(-) Contribuição Social	-R\$ 3,60
6	Resultado Líquido após Tributos das Atividades Descontinuadas	R\$ 30,40

Notas Explicativas: para elaboração da Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa.

a)	Investimentos	Ocorreu ajuste positivo verificado pelo método de equivalência patrimonial, no valor de R\$ 5,00.
b)	Imobilizado	Novas aquisições foram realizadas no valor de R\$ 150,00. Foi vendido um bem por R\$ 80,00 cujo valor de aquisição importou em R\$ 60,00. A depreciação acumulada sobre esse bem importou em R\$ 20,00. A depreciação registrada no período em despesa importou em R\$ 50,00.
c)	Passivo Não Circulante	Foi reclassificada a importância de R\$ 30,00 para o Passivo Circulante que serão pagos no próximo exercício. Durante o exercício ocorreram variações monetárias passivas de R\$ 20,00 e novos empréstimos foram realizados no valor de R\$ 40,00.
d)	Patrimônio Líquido	Ocorreu aumento de capital na importância de R\$ 147,00. O lucro do exercício importou em R\$ 73,00. Foram distribuídos dividendos na importância de R\$ 20,00.

COMPANHIA VERDE			
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
1) ATIVIDADES OPERACIONAIS			
a)	Lucro Líquido Ajustado	R\$ 98,00	42,06%
	Lucro Líquido do Exercício ou Período	R\$ 73,00	
(+)	Depreciações, Amortização, Exaustão	R\$ 50,00	
(-)	Lucro na Venda do Imobilizado	-R\$ 40,00	
(-)	Resultado Positivo Equivalência Patrimonial	-R\$ 5,00	
(+)	Variações Monetárias Passivas	R\$ 20,00	
b)	Outras Fontes Operacionais de Giro: (b1+b2+b3)		
b.1)	Aumentos nas Contas do Passivo Operacional de Giro	R\$ 135,00	57,94%
b.1.1)	Obrigações Operacionais	R\$ 105,00	
	Aumento conta Ordenados a Pagar	R\$ 40,00	
	Aumento conta Fornecedores	R\$ 65,00	
b.1.2)	Obrigações Provisionadas	R\$ 30,00	
	Aumento conta Imposto a Recolher (Pagar)	R\$ 30,00	
b.2)	Outras Obrigações	R\$ 0,00	
b.3)	Reduções nas Contas Ativo Operacional de Giro	R\$ 0,00	
c)	TOTAL DAS FONTES OPERACIONAIS (a + b)	R\$ 233,00	100%
d)	APLICAÇÕES NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	R\$ 165,00	70,82%
d.1)	Reduções nas Contas do Passivo Operacional de Giro	R\$ 0,00	
d.2)	Aumento nas Contas do Ativo Operacional de Giro	R\$ 165,00	70,82%
d.2.2)	Aumento conta Clientes	R\$ 30,00	
d.2.3)	Aumento conta Estoques	R\$ 135,00	
2)	CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (C-D)	R\$ 68,00	29,18%
3) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			

3.a)	VENDAS DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES	R\$ 80,00	34,33%
3.a1)	(Alienação de bens Ativo Fixo - Valor de Venda)	R\$ 80,00	
	Alienação Bens do Imobilizado	R\$ 80,00	
3.b)	APLICAÇÕES EM INVESTIMENTOS NÃO CIRCULANTES	R\$ 150,00	64,38%
3.b3)	Aumento no Imobilizado	R\$ 150,00	
4)	CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-R\$ 70,00	-30,04%
5)	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	R\$ 217,00	93,13%
5.a)	Aumento Dos Acionistas	R\$ 147,00	
5.a1)	Aumento de Capital pelos Acionistas	R\$ 147,00	
5.b)	Aumento de Capitais de Terceiros	R\$ 70,00	30,04%
5.b1)	Aumento nas contas de Financiamentos	R\$ 40,00	
5.b2)	Novos Empréstimos Bancários	R\$ 30,00	
5.c)	APLICAÇÕES NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	R\$ 115,00	49,36%
5.c1)	Reduções nas contas Finan. LP, Emp. Banc. e Dup. Desc.	R\$ 115,00	
5.c1.1)	Redução na conta Financiamentos a Longo Prazo	R\$ 30,00	
5.c1.2)	Redução da Contas Duplicatas Descontadas	R\$ 65,00	
5.c1.3)	Dividendos Distribuídos	R\$ 20,00	
6)	CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS (5.a + 5.b - 5.c)	R\$ 102,00	43,78%
7)	GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA (2 + 4 - 6)	R\$ 100,00	42,92%
8)	SALDO INICIAL DE CAIXA	R\$ 35,00	15,02%
9)	SALDO FINAL DE CAIXA (6 + 7)	R\$ 135,00	57,94%

Obs.:: O Cálculo percentual e análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa da Companhia Verde, você fará nas atividades de autoavaliação.



Síntese

O conteúdo disponibilizado nesta unidade proporcionou a você conhecer as técnicas e características do processo de análise da gestão do caixa.

Conforme é do seu conhecimento, por força das alterações na Lei das Sociedades por Ações, Lei n.º 6.404/76, produzidas pela Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2008 e pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, que aprovou a Medida Provisória n.º 449/08 e instituiu o Regime de Tributação Transitório e outras providências, a Demonstração dos Fluxos de Caixa substituiu a extinta Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR.

De acordo com as determinações do Diploma Legal destacado no item anterior, a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC deve refletir todas as variações ocorridas durante o exercício, no saldo de caixa e seus equivalentes, segregando essas alterações em, pelo menos, três fluxos distintos: aqueles decorrentes das operações, dos financiamentos e dos investidores.

Como antes mencionado, optou-se por utilizar o modelo proposto pelo Manual de Contabilidade Societária, editado pela FIPECAF, em sua segunda edição, por contemplar a estrutura determinada pelo Conselho Federal de Contabilidade, especialmente a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.296/10. A estrutura apresentada oferece a oportunidade de visualizar com precisão todas as origens e aplicações operacionais e não operacionais, incluindo a participação de cada um de seus componentes.

Conforme você pode observar, para a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, método direto ou indireto, o Contador precisa conhecer a integridade dos registros contábeis e destacar, em nota explicativa, aqueles aspectos ou fatos que as Demonstrações Contábeis – especialmente o Balanço Patrimonial – pelas suas próprias características e finalidade, não evidenciam.

Seguindo os ensinamentos do Professor Matarazzo, trabalhou-se com a Demonstração do Fluxo de Caixa, que consagra o método indireto ou líquido, em virtude de ser mais completo e oferecer maior gama de informações no processo de análise.

É importante chamar a atenção para o fato de que, na Análise do Balanço Patrimonial, conforme se procede na elaboração e análise da Matriz, estamos procedendo à avaliação da posição estática dos elementos patrimoniais. Porém, quando tratamos de analisar as oscilações ocorridas e/ou promovida pelos fatos contábeis, estamos trabalhando a dinâmica patrimonial e, assim, é preciso considerar as transferências entre os elementos que integram os diversos Grupos, Circulante, Não Circulante, Patrimônio Líquido, das Atividades Operacionais, dos Investimentos e dos Financiamentos.

Dessa forma, é importante observar que nem sempre o que é Operacional no Balanço Patrimonial e/ou na Matriz, é, ou faz parte do Giro. Daí, a importância das Notas Explicativas que auxiliam na elaboração, seja da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, no método ou modelo direto e indireto.



Saiba mais

Ao final de cada etapa, disponibilizamos a você a oportunidade de ampliar seus estudos e aprimorar seus conhecimentos. Sendo que, em Análise das Demonstrações Contábeis, algumas das indicações acabam tornando-se repetitivas, devido ao fato de escolhermos autores que utilizem uma linguagem clara e objetiva, facilitando, desta forma, o seu entendimento. Para aprofundar-se nos Estudos desta Unidade, sugerimos a leitura das seguintes obras:

BARBIERI, Geraldo. **Fluxo de caixa**: modelos para bancos múltiplos. São Paulo: FEA/USP, 1995. 262 p.

BRASIL, **Resolução CFC n. 1.296/10 – Aprova a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.**

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações financeiras: estrutura, análise e interpretação.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SÁ, Antônio Lopes de. **Moderna análise de balanços ao alcance de todos.** Curitiba: Juruá, 2005.

UNIDADE 6

6

Análise da Situação Econômica



Objetivos de aprendizagem

- Compreender os aspectos a serem observados na Análise da Gestão do Lucro.
- Desenvolver habilidades em relação às características e aplicação prática da Alavancagem Financeira.
- Conhecer e formar concepção acerca da finalidade, estrutura e análise da Demonstração do Valor Adicionado.



Seções de estudo

- Seção 1** Finalidade da Gestão do Lucro
- Seção 2** Indicadores utilizados na Análise da Gestão do Lucro
- Seção 3** O Valor Adicionado



Para início de estudo

Existem vários métodos de Análise das Demonstrações Contábeis. Podemos aplicar técnicas ou processos de análise para avaliar a participação de cada componente na composição do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, da Demonstração do Fluxo de Caixa, ou seja, em qualquer uma das Demonstrações Financeiras apresentadas pelas empresas.

É possível, também, avaliar essa participação ao longo de períodos sucessivos e compará-los com indicadores-padrão. Enfim, existe vasto campo a ser explorado na Análise das Demonstrações Contábeis. Porém todos possuem um único objetivo que consiste no auxílio em processo de tomada de decisão.

A Alavancagem Financeira constitui outro importante instrumento auxiliador nesse processo de análise e transformação dos números das Demonstrações Financeiras em informações úteis ao processo decisório, especialmente quando a decisão envolver a gestão do lucro e a aplicação de recursos próprios ou de terceiros.

Seção 1 – Finalidade da Gestão do Lucro

Como é do seu conhecimento, a Análise das Demonstrações Contábeis constitui instrumento de vital importância no que tange ao fornecimento de informações gerenciais úteis ao processo de tomada de decisão. Dentre as informações extraídas dessas demonstrações, destacam-se as voltadas à gestão do lucro.

O lucro configura-se o retorno esperado sobre os investimentos realizados em um dado período pela empresa. Os investimentos, por sua vez, podem ser aqueles originários das operações, isto é, advindos da finalidade a que se destina a empresa e, também, aqueles advindos de outras operações.



Uma indústria de sorvete obterá receita operacional proveniente do investimento na produção e venda de sorvetes, receita financeira advinda de investimentos em aplicações financeiras e outras receitas não operacionais, como a venda de um bem do imobilizado, etc. Desses investimentos, após a realização dos negócios, extraídas as deduções, custos e despesas, resulta o tão esperado lucro.

A gestão do lucro pode atrair investimentos externos como pode também afastá-los. Gerar lucros para remunerar o capital, seja de terceiros ou próprio, é e sempre será o alvo das empresas com finalidade lucrativa.

Assim, pode-se dizer que a Análise da Gestão do Lucro tem a finalidade de avaliar a capacidade que as empresas possuem de assegurar retorno ao capital investido.

Segundo Matarazzo (2003, p.389), “a análise da gestão do lucro consiste no principal relatório baseado nas demonstrações financeiras de que podem fazer uso os dirigentes da uma empresa.”

Ainda, conforme Matarazzo (1998), “a eficiência da empresa em gerar lucros apura-se através da chamada taxa de retorno sobre os investimentos, que pode ser capturada através da simples divisão do lucro pelos investimentos realizados, ou, de forma mais precisa, pelos níveis ou graus de alavancagem decorrente do incremento dos negócios”.

Entretanto a boa gestão dos negócios exige que você conheça e defina, com precisão, o indicativo gerencial que irá adotar. Assim, é indispensável definir qual o lucro que pretende avaliar, bruto, operacional, lucro antes do imposto de renda, lucro antes das despesas financeiras, ou mesmo, o lucro líquido final. Além da escolha do lucro e investimento a serem analisados, há a necessidade da definição do prazo ou período de abrangência do lucro, se o investimento é o inicial, médio, final, ou corrigido pela inflação. Esses são aspectos que também devem ser levados em conta no momento da análise.

Outro aspecto de vital importância para você observar na leitura recomendada consiste no enorme número de fórmulas e versões

que são apresentadas nos livros sobre a análise da gestão do lucro. É permitido supor que tantas fórmulas se devem ao fato de que cada autor procura registrar a sua marca na forma de analisar as Demonstrações Contábeis, corroborando-a com suas convicções obtidas na prática profissional.

O importante é que você observe essas diferenças e se concentre naquilo que melhor contribua para o seu processo de aprendizagem. Essas diferentes fórmulas da análise da gestão do lucro demonstram focos distintos dos autores, porém todos com o propósito de oferecer elementos e informações que, sem dúvida, auxiliarão no processo de tomada de decisão.



O uso do Ativo e/ou do Patrimônio Líquido, médios, ou aqueles verificados no ano de apuração, ou seja, os números finais representam um dos casos típicos da variação dos aspectos oferecidos pelos diversos autores.

A verdade é que, no decorrer de um dado exercício, ocorrem oscilações, elevando ou diminuindo o volume dos negócios e, por consequência, o lucro. Assim, a utilização do Ativo ou do Patrimônio Líquido médio oferece mais representatividade aos indicadores obtidos, ou seja, mais consistência à variação total ocorrida no período, refletindo com maior precisão os resultados obtidos.

Seção 2 – Indicadores utilizados na Análise da Gestão do Lucro

Se você recorrer aos autores do ramo da Ciência Contábil, vai observar que, para Análise da Gestão do Lucro, são utilizados os indicadores de Alavancagem Financeira.

Braga (2006, p. 170) define a alavancagem como “a capacidade que a empresa possui de usar ativos ou fundos com

determinado custo fixo, a fim de aumentar o grau de retorno dos recursos dos acionistas ou sócios.” O autor acrescenta que “a alavancagem ocorre em diferentes graus, quanto maior for o grau de alavancagem, maior será o risco – porém, maior será o retorno esperado.”

Versando sobre a alavancagem, Matarazzo (1998, p. 403) define que “o retorno do capital próprio de uma empresa depende tanto da rentabilidade do negócio quanto da boa administração financeira.”

O estudo da alavancagem baseia-se em dois níveis ou índices, ou seja, Alavancagem Financeira e Operacional.

Na sequência, você vai ter a oportunidade de conhecer e estudar a apuração e interpretação dos indicadores de alavancagem, ou retorno dos recursos, e formar domínio sobre eles.

Alavancagem Financeira

A Alavancagem Financeira contempla a relação entre o Lucro Líquido Final, dividido pelo Patrimônio Líquido Médio do período, e esse mesmo Lucro Líquido, adicionado aos encargos financeiros, dividido também pelo Ativo Médio.

Adicionando os encargos financeiros e reapurando os valores pertinentes ao Imposto de Renda e da Contribuição Social, o resultado final vai nos mostrar em que dimensão a empresa conseguiu alavancar seu Capital Próprio, trabalhando com recursos de terceiros.

Objetivando demonstrar os efeitos da Alavancagem Financeira, você vai conhecer e trabalhar o Grau de Alavancagem Financeira e o Grau de Alavancagem Operacional.

Grau de Alavancagem Financeira

O Grau de Alavancagem Financeira representa a relação entre a rentabilidade dos capitais próprios sobre o retorno dos investimentos, sem que tivessem ocorrido despesas financeiras. Demonstra ser vantajoso, ou não, trabalhar com recursos de terceiros.

$$\frac{\frac{\text{Lucro Final} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}}{\frac{((\text{Lucro antes do IR} + \text{Despesas Financeiras}) - (\text{Provisão para o IR e CS})) \times 100}{\text{Ativo Médio}}}$$

Nota: Considerar apenas juros pagos em decorrência de empréstimos ou financiamentos.

Interpretação: Se o resultado apresentado for superior à unidade, significa que foi vantajoso trabalhar com recursos de Terceiros. No entanto, se o resultado apresentado for inferior à unidade, significa que foi desvantajoso.

Exemplo:

Ativo: R\$ 1.000,00

Obrigações: R\$ 400,00

P. Líquido: R\$ 600,00

Vendas: R\$ 2.000,00

CMV: R\$ 1.500,00

Lucro Bruto: R\$ 500,00

Despesas Operacionais: R\$ 280,00

Administrativas: R\$ 150,00

Comerciais: R\$ 50,00

Financeiras: R\$ 80,00

Lucro Final: R\$ 220,00

Fórmula:

$$\frac{\frac{\text{R\$ 220,00} \times 100}{\text{R\$ 600,00}}}{\frac{(\text{R\$ 220,00} + \text{R\$ 80,00}) \times 100}{\text{R\$ 1.000,00}}} = \frac{36,67\%}{30\%} = 1,22$$

Interpretação: O acréscimo ocorrido no índice de 0,22, se multiplicado pela taxa de retorno de investimento que, neste caso, corresponde a 30%, apresentará o percentual de lucro incidente sobre o Patrimônio Líquido. Portanto, ao multiplicar 6,66% por R\$ 600,00, será encontrado o valor de R\$ 40,00. Esse valor corresponde ao benefício da empresa por ter operado com recursos de terceiros. Se não, vejamos: Se não tivesse trabalhado com recursos de terceiros, o lucro final seria de R\$ 180,00, e não R\$ 220,00.

Vamos utilizar agora os elementos constantes das Demonstrações Contábeis da empresa em estudo. Portanto são estes os elementos a serem considerados na apuração:

Tabela 6.1 – Elementos para apuração do Grau de Alavancagem Financeira

	R\$
Lucro Líquido final	263,00
Patrimônio Líquido do Início do período	1.470,00
Patrimônio Líquido do final do período	1.740,00
Lucro Antes do IR e CSLL	368,03
Despesas Financeiras do período	450,00
Provisão do Imposto de Renda	55,21
Provisão Contribuição Social	33,12
Ativo do início do período	2.450,00
Ativo do final do período	3.220,00

Fonte: Silva e Nunes (2012, p. 123).

Resolução

Para proceder corretamente à apuração do Grau de Alavancagem Financeira, primeiramente você precisa recalcular os valores da Provisão do Imposto de Renda e da Contribuição Social, conforme segue:

IR

$$\begin{aligned}
 &= (\text{L.A.I.R} + \text{Despesas Financeiras}) \times 15\% \\
 &= (\text{R\$ } 368,03 + \text{R\$ } 450,00) \times 15\% \\
 &= \text{R\$ } 818,03 \times 15\% \\
 &= \text{R\$ } 122,70
 \end{aligned}$$

CSLL

$$\begin{aligned}
 &= (\text{L.A.I.R} + \text{Despesas Financeiras}) \times 9\% \\
 &= (\text{R\$ } 368,03 + 450,00) \times 15\% \\
 &= 818,03 \times 15\% \\
 &= 73,62
 \end{aligned}$$

PL Médio

$$\text{PL Médio} = \frac{\text{PL Inicial} + \text{PL Final}}{2}$$

$$\text{PL Médio} = \frac{\text{R\$ } 1.470,00 + \text{R\$ } 1.740,00}{2} = \text{R\$ } 1.605,00$$

$$\text{Ativo Médio} = \frac{\text{Ativo Inicial} + \text{Ativo Final}}{2}$$

$$\text{Ativo Médio} = \frac{\text{R\$ } 2.450,00 + \text{R\$ } 3.220,00}{2} = \text{R\$ } 2.835,00$$

Substituindo na fórmula, teremos:

$$\text{GAF} = \frac{\text{R\$ } 263,00 \times 100}{\frac{\text{R\$ } 1.605,00}{\frac{\{(\text{R\$ } 368,03 + \text{R\$ } 450,00) - (\text{R\$ } 122,70 + \text{R\$ } 73,62)\} \times 100}{\text{R\$ } 2.835,00}}}$$

$$\begin{aligned}
 \text{GAF} &= \frac{\text{R\$ } 26.300,00}{\text{R\$ } 1.605,00} \\
 &= \frac{\text{R\$ } 62.171,00}{\text{R\$ } 2.835,00}
 \end{aligned}$$

$$\text{GAF} = \text{R\$ } 16,39\% = 0,75$$

Como o resultado apurado foi inferior a uma unidade, significa que foi desvantajoso para a empresa trabalhar com recursos de Terceiros.

É importante observar: estamos considerando que as Despesas Financeiras correspondem exclusivamente a juros pagos em decorrência de empréstimos ou financiamentos de terceiros.

Portanto não devem ser considerados valores relativos a Descontos Concedidos para recebimentos antecipados de duplicatas, etc.

Grau de Alavancagem Operacional

Segundo Iudícibus (1998, p. 204), o grau de Alavancagem Operacional pode ser definido como sendo a variação percentual nos lucros operacionais, relacionada com determinada variação percentual no volume das vendas.

$$\frac{Q (PUV - CVU)}{Q (PUV - CVU) - CF}$$

Onde:

Q: Quantidade

PUV: Preço Unitário de Venda

CVU: Custo Variável Unitário

CF: Custo Fixo

Exemplo:

A empresa pretende aumentar suas vendas em mais 50%. Qual será o lucro adicional e o lucro total?

Q: 300 un

PUV: R\$ 25,00

CVU: R\$ 12,00

CF: R\$ 1.800,00

Fórmula:

$$\frac{300(R\$25,00 - R\$12,00)}{300 (R\$25,00 - R\$12,00) - R\$1.800,00} = \frac{R\$3.900,00}{R\$2.100,00} = 1,8571 \text{ ou } 85,71\%$$

Interpretação: Ao vender 300 unidades pelo Preço Unitário de Venda no valor de R\$ 25,00, com um Custo Variável Unitário no valor de R\$ 12,00, mantendo os Custos Fixos Totais no valor de R\$ 1.800,00 a empresa conseguiu obter lucro de R\$ 2.100,00. Ao aplicarmos a fórmula do Grau de Alavancagem Operacional, é possível descobrir o lucro adicional caso a empresa venda 50% a mais. Para descobrir o lucro adicional, basta seguir os seguintes passos:

- a) Ao aplicar a fórmula do Grau de Alavancagem Operacional, extraímos o Índice ou Indicador de Alavancagem, que é 1,8571;
- b) Multiplicando o GAO, 1,8571, pelo percentual de 50%, que se pretende aumentar no volume de vendas, teremos um novo Índice ou Indicador que será 0,9285, ou 92,85%;
- c) Em seguida, multiplicando-se o lucro atual de R\$ 2.100,00 pelo novo Índice ou Indicador de Alavancagem Operacional de 0,9285, chegaremos ao valor do lucro adicional, que será de R\$ 1.950,00;
- d) Assim, basta somar ao lucro atual de R\$ 2.100,00 o lucro adicional de R\$ 1.950,00, que é possível conhecer o lucro total de R\$ 4.050,00.

450 unidades representam $300 + 150 = 450$

Logo, ao multiplicar $0,50 \times 1,8571$, resulta 0,9285 ou 92,85%

Portanto o lucro adicional será $R\$ 2.100,00 \times 0,9285 = R\$ 1.950,00$

O lucro total será $R\$ 2.100,00 + R\$ 1.950,00 = R\$ 4.050,00$

$0,50 \times 1,8571 = \mathbf{0,9285}$ ou 92,85%

R\$ 2100,00 x **0,9285** = R\$ 1.950,00 Lucro adicional

Lucro total = R\$ 2.100,00 + R\$ 1.950,00 = **R\$ 4.050,00**

Prova dos nove:

$$\frac{\text{R\$ 450 (R\$ 25,00 - R\$ 12,00)}}{\text{R\$ 450,00 (25,00 - R\$ 12,00) - R\$ 1.800,00}} = \frac{\text{R\$ 5.850,00}}{\text{R\$ 4.050,00}} = 1,4444 \text{ ou } 44,44\%$$

Se aumentar a produção, diminuirá a Alavancagem.

Interpretar: Com base na prova dos nove, é possível perceber que, à medida que aumenta a produção, diminui o Indicador de Alavancagem Operacional. Isso se dá, não só em razão do aumento do volume de vendas, mas, também, em virtude da manutenção dos Custos Fixos.

Observe que, nesta nova condição, o Grau de Alavancagem Operacional cai de 85,71% para 44,44%, em razão da elevação do lucro.

Se a empresa continuar a elevar o volume de vendas, a tendência será o Grau de Alavancagem Operacional se aproximar da Unidade e, a partir desse ponto, mesmo aumentando as vendas, não haverá variações no lucro, que se manterá estabilizado no lucro bruto.

Você já viu como alavancar o lucro da empresa, agora é importante que você consiga identificar o Valor Adicionado, ou seja, a riqueza gerada pelos negócios da empresa, sua distribuição nos diversos segmentos da atividade empresarial. Portanto estude atentamente o conteúdo da próxima seção.

Seção 3 – O Valor Adicionado

Se estamos falando em Gestão do Lucro, é também interessante observar a Demonstração do Valor Adicionado. Até dezembro de 2007, essa demonstração não era obrigatória. Porém alguns autores, inclusive aqueles que elaboram o Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, já vinham sugerindo sua utilização.

Agora essa demonstração tornou-se oficial, conforme determinado pela Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que, além de outras alterações, introduziu os incisos IV e V ao Artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, onde substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e tornou obrigatória a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado.

O Inciso II do Artigo 188 determina que a Demonstração do Valor Adicionado indique, no mínimo:

O valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

É importante observar que, quando o legislador fala em riqueza gerada pela companhia, se refere às receitas operacionais da empresa; e, em se tratando da parcela da riqueza não distribuída, temos a parcela do lucro que ficou para ser aplicado na empresa, ou seja, o Lucro Líquido Final que transferíamos para a conta Lucros Acumulados e que, também, por força das alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, deve ser transferido para as contas de Reserva de Lucros ou, distribuído aos sócios ou acionistas.

Os elementos de que precisamos para elaborar a Demonstração do Valor Adicionado encontram-se destacados na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Assim, vamos recorrer aos Capítulos anteriores desta disciplina e importar para esta seção a seguinte demonstração:

Tabela 6.2 – Demonstração do Resultado do Exercício de 2007

EMPRESA EXERCITÓPOLIS		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ou PERÍODO 2007		
OPERAÇÕES CONTINUADAS		
1	RECEITA BRUTA DE VENDAS	6.500,00
	Receitas de Vendas de Bens	6.500,00
	Receitas de Serviços	
2	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	2.161,00
	Vendas Canceladas	
	Descontos Incondicionais Concedidos	145,00
	Devoluções de Vendas	420,00
	Impostos Sobre as Vendas	
	ICMS s/Vendas	1.033,60
	PIS s/Vendas	100,32
	COFINS s/Vendas	462,08
3	RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	4.339,00
4	(-) Custos das Vendas	2.820,00
	Custo das Mercadorias Vendidas	2.820,00
	Custos dos Serviços Vendidos	
5	LUCRO BRUTO (3 -4)	1.519,00
6	(+/-) Despesas e Receitas Operacionais	850,97
	(-) Despesas Comerciais	136,25
	(-) Despesas Administrativas	764,72
	(+) Outras Receitas Operacionais	0,00
	(-) Outras Despesas Operacionais	0,00
	(+ / -) Resultado da Equivalência Patrimonial	50,00
	(+) Resultado Positivo Avaliação pelo MEP	50,00
7	RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS	668,03
	7.a (+) Receitas Financeiras	150,00
	7.b (-) Despesas Financeiras	-450,00
8	RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	368,03

9	Imposto de Rendas (15%) + (10% sobre o que exceder a R\$ 60.000,00)	55,21
10	Contribuição Social (9%)	33,12
11	RESULTADO ou LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	279,70
12	OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	0,00
	(+/-) Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	-16,70
	12.b) Lucro/Resultado Líquido de baixas de ativos e mensuração a valor justo	
13	RESULTADO OU LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO OU PERÍODO (11 (+/-) 12)	263,00

Fonte: Elaboração dos autores (2014).

NOTA: Distribuição dos Impostos. Os impostos foram calculados com base no Lucro Real.

Para fins didáticos, a recuperação do PIS (1,65%) e da COFINS (7,60%), ou seja, pelo sistema não cumulativo.

Como é do seu conhecimento, o Custo dos Produtos Vendido, advém dos Estoques e estes, contemplam valores líquidos, isto é, isentos de impostos (ICMS) e contribuições (PIS e COFINS). Assim, o valor de R\$ 2.820,00, correspondente ao CMV, configura-se um valor líquido isento do ICMS, do PIS e da COFINS. Através dele podemos deduzir que os produtos vendidos foram adquiridos pelo valor total de R\$ 3.823,73, distribuídos da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO DO FATO	VALOR
1	Valor Bruto das Compras	R\$ 3.823,73
2	(-) ICMS 17% (3.823,73 X 17% = 650,04)	(R\$ 650,04)
3	(-) PIS 1,65% (3.823,73 X 1,65% = 63,09)	(R\$ 63,09)
4	(-) COFINS 7,60% (3.823,73 x 7,6% = 290,60)	(290,60)
5	(=) Custo dos Produtos	R\$ 2.820,00

Obs: Aplicação da Taxa Efetiva – Matemática Financeira

Nas Vendas os Valores do ICMS, PIS e COFINS, ficaram assim distribuídos:

ITEM	DESCRIÇÃO DO FATO	VALOR
1	Valor das Vendas	R\$ 6.500,00
2	(-) Devoluções de Vendas	(R\$ 420,00)
3	(=) Valor Líquido das Vendas S/Devoluções	(R\$ 6.080,00)
5	ICMS s/Vendas (6.080,00 X 17% = 1.033,60)	R\$ 1.033,60
4	Valor da COFINS (6.080,00 x 7,6% = 462,08)	R\$ 462,08
5	Valor do PIS (6.080,00 X 1,65% = 100,32)	R\$ 100,32
6	Total (CMS, PIS e COFINS – DRE)	R\$ 1.596,00

Obs.: No caso dos Descontos Incondicionais Concedidos não há cancelamento da Nota Fiscal, portanto, no valor de R\$ 145,00 não deve ser aqui considerado, para apuração das vendas líquidas.

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.138, de 21 de novembro de 2008, do Conselho Federal de Contabilidade, a empresa, tributada pelo Lucro Real, que compra e revende seus produtos, no caso do ICMS, para efeito de elaboração da DVA, deve considerar como transferência ao Governo Estadual apenas o valor por ela efetivamente recolhido, ou seja, deve deduzir do valor das Despesas de ICMS s/Vendas, o valor que ela recuperou para si no momento da compra, pois este é transferido ao Governo pela empresa que lhe vendeu os produtos.

Considerando os valores dos exemplos em estudo, tivemos ICMS s/Vendas no valor de R\$ 1.033,60 e que a empresa se recuperou do valor do Imposto inserido na compra dos produtos vendidos, para a elaboração da DVA, será considerado como distribuição ao Governo do Estado, o valor de R\$ 383,56 (R\$ 1.033,60 – R\$ 650,04 = R\$ 383,56). O valor recuperado pela empresa, na elaboração da DVA, deverá ser adicionado ao Custo das Mercadorias ou Produtos Vendidos, CMV.

Tal procedimento deve também ser adotado para o PIS e a COFINS, sempre que a empresa for tributada pelo regime de **Lucro Real**.

O pronunciamento do Comitê de Procedimentos Contábeis, o qual gerou a NBC TG 09, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.138/08, é procedente, pois, caso assim não fosse considerado, o recuperado pelas empresas compradoras estaria sendo em duplicidade, ou, por duas entidades distintas, a empresa vendedora e a compradora.

Observe as NOTAS abaixo

Você sabia que a alíquota do ICMS, em razão de suas características e das determinações da legislação que o regula, é uma Alíquota Nominal, e que a Alíquota efetivamente aplicada é completamente diferente?

Pois, bem, vou mostrar que, quando você adquire um produto com Alíquota de 17%, de ICMS, como aquela por nós utilizada nas exemplificações deste Livro Didático, você, na verdade, está pagando, aproximadamente, 20,5% (vinte vírgula cinco por cento) de imposto.

Vamos considerar que, incluindo o valor do ICMS, o valor das compras realizadas pela empresa objeto de estudo somasse R\$ 4.500,00. Considerando a Alíquota de 17%, obtivemos de ICMS o valor de R\$ 765,00 ($R\$ 4.500,00 \times 17\% = R\$ 765,00$). Neste caso, resulta Imposto no valor de R\$ 765,00 e Produto no valor de R\$ 3.735,00 ($R\$ 4.500,00 - R\$ 765,00 = R\$ 3.735,00$).

Porém, se você partir do valor do Produto R\$ 3.765,00 para alcançar o valor total da Nota Fiscal de Compra, terá que aplicar percentual aproximado a 20,5%, conforme demonstramos a seguir:

$$R\$ 3.735,00 \times 1,20482 \text{ ou, } 120,482\% = R\$ 4.500,00$$

Se você multiplicar por 1,17 ou, 117%, vai alcançar apenas o valor de R\$ 4.369,95. Esta situação ocorre em função de que, de acordo com a legislação reguladora do ICMS, o imposto faz parte ou está inserido no valor do produto. Isso torna Nominal a Alíquota de 17% e como Alíquota Efetiva temos o percentual de 20,482%.

Na sua fatura de Energia Elétrica, dependendo do seu consumo, você tem valores cuja tributação do ICMS é 17% e, acima de um determinado limite, a Alíquota passa para 25%. Faça os cálculos e veja quanto você está efetivamente pagando de imposto.



Você pode obter a estrutura detalhada da Demonstração do Valor Adicionado, no Manual das Sociedades por Ações.

Para exemplificar, vamos recorrer ao modelo aplicado por Marion (2002, p. 251), que está assim composto:

Notas Explicativas para a elaboração da DVA

Nota 1: Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – conforme verificamos no Balanço Patrimonial Não Reestruturado, utilizado nos exemplos trabalhados neste Livro Didático, ocorreu constituições de Provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, conta redutora da conta Clientes, aumentando o seu saldo de R\$ 90,00 para R\$ 95,00. Assim, na elaboração da DVA essa diferença no valor de R\$ 5,00 deve ser adicionada às receitas. Isso provocará o aumento do Lucro Líquido Final no mesmo valor.

Nota 2: As Despesas Administrativas no valor de R\$ 764,72, estão assim distribuídas:

Depreciação do período	R\$ 60,00
Amortização do período	R\$ 50,00
Salários	R\$ 464,72
FGTS	R\$ 45,00
INSS	R\$ 145,00
TOTAL	R\$ 764,72

Tabela 6.3 – Modelo de Demonstração do Valor Adicionado

EMPRESA UNIVERSITÓPOLIS				
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - 31/12/2007				
1)	Receitas		R\$ 7.140,00	
1.a)	Vendas (-Devoluções e Abatimentos)		R\$ 5.935,00	
1.b)	Outras Receitas (Não Operacionais)		R\$ 1.200,00	
1.c)	Receitas de Geração de Ativos		R\$ 0,00	
1.d)	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa - Const./Reversão (±)		R\$ 5,00	
2)	Insumos adquiridos de terceiros		R\$ 5.176,68	
2.a)	Custo das mercadorias Vendidas (+ valores recuperados do ICMS, PIS e COFINS)		R\$ 3.823,73	
2.b)	Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		0,00	
2.c)	Perda/Recuperação de valores ativos		0,00	
2.d)	Outras Despesas c/Vendas (a especificar)		R\$ 136,25	
2.e)	Despesas Não Operacionais (Custo Venda Imobilizado)		R\$ 1.216,70	
3)	VALOR ADICIONADO BRUTO		R\$ 1.963,32	
4)	Depreciação, Amortização e Exaustão		R\$ 110,00	
4.a)	Depreciação		R\$ 60,00	
4.b)	Amortização		R\$ 50,00	
4.c)	Exaustão		R\$ 0,00	
5)	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		R\$ 1.853,32	
6)	Outros Valores Adicionados Recebidos		R\$ 200,00	
6.a)	Resultados da Equivalência Patrimonial		R\$ 50,00	
6.b)	Receitas Financeiras		R\$ 150,00	
6.c)	Outros (a especificar)		R\$ 0,00	
7)	VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		R\$ 2.053,32	100%
8)	Distribuição do valor Adicionado			
8.a)	Pessoal		R\$ 509,72	24,82%
8.a1)	Remuneração direta ou Salários		R\$ 464,72	22,63%
8.a2)	Benefícios		R\$ 0,00	
8.a3)	Encargos Sociais FGTS		R\$ 45,00	2,19%

8.b)	Do Governo (Impostos, Taxas e Contribuições)	R\$ 825,60	40,21%
8.b1)	Governo Federal	R\$ 442,04	21,53%
8.b1.1)	PIS s/Faturamento (R\$100,32 – R\$63,09 = R\$37,23)	R\$ 37,23	1,81%
8.b1.2)	COFINS s/Faturamento (R\$462,08 – R\$290,60 = R\$171,48)	R\$ 171,48	8,35%
8.b1.3)	IR e CSLL	R\$ 88,33	4,30%
8.b1.4)	INSS s/Folha de Salários	R\$ 145,00	7,06%
8.b2)	Governo Estadual	R\$ 383,56	18,68%
8.b2.1)	ICMS s/Vendas	R\$ 383,56	
8.c)	Governo Municipal	R\$ 0,00	
8.d)	Remuneração de Capitais de Terceiros	R\$ 450,00	21,92%
8.d1)	Juros e Variações Monetárias (Despesas Financeiras)	R\$ 450,00	
8.e)	Remuneração do Capital Próprio		
8.e1)	Juros Sobre o Capital Próprio	R\$ 0,00	
8.e2)	Dividendos e Participações	R\$ 0,00	
9)	Lucro retido	R\$ 268,00	13,05%

Fonte: Elaboração dos autores (2014).

É importante observar que se deduz do Valor Adicionado Bruto, gerado nas Operações, o valor correspondente à Depreciação, pois esta representa a perda de potencial dos Ativos Imobilizados de gerar novas riquezas.

Além da Análise Vertical, outros indicadores podem ser obtidos através da Análise da Demonstração do Valor Adicionado, tais como o Potencial do Ativo em Gerar Riqueza, a Retenção de Receita e o Valor Adicionado Per Capita.

Potencial do Ativo em Gerar Riqueza

Este, segundo Marion (2002, p. 252), é obtido através da seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Ativo}}$$

Coletando os dados da Demonstração do Resultado do Exercício ou Período, temos:

Valor Adicionado a Distribuir.....R\$ 2.053,32

Ativo Total de 2007.....R\$ 3.365,00 – Não Reestruturado

Ativo Total de 2007.....R\$ 3.220,00 - Reestruturado

Teremos então:

$$\frac{R\$ 2.053,32}{R\$ 3.365,00} = 0,61 > \text{Não Reestruturado} > \frac{R\$ 2.053,32}{R\$ 3.220,00} = 0,64 > \text{Reestruturado}$$

Observe que o resultado é o mesmo em virtude da pequena oscilação no valor do Ativo, com a Reestruturação do Balanço Patrimonial.



O índice encontrado mede quanto cada real investido no Ativo gera de riqueza (Valor Adicionado) para aplicação, ou, se transferido, para os diversos setores relacionados com a empresa. Conforme podemos observar, é um bom indicador, e o ideal é que ele cresça ao longo dos anos.

Retenção de Receita

Este indicador vai mostrar qual parte da receita é comprometida com terceiros (fornecedores e prestadores de serviços) e quanto fica para ser aplicado dentro da empresa, para destinação em benefício dos funcionários, acionistas, governo, financiadores e lucro retido. Continuando com os ensinamentos de Marion (ibid.), esse indicador é obtido através da seguinte fórmula:

Coletando os dados nas Demonstrações Contábeis da empresa em estudos, teremos:

Dados:

Valor Adicionado a Distribuir... R\$ 2.053,32

Vendas Líquidas..... R\$ 5.935,00

$$RR = \frac{R\$ 2.053,32}{R\$ 5.935,00} = 0,35$$

Observe que consideramos o valor das Vendas Líquidas, ou seja, Vendas Brutas menos Devoluções e Abatimentos, teremos portanto 35% da Receita de Vendas foram transferidos para terceiros, e 65%, retidos para aplicação nos diversos segmentos da empresa e, também, na geração de novas riqueza.

Valor Adicionado Per Capita

Este índice, de acordo com os ensinamentos de Marion (2002, p. 253), pode ser entendido como o indicador de produtividade de cada colaborador, ou seja, informa quanto cada empregado participou ou contribuiu para a formação da riqueza gerada pela empresa. Assim sendo, é obtido através da divisão do Valor Adicionado pelo número de colaboradores da empresa. Suponha que nossa empresa em estudo tenha 20 funcionários e vamos verificar de quanto foi a contribuição de cada um deles.

$$VAPC = \frac{\text{Valor Adicionado}}{N. \text{ de Funcionários}}$$

$$VAPC = \frac{R\$ 2.053,32}{20} = R\$ 102,67$$

Portanto cada colaborador contribuiu com R\$ 102,67, para a formação da riqueza total gerada pela empresa, que corresponde a, aproximadamente, 5% (cinco por cento) da riqueza gerada.

Por evidenciar a riqueza gerada e a sua distribuição é que se considera a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) de relevante importância do ponto de vista macroeconômico, pois o somatório dos valores adicionados (ou valores agregados) representa o Produto Interno Bruto do país.



Síntese

Nesta unidade, você teve a oportunidade de conhecer e estudar os aspectos pertinentes à Análise da Gestão do Lucro, focando essa avaliação nos indicadores obtidos através da Alavancagem Financeira e Operacional.

Vimos que o Grau de Alavancagem Financeira consagra a relação entre a rentabilidade dos capitais próprios sobre o retorno dos investimentos, sem que tivessem ocorrido despesas financeiras. Demonstra ser vantajoso, ou não, trabalhar com recursos de terceiros.

Vimos também que o Grau de Alavancagem Operacional apresenta a variação percentual nos lucros operacionais, relacionada com determinada variação percentual no volume das vendas.

Além dos indicadores de Alavancagem Financeira, você pôde obter uma visão da estrutura e análise da Demonstração do Valor Adicionado.

Essa Demonstração tem a finalidade de evidenciar quanto a empresa adicionou de riqueza a seus fatores de produção e de que forma essa riqueza foi distribuída e quanto ela conseguiu reter para re-investimento nos seus negócios.



Atividades de autoavaliação

1. A empresa na qual você trabalha apresentou o seguinte elenco de dados para apuração dos Graus de Alavancagem Financeira e Operacional:

Lucro Líquido Final	R\$ 73,00
Patrimônio Líquido do início do período	R\$ 450,00
Patrimônio Líquido do final do período	R\$ 850,00
Lucro Antes do IR e CSLL	R\$ 190,00
Despesas Financeiras do período	R\$ 60,00
Ativo do início do período	R\$ 1.810,00
Ativo do final do período	R\$ 2.630,00
Vendas Líquidas	R\$ 1.425,00
Custos Variáveis	R\$ 950,00
Custos Fixos	R\$ 390,00

A partir dos dados expostos, apure o Grau de Alavancagem Financeira e explique o resultado.

2. Apure o Grau de Alavancagem Operacional e explique o resultado a partir dos dados da questão anterior.

3. Considere os dados abaixo e responda às questões “a” e “b”.

Custos Fixos Totais	R\$ 3.600,00
Quantidade Vendida	500 Unidades
Custo Unitário Variável	R\$ 20,00
Preço Unitário de Venda	R\$ 45,00

Pede-se:

a) Calcular o Grau de Alavancagem Operacional.

b) Qual o lucro adicional, se a empresa vender mais 150 Unidades do produto?



Saiba mais

Considerando sua dedicação, estamos oferecendo alternativa de leitura para você aprimorar seus conhecimentos.

Bibliografia recomendada

BRASIL. **Resolução CFC n.º 1.138, de 21 de novembro de 2008**. Aprova a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações financeiras: estrutura, análise e interpretação**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SÁ, Antônio Lopes de. **Moderna análise de balanços ao alcance de todos**. Curitiba: Juruá, 2005.

Relatório de Análise



Objetivos de aprendizagem

- Compreender as características formadoras do relatório de Análise das Demonstrações Contábeis.
- Desenvolver habilidades em relação à forma de elaboração e os elementos formadores do relatório de Análise das Demonstrações Contábeis.



Seções de estudo

- Seção 1** Cuidados na elaboração do Relatório de Análise
- Seção 2** A construção do Relatório de Análise
- Seção 3** Modelo de Avaliação, Diagnóstico e Soluções



Para início de estudo

Você já teve a oportunidade de conhecer, na disciplina Análise das Demonstrações Contábeis I, as características e elementos básicos do Relatório de Auditoria. Viu que ele deve ser elaborado em linguagem clara e inteligível, deve conter informações que satisfaçam as necessidades dos usuários e sua respectiva finalidade.

Isso ocorre devido ao fato de que, geralmente, o analista das Demonstrações Contábeis não é o usuário dessa análise para a tomada de decisão e há necessidade de o analista fazer chegar ao usuário essas informações extraídas das Demonstrações Financeiras, através da elaboração do Relatório.

Entretanto, nem sempre podemos trabalhar com elementos básicos na elaboração do Relatório de Análise. É preciso utilizar técnicas mais avançadas na disponibilização de dados e indicadores. Dessa forma, o profissional contábil poderá emitir sua opinião acerca da situação em que se encontra a empresa com base em informações representadas por esses dados e indicadores.

Vale ressaltar que a elaboração do Relatório não tem, pois, como finalidade única informar a posição econômica, financeira e patrimonial da empresa. Pode e deve, além disso, destacar orientações e recomendações, visando programar soluções e, se necessário, redirecionar determinadas ações que podem estar comprometendo os negócios da empresa.

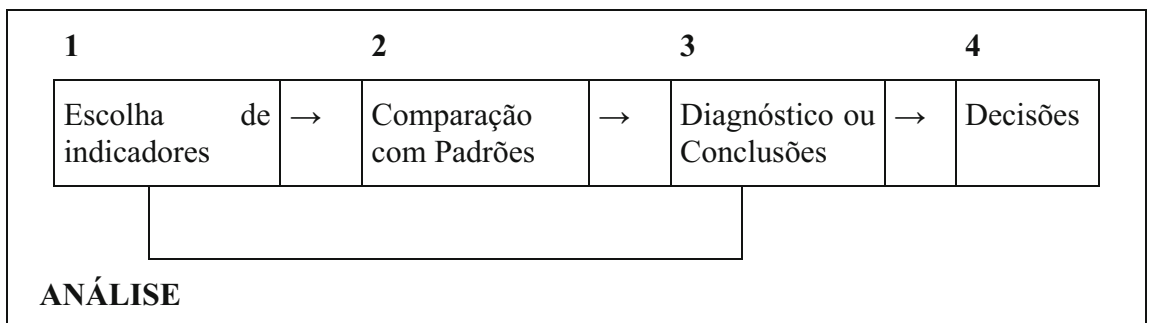
Seção 1 – Cuidados na elaboração do Relatório de Análise

Associados às características e elementos básicos que você estudou na disciplina Análise das Demonstrações Contábeis I, alguns cuidados devem ser observados pelo analista na elaboração do Relatório de Análise:

- adotar uma metodologia alinhada a um raciocínio científico;
- o resultado dos trabalhos deve refletir a real situação da empresa em estudo;
- seguir uma sequência lógica: comparação com padrões preestabelecidos, diagnóstico e, finalmente, a decisão.

Segundo Silva (2007, p. 149), a análise de Balanços aplica o mesmo raciocínio científico adotado pelas demais ciências, conforme espelhado na figura seguinte:

Figura 7.1 – Análise de Balanços



Fonte: Elaboração dos autores (2014).

Para Silva (ibid), seguindo o mesmo raciocínio científico, o analista normalmente segue as seguintes etapas:

- obtém as Demonstrações Contábeis;
- escolhe os índices a serem aplicados;
- extrai os índices;

- compara os índices com índices-padrões;
- pondera as diferentes informações para chegar a um diagnóstico ou conclusão;
- toma decisões.

As informações produzidas pela Análise das Demonstrações Contábeis vão desde a Situação Financeira até a avaliação de alternativas econômico-financeiras futuras para a empresa.

Entretanto, muitas das informações coletadas pelos analistas não são exclusivamente de natureza contábil. Neste sentido, faz-se necessário o conhecimento de alguns fatores relativos à empresa e sua relação com o ramo e ao meio no qual a mesma se encontra inserida.

Por essa razão, todo processo de análise deve ser precedido de levantamento da concorrência, observações dos fatores de ordem macroeconômica, identificação do grau de tecnologia utilizado, conhecimento de como está formada a sua estrutura organizacional, além do objetivo a que a empresa analisada se propõe.

Na visão de Silva (2007, p. 151), “o analista deve apresentar respostas para perguntas, previamente elaboradas, as quais servirão como guia e suporte para formar uma opinião sobre a análise dos indicadores apurados e demais informações coletadas durante o processo.”

- O autor destaca as seguintes perguntas:
 - O que faz a empresa?
 - Quem são os proprietários, quem tem o poder de mando?
 - Quem são os administradores?
 - Que padrão de tecnologia apresenta?
 - Quais os planos de investimento?
 - É lucrativa e próspera?

- É sólida ou corre o risco de quebrar em pouco tempo?
- Está muito endividada?
- Que tipo de público consome seus produtos?
- Quem são seus principais concorrentes?
- A empresa é tão forte quanto seus concorrentes?
- Qual a tendência de potencialidade de geração de lucro da empresa?

Além de responder a essas questões, para que o relatório produza as informações necessárias e alcance seu objetivo de auxiliar no processo de tomada de decisão, alguns fatores se apresentam como de vital importância e devem ser considerados pelo analista.

Hale (apud Silva, 2007, p. 332) diz que o analista deve observar, entre outras, as seguintes regras básicas:

1. ser um analista, e não um escritor, com foco nos fatos mais relevantes;
2. fazer com que os quadros e gráficos falem por si, sem poluir o texto;
3. usar palavras simples, utilizar uma linguagem técnica, evitando, porém, as palavras que não sejam de uso comum;
4. omitir palavras desnecessárias, tendo em mente que não será por muito escrever que se terá um bom relatório;
5. apresentar primeiro o sumário e a conclusão, para atender à expectativa do leitor, ficando as explicações, justificativas e detalhes para a parte seguinte, sendo que esta regra dependerá do público-alvo do relatório ou parecer.

Seção 2 – A construção do Relatório de Análise

Conforme você já teve a oportunidade de estudar, um dos principais aspectos a serem considerados na Análise das Demonstrações Contábeis é o objetivo pelo qual se está avaliando a empresa. Assim, é evidente que os objetivos da análise poderão interferir no conteúdo e na profundidade dos elementos a serem disponibilizados no relatório.

Silva (2007, p. 152) destaca alguns elementos como indispensáveis em um Relatório de Análise. Conheça-os na sequência.

Quadro 7.1 – Estrutura do relatório de análise

1. Análise do cenário

Discorrer sobre a empresa, sobre o segmento econômico no qual está inserida, citando também seus maiores concorrentes. Mencionar as políticas governamentais que afetam o segmento, bem como fazer uma avaliação global do desempenho da empresa, indicando o valor total dos ativos e do Patrimônio Líquido, com os percentuais de crescimento do faturamento da empresa, comparando este com a média do seu segmento.

Eventos subsequentes à data de levantamento das demonstrações contábeis que possam afetar positiva ou negativamente os negócios da empresa devem ser citados nesta parte do relatório.

2. Análise econômica

Nesta parte, o analista deverá abordar a situação do Patrimônio Líquido, já que a existência, ou não, de PL é o ponto de partida para a análise econômica.

Cabe, portanto, a exposição dos fatores que determinaram as variações no Patrimônio Líquido da empresa, citando inclusive a política da mesma para distribuição ou retenção de lucros, bem como da constituição de reservas.

Devem ser descritos, ainda, o grau de imobilização e o seu nível de endividamento, citando a origem e o destino dos recursos captados junto a terceiros e mencionando as garantias oferecidas aos credores.

3. Análise Financeira

Determinada empresa pode apresentar excelente situação econômica e, no entanto, não ter dinheiro suficiente para liquidar seus compromissos.

Portanto o analista deve estar atento à capacidade de pagamento da empresa, ou seja, à disponibilidade para saldar as obrigações.

Nesta abordagem financeira, uma atenção especial deve ser dedicada aos índices de liquidez, rentabilidade, ciclo financeiro, necessidade de capital de giro (NCG). Ou seja, o analista deve estar atento à dinâmica do Capital de Giro.

4. Conclusão

A conclusão deve abranger a situação da empresa no mercado, comparando seu desempenho com os das suas principais concorrentes, opinando ainda sobre o seu desempenho econômico e financeiro.

Devem ser emitidas recomendações sobre as possíveis diretrizes que a empresa pode tomar para manter o desempenho verificado, ou para reverter a situação atual, se esta for desfavorável.

Mencionar ainda se houve algum tipo de limitação durante os trabalhos, quer seja na coleta dos dados, quer na qualidade dos demonstrativos contábeis e demais informações complementares, com, por exemplo, as possíveis ressalvas emitidas em parecer pelos auditores independentes.

5. Anexos

Ao final do relatório, poderão ser anexados tabelas, gráficos ou planilhas não inseridos ao longo do mesmo.

O uso de gráficos e tabelas pode auxiliar na visualização das tendências dos negócios da empresa ou empresas sob análise, além de permitir a redução do elemento textual, facilitando a leitura e a compreensão do texto.

É importante, também, constarem informações quanto à metodologia utilizada para a coleta dos dados, o detalhamento dos ajustes e reclassificações de contas efetuadas, fórmulas utilizadas, outras empresas analisadas para efeito comparativo, referência bibliográfica utilizada, sites consultado, e, se julgar necessários, os softwares utilizados para os cálculos.

Cálculo de indicadores

Iniciando os estudos deste tópico, também não podemos deixar de relembrar que, na disciplina Análise das Demonstrações Contábeis I, você teve a oportunidade de conhecer aspectos e características dos índices ou quocientes-padrão. Foi observado que, para a obtenção e aplicações de tais quocientes, devem-se aplicar métodos estatísticos, pois todos os demais índices, sejam os tradicionais como os de Liquidez, de Lucratividade, Retorno dos Capitais Investidos, Giro, ou, da composição de cada um dos elementos integrantes das demonstrações financeiras, têm suas fórmulas matemáticas definidas.

A utilização da estatística na busca de padrões a serem considerados na Análise das Demonstrações Contábeis, além de assegurar maior consistência e objetividade na comparação com padrões, exclui a sujeição da análise limitada ao humor do analista. Conforme Matarazzo (1998, p. 193), “quando se usam algumas técnicas estatísticas, é possível comparar o desempenho de uma empresa com 100, 1.000, ou mais empresas.”

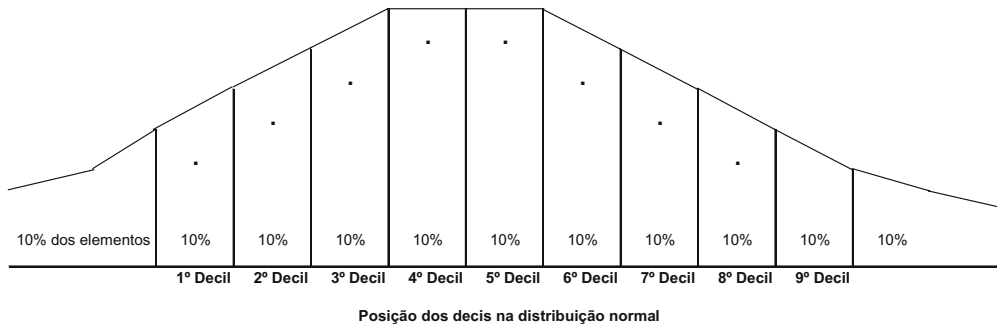
Assim, além da média, moda e da mediana, que você teve a oportunidade de conhecer na disciplina Análise das Demonstrações Contábeis I, Matarazzo (1998, p. 195) diz que:

O decil consiste na distribuição da população de índices que se pretende analisar em fatias, ou grupos que representam 10% dos elementos do universo em estudo.

[...] a mediana isoladamente é insuficiente para comparações precisas. Por isso, faz-se o cálculo também de outras medidas estatísticas, de mesma natureza da mediana, como quartis, decis ou percentis. Recomenda-se o uso dos **decis**.

Observe os decis em uma distribuição normal, conforme a figura abaixo:

Figura 7.2 – Posição dos decis na distribuição normal

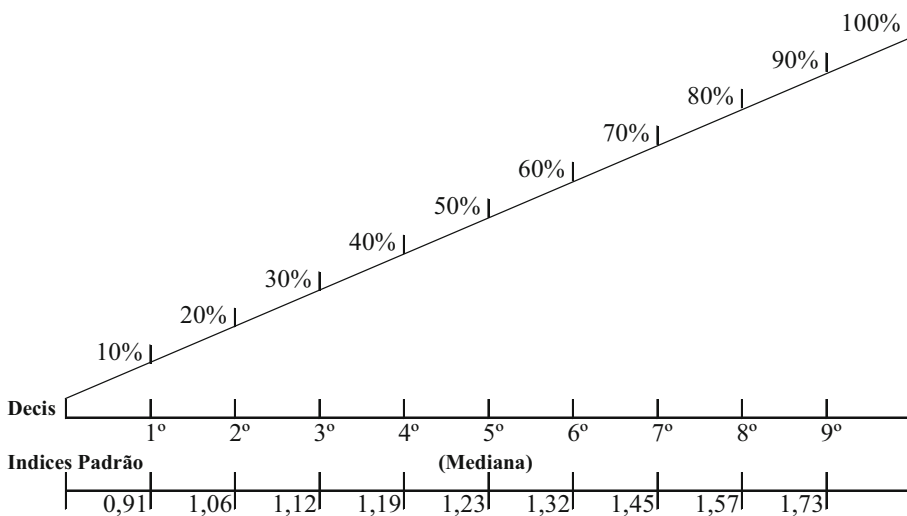


Fonte: Matarazzo, 1998.

O autor (ibid) acrescenta que “quando são utilizados os decis, tem-se não uma única medida de posição, mas nove, de maneira que se pode dispor de informações que proporcionam ótima ideia da distribuição estatística dos índices tabulados.”

A obtenção do decil, segundo Matarazzo (1998, p. 198), dá-se pela disposição em ordem crescente dos elementos que integram o conjunto, sempre do mais baixo para o mais alto, tal que 10% dos índices fiquem abaixo de si, será o primeiro decil. Observe a figura abaixo:

Figura 7.3 – Percentual acumulado de elementos do conjunto



Fonte: Matarazzo, 1998.

Vamos exemplificar, para que você possa consolidar seus conhecimentos. E, para tanto, vamos considerar um conjunto de

40 empresas de ramo qualquer, cujos Índices de Liquidez Geral encontram-se assim apurados:

1,80 – 1,04 – 1,01 – 0,90 – 0,86 – 0,77 – 0,96 – 1,34 – 1,55 – 1,12 – 0,88 – 0,94 – 0,79 – 1,26
 - 1,45 – 1,64 – 1,70 – 1,23 – 1,77 – 1,31 – 0,99 – 0,82 – 1,08 – 1,19 – 1,53 – 1,72 – 1,15 – 1,36 -
 1,49 – 1,29 – 1,58 1,60 – 1,63 1,68 – 1,10 – 1,47 – 0,75 – 1,39 – 1,65 – 1,75

Seguindo as orientações do mestre Matarazzo (1998), o primeiro passo é disponibilizar os elementos em ordem crescente para identificarmos a mediana, ficando assim a composição dos nossos indicadores:

0,75 – 0,77 – 0,79 – 0,82 – 0,86 – 0,88 – 0,90 – 0,94 – 0,96 – 0,99 – 1,01 1,04 – 1,08 – 1,10
 - 1,12 – 1,15 – 1,19 – 1,23 – 1,26 – 1,29 – 1,31 – 1,34 1,36 – 1,39 – 1,41 – 1,45 – 1,47 – 1,49 -
 1,53 – 1,55 – 1,58 – 1,60 – 1,63 - 1,65 – 1,68 – 1,70 – 1,72 – 1,75 – 1,77 – 1,80

Disponibilizados os indicadores em ordem crescente, estamos aptos a identificar a mediana que, em nosso exemplo, é 1,30, pois contempla exatamente o indicador que mantém metade dos índices abaixo e metade acima de si.

Para acharmos o primeiro decil, precisamos identificar o valor que deixa 10% dos indicadores abaixo de si e 90% acima. Assim, ele será encontrado através da média aritmética entre o 4º e o 5º indicador, ou seja, 0,82 e 0,86.

$$\frac{0,82 + 0,86}{2} = 0,84$$

O segundo decil será aquele que deixar 20% dos indicadores abaixo e 80% acima de si. Este será obtido através da média aritmética entre os elementos 0,94 e 0,96, ou seja, o 8º e o 9º indicador. Este será 0,95.

Portanto o índice-padrão é exatamente o decil apurado. Em relação a ele é que devemos fazer a comparação com os indicadores da empresa a qual estamos analisando. Dessa forma, é possível identificar a relação percentual que aproxima o índice de Liquidez Geral apurado ao decil ou Índice-Padrão. É verificado se ele mantém paridade, ou não, com o padrão das empresas do ramo.

Se nossa empresa em estudo figura-se entre as empresas do ramo exemplificado, e considerando os Índices de Liquidez Geral

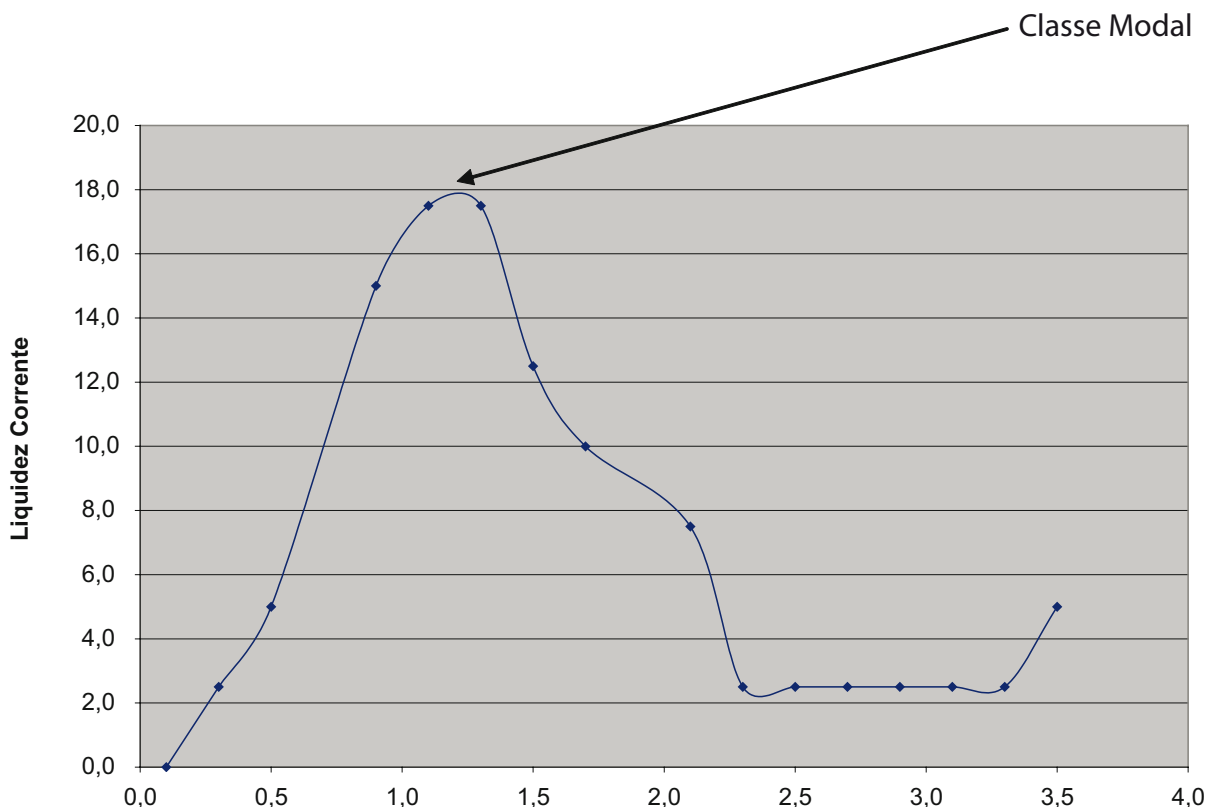
calculados na Unidade 5, $LG = 0,90$ em 2006 e $LG = 0,70$, em 2007, poderíamos dizer que, no primeiro exercício, a empresa, mesmo não apresentando um índice satisfatório, manteve paridade com as empresas do ramo.

No exercício de 2007, entretanto, ela não conseguiu manter o mesmo desempenho, pois está posicionada abaixo do Índice-Padrão.

Suponha que, descartando o Índice de Liquidez Geral, considerássemos o Índice de Liquidez Corrente da nossa empresa em estudos com indicadores de $LC = 1,64$ e $LC = 1,05$ apresentaria uma excelente performance em 2006 e razoável em 2007.

Se, dentre as quarenta empresas, 12 apresentarem coeficiente entre os índices 1,65 e 1,80; 10 entre os índices 1,47 e 1,53; 5 entre os índices 1,19 e 1,41; 3 entre os índices 1,4 e 1,19; 5 entre 0,86 e 1,01; e 5 entre 0,75 e 0,82, a nossa Classe Modal apresentar-se-ia conforme mostrado no gráfico seguinte.

Figura 7.4 – Gráfico da classe modal



Fonte: Elaboração dos autores (2014).

Uso de Gráficos e Planilhas

Quando estamos analisando dados de mais de um período ou de um conjunto de empresas, é importante o uso de gráficos e planilhas para ilustrar o Relatório de Análise. Estes podem vir inseridos no corpo de texto ou como anexos do Relatório. O importante é que, quando inserido no corpo de texto, gráfico e planilha não devem ofuscar o conteúdo e/ou tornar dúbia a análise e interpretação do Relatório.

Assim, especialmente em relação ao uso de planilhas, alguns cuidados são importantes na preparação e elaboração desses elementos.

- Primeiramente, você deve ter clareza do objetivo pretendido, isto é, o que você quer demonstrar e pretende que os leitores ou usuários entendam relativamente à finalidade da planilha.
- Em segundo plano, é preciso ter em mãos todos os elementos que pretende inserir na planilha. Evitar superposição ou excesso de elementos, de forma a provocar distúrbios e contradições entre os elementos da planilha e o texto escrito.
- Quando utilizar abreviações relacionadas a títulos, você deve, obrigatoriamente, disponibilizar legenda com as devidas indicações, sendo que o mesmo procedimento
- Deverá ser adotado quando da utilização de indicadores obtidos através de fórmulas ou pesos que não estejam associados aos cálculos normais.

Logo todos os elementos possíveis e necessários à correta interpretação dos elementos integrantes do espelho devem ser disponibilizados, para que o usuário das informações contábeis possa captar com relativa facilidade o objetivo alvejado da informação.

É recomendado pelas normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas –, que tanto as planilhas quanto os gráficos sejam numerados sequencialmente.

Observando-se cuidadosamente os aspectos antes destacados, as próprias conclusões também podem ser disponibilizadas através de planilhas, estabelecendo conceitos acerca de cada um dos elementos alvo da análise.

Seção 3 – Modelo de Avaliação, Diagnóstico e Soluções

Matarazzo (2003, p. 211), sobre o modelo de avaliação de empresa, afirma que “através de sucessivas etapas é possível chegar a uma avaliação objetiva da empresa.” O autor destaca cinco passos importantes e indispensáveis a serem seguidos na análise:

- listagem dos índices apurados,
- tabela de índices-padrão,
- posição relativa de cada índice,
- avaliação dos índices,
- avaliação geral.

No primeiro passo, listam-se os índices apurados, seguindo-se com a disponibilização dos mesmos em tabela de índices-padrão, de empresas do mesmo ramo. Na sequência, destaca-se a posição dos índices da empresa em estudo, para que se possa avaliá-los comparativamente e, finalmente, insere-se a avaliação global da empresa que deverá referendar a atribuição de conceitos.

Assim, as avaliações ou diagnósticos tanto podem ser realizados através de relatórios, conforme visto na disciplina Análise das Demonstrações Contábeis I e nas seções anteriores desta unidade, ou por meio de planilhas e gráficos. Matarazzo (1998, p. 222) destaca que “o importante é que as conclusões contenham informações capazes de oportunizar, de forma segura, a tomada de decisão por parte de dirigentes e investidores.”

Da avaliação e do diagnóstico surge a necessidade de implementação de soluções. Essa implementação de soluções só deve ser realizada ou colocada em prática por quem conhece

efetivamente as condições da empresa, pois medidas bruscas e impensadas podem provocar maior desequilíbrio econômico e financeiro, conforme você teve a oportunidade de estudar na Unidade 4 desta disciplina.



Síntese

Nesta unidade, você teve a oportunidade de conhecer e estudar, em complementação ao conteúdo disponibilizado na disciplina Análise das Demonstrações Contábeis I, os aspectos e características da elaboração do Relatório de Análise das Demonstrações Contábeis.

Verificou também que, geralmente, o analista das Demonstrações Contábeis não é o usuário das informações extraídas das demonstrações. Dessa forma, como já abordado, o relatório de análise deverá ser elaborado de forma clara e precisa.

Pôde observar que caberá ao analista escolher em cada caso o modelo de relatório que melhor atenda aos objetivos propostos na análise.

Viu que é possível e salutar o uso de gráficos e planilhas no Relatório de Análise das Demonstrações Contábeis e que, além da média, moda e mediana, estudadas na disciplina Análise das Demonstrações Contábeis I, utilizam-se Índices-Padrão.

Matarazzo (1998) recomenda a aplicação de outros métodos estatísticos, especialmente aquele que contempla o decil, o qual consiste na divisão do conjunto de indicadores que você pretende analisar em grupos de 10% da massa representativa desses elementos.

Também foi demonstrado que o uso de planilhas no Relatório de Análise requer alguns cuidados especiais, incluindo a clareza do objetivo pretendido, conhecer todos os elementos que pretende inserir na planilha, evitar excesso de elementos para não provocar distúrbios e contradições entre os elementos da planilha e o texto escrito. Viu que, além de disponibilizar legenda indicativa de títulos, o relatório deverá apresentar as fórmulas e pesos destacados aos elementos integrantes do conjunto de dados em análise.

Por fim, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) recomenda que tanto as planilhas quanto os gráficos sejam numeradas sequencialmente, visando a uma melhor organização do assunto e interpretação pelo usuário das informações contábeis.



Atividades de autoavaliação

1. Falando sobre a Análise Financeira, Silva (2007, p. 152 e 153) assegura que “determinada empresa pode apresentar excelente situação econômica e, no entanto, não ter dinheiro suficiente para liquidar seus compromissos.” Você concorda com a afirmação do Autor? Justifique sua resposta.

2) Podemos assegurar que o 8º decil do conjunto de Indicadores de Liquidez Geral destacado na segunda seção desta Unidade é obtido pela média aritmética entre os índices 1,60 e 1,63? Justifique sua resposta.



Saiba mais

Aprender nunca é demais e, assim, se você quer aprofundar seus conhecimentos acerca do tema tratado nesta unidade, não deixe de acessar os livros a seguir indicados, pois autores trabalham o tema de maneira ampla e fácil entendimento.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2010.

SÁ, Antônio Lopes de. **Moderna análise de balanços ao alcance de todos**. Curitiba: Juruá, 2005.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.



Para concluir o estudo

Nesta disciplina, você teve a oportunidade de estudar os aspectos e as técnicas aplicadas na Análise das Demonstrações Contábeis e ampliar seus conhecimentos sobre o assunto.

Preliminarmente, mostramos a você a importância da análise contábil como instrumento gerador de informações úteis ao processo de tomada de decisão. Na sequência, foram abordadas definições, finalidade e fontes de financiamento do Capital de Giro e variações a serem consideradas na apuração das necessidades deste. Também foram vistos aspectos pertinentes à análise dos investimentos operacionais.

Você também pôde observar não ser apenas a inflação e/ou a ausência de giro que origina(m) o desequilíbrio econômico-financeiro. A realização de negócios em volumes superiores à capacidade de produção, no sentido de aumentar rapidamente os lucros, sem observar o ponto de equilíbrio entre produção e finanças, também pode levar a empresa ao desequilíbrio econômico-financeiro.

Esse desequilíbrio decorrente da busca do crescimento desordenado, os autores do ramo da Ciência Contábil o denominam de overtrading.

Mostramos também a você outro fenômeno gerado por fatores responsáveis pelo desequilíbrio econômico-financeiro: o Efeito Tesoura. Assim denominado por Santi Filho e Olinquevitck, aflora sua visibilidade no momento em que a Necessidade de Capital de Giro apresentar-se superior ao próprio Capital de Giro.

Ao considerar as alterações da lei das sociedades por ações, Lei n.º 6.404/76, introduzidas pela Lei n.º

11.638/2007, pela Lei n.º 11.941/09 e pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, você pôde conhecer a análise da gestão financeira e do lucro das empresas com base na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFLC), pelo método indireto ou líquido, além de conhecer e estudar, também, os aspectos e elementos formadores da Demonstração do Valor Adicionado que tem por fim mostrar a riqueza gerada pela empresa e a sua distribuição nos diversos segmentos a ela relacionados.

Dessa forma, vale destacar a importância da constante observância às mudanças na Legislação reguladora, seja ela legal ou infra legal.

Outro fator importante consiste na eterna busca de conhecimento e que o estudo não se limite ao conteúdo trabalhado nesta disciplina, pois, é indispensável a pesquisa continuada e acompanhamento das alterações que se processam, dia a dia, na sociedade.

Prof. Bernardino José da Silva

Referências



ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**. São Paulo: Atlas, 2010.

BRAGA, Hugo da Rocha. **Demonstrações contábeis**: estrutura, análise e interpretação. 5. ed. – 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL, **Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades por ações. Brasília: DF.

Brasil, **Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília: DF.

Brasil, **Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009**. Altera a legislação tributária relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários [...] institui o regime tributário de transição [...] e dá outras providências. Brasília: DF.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. São Paulo: Atlas, 2009.

IDUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**: Análise da liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KANITZ, Stephen Charles. **Como prever falências**. São Paulo: McGraw-Hill, 1978.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. Contabilidade empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis**: estrutura e análise. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva 2002.

SÁ, Antônio Lopes de. **Moderna análise de balanços ao alcance de todos**. Curitiba: Juruá, 2005.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SOUZA, Acilon Batista de. **Contabilidade de empresas comerciais**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VERTES, Alexandre; WÜRCH, Adolfo Walter. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. 6. ed. Porto Alegre: UNISINOS, 1982.



Sobre o professores conteudistas

Bernardino José da Silva nasceu em Paulo Lopes, SC, em 01 de novembro de 1956. Formou-se em Ciências Contábeis pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, no final de 2001. Posteriormente, em 2003, também na UNISUL, realizou pós-graduação, especializando-se em Auditoria Empresarial, com estudos direcionados para o Controle Interno na aplicação de recursos de pronto-pagamento. Em 2007, na mesma UNISUL, iniciou seu mestrado em Administração de Empresas.

Atua na UNISUL, desde 2007, como Coordenador do Curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização em Gestão Governamental e Responsabilidade Fiscal. Desde 2004, atua na UNISUL como professor dos Cursos de Ciências Contábeis – sistema presencial nas disciplinas de Contabilidade Pública, Orçamento Público, Auditoria Governamental, Gestão Pública e Contabilidade Comercial II. Desde 2004, atua na mesma UNISUL como professor dos Cursos de Ciências Contábeis, Tecnologia em Administração Pública, Tecnologia em Gestão Financeira, Tecnologia em Gestão de Segurança Pública e Especialização em Modernização do Poder Judiciário e Especialização em Gestão Governamental e Responsabilidade Fiscal, atuando nas disciplinas de Contabilidade Pública, Orçamento Público, Contabilidade I, Análise das Demonstrações Contábeis I e II, Economia do Setor Público, Controle Interno na Administração Pública, Gestão de Custo e Formação de Preços, Orçamento Público e Sistemas de Controle, Orçamento Público como Instrumento de Controle Interno, Contabilidade Pública como Instrumento de Gestão, Trabalho de Conclusão de Curso em Administração II, Análise de Desempenho Empresarial e Administração Pública Gerencial.

É professor conteudista dos livros didáticos das disciplinas de Contabilidade Pública, Contabilidade Pública como Instrumento de Controle Interno, Orçamento Público, Orçamento Público com Instrumento de Gestão, Economia do Setor Público, Controle Interno na Administração Pública, Orçamento Público e Sistemas de Controle, Análise das Demonstrações Contábeis I e II, Análise de Desempenho Empresarial, para os cursos de graduação e pós- graduação.

Foi Coordenador do Núcleo de Controle Interno da Secretaria de Estado da Saúde – SC, função que ocupou no período de 1999 a 2004. É Servidor Público Federal aposentado.

Ocupou diversas funções relevantes em ambas as esferas de governo: Chefe de Guarda e Suprimento do extinto INAMPS (1978/1979); Chefe do Serviço de Material e Patrimônio do Hospital de Florianópolis (1981/1987); Chefe do Serviço de Compras e Patrimônio da Fundação Hospitalar de Santa Catarina (1987/1989); Superintendente Adjunto de Administração na mesma FHSC (1989/1990); Chefe do Serviço de Administração de Material e Patrimônio da Secretaria de Estado da Saúde – SC (1996/1997); Diretor Administrativo da mesma Secretaria (1999/2000).

É Membro do Conselho de Administração da Fundação Unisul, desde abril de 2014. Membro da Comissão de Desenvolvimento do Plano de Adesão ao PROIES da Unisul. Membro da Comissão de relacionamento CRC/SC com os Órgãos da Administração Pública e Membro da Comissão de Pós Graduação do Conselho Federal de Santa Catarina.

Atualmente, é coordenador do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, da Unisul, Unidade Pedra Branca em Palhoça, SC e Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira da Unisul Virtual.

Currículo completo está disponível para consulta, on-line, no banco de dados do CNPq, no endereço <<http://lattes.cnpq.br>>.

Patrícia Nunes nasceu em Florianópolis, SC, em 24 de dezembro de 1977. Contadora graduada pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e Mestre em Contabilidade na Área de Finanças Comportamentais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

É professora da UNISUL, onde lecionou as disciplinas Análise das Demonstrações Contábeis I e II em 2007, no sistema presencial, para o curso de Ciências Contábeis. Atualmente leciona na UNISUL as disciplinas de Contabilidade I, Contabilidade Empresarial, Análise do Desempenho Organizacional e Teoria da Contabilidade para os cursos de Ciências Contábeis, Administração e Tecnologia em Gestão de Marketing.

Consultora do Instituto de Educação Financeira - IEF, onde presta consultoria financeira e desenvolve Cursos e Pesquisas em Finanças Pessoais e Comportamentais. Gestora de carteira própria de ações na Bovespa.

Currículo completo está disponível para consulta, on-line, no banco de dados do CNPq, no endereço <<http://lattes.cnpq.br>>.

Respostas e comentários das atividades de autoavaliação



Unidade 1

1. a) Os custos dos produtos e serviços vendidos englobam todos os gastos realizados para que os produtos e serviços fiquem à disposição do cliente, ou seja, prontos para serem entregues ao cliente. Geralmente compostos por matéria-prima, mão de obra, os custos, embalagens (custo variável) e custos indiretos ou fixos constituem-se um dos principais elementos da análise da gestão econômica e financeira.

b) Os impostos incidentes sobre o faturamento, ICMS, ISS, além das contribuições para o PIS e COFINS, são considerados dedutíveis para fins de apuração da base de cálculo sobre a qual incidirá o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Essa dedutibilidade tem, pois, a finalidade de evitar a chamada bitributação.

c) As vendas anuladas devem ser deduzidas na apuração do resultado e elaboração da DRE, para evitar que a empresa pague imposto e contribuição social indevidamente, pois, se as vendas foram anuladas, a empresa nada receberá sobre elas.

Unidade 2

1. Resposta

Para encontrarmos o Ciclo Operacional é necessário calcularmos:

a) Índice de Rotação de Estoques

$$\frac{\text{C. M. V.}}{\text{Estoque Médio}} = \text{Índice} > \frac{\text{R\$ 60.834,31}}{\frac{\text{R\$ 34.236,00} + \text{R\$ 57.278,00}}{2}} = 1,33$$

$$\text{Prazo} = \frac{\text{Tempo (360 dias)}}{\text{Índice}} > \frac{360}{1,33} = 271$$

b) Índice de Rotação de Clientes

$$\frac{\text{S.I. Clientes} + \text{Vendas a Prazo} - \text{S.F. Clientes}}{\frac{\text{S.I. Clientes} + \text{S.F. Clientes}}{2}}$$

$$\frac{\text{R\$ } 44.245,00 + \text{R\$ } 164.315,00 - \text{R\$ } 54.400,00}{\frac{\text{R\$ } 4.245,00 + \text{R\$ } 54.400,00}{2}} = 3,13$$

$$\text{Prazo} = \frac{\text{Tempo (360 dias)}}{\text{Índice}} > \frac{360}{3,13} = 115$$

$$\text{Ciclo Operacional} > \text{CO} = \text{PMRE} + \text{PMRC}$$

$$\text{CO} = 271 + 115 = 386 \text{ dias}$$

O Ciclo Operacional da empresa ou entidade é de 386 dias, ou seja, o dinheiro da empresa em estudo leva 386 dias para retornar ao caixa.

2. Resposta

Para resolver esta questão, primeiramente, faz-se necessário saber qual o novo valor das Compras. Para tanto, utilizaremos a seguinte fórmula:

$$\text{CMV} = \text{Estoque Inicial} + \text{Compras} - \text{Estoque Final}$$

$$\text{Saldo Inicial de Estoques} = \text{R\$ } 34.236,00$$

$$\text{Saldo Final de Estoques} = \text{R\$ } 57.278,00$$

$$\text{CMV} = \text{R\$ } 60.834,31$$

$$\text{R\$ } 60.834,31 = \text{R\$ } 34.236,00 + \text{Compras} - \text{R\$ } 57.278,00$$

$$\text{Compras} = \text{R\$ } 60.834,31 + \text{R\$ } 57.278,00 - \text{R\$ } 34.236,00$$

$$\text{Compras} = \text{R\$ } 83.876,31$$

Para resolução do exercício

$$> \text{Compras} + 10\% = \text{R\$ } 83.876,31 + 10\% = \text{R\$ } 92.263,94$$

1 – Novo Saldo Final de Estoques:

$$\text{R\$ } 34.236,00 + 92.263,94 - \text{R\$ } 60.834,31 = \text{R\$ } 65.665,63$$

2 – Índice de Rotação de Estoques

$$\frac{\text{C. M. V.}}{\text{Estoque Médio}} = \text{Índice} > \frac{\text{R\$ } 60.834,31}{\frac{\text{R\$ } 34.236,00 + \text{R\$ } 65.665,63}{2}} = 1,22$$

$$\text{Prazo} = \frac{\text{Tempo (360 dias)}}{\text{Índice}} > \frac{360}{1,22} = 295$$

3 – Índice de Rotação de Pagamento de Fornecedores

Primeiramente, é importante você observar que, para saber se o acréscimo no valor das Compras a Prazo foi ou não pago, é preciso recorrer à Contabilidade. Assim, vamos mostrar a você duas situações:

1) Se ele tivesse sido pago teríamos o mesmo Saldo Final de Fornecedores, o Índice de Rotação de Pagamento de Fornecedores ficaria assim:

$$\frac{\text{S.I. F} + \text{Compras} - \text{S.F.F}}{\frac{\text{S.I. F} + \text{S.F.F}}{2}} = \text{Índice}$$

$$\frac{\text{R\$ } 14.035,00 + \text{R\$ } 92.263,94,00 - \text{R\$ } 17.925,00}{\frac{\text{R\$ } 14.035,00 + \text{R\$ } 17.925,00}{2}} = 5,53$$

$$\text{Prazo} = \frac{\text{Tempo (360 dias)}}{\text{Índice}} > \frac{360}{5,53} = 65 \text{ dias.}$$

2) Se, entretanto, o acréscimo na Compras a Prazo não tivesse sido pago, teríamos, então, um novo Saldo Final de Fornecedores

$$\{(R\$ 92.263,94 - R\$ 83.876,31) + R\$ 17.925,00\} = R\$ 26.312,63$$

$$\frac{S. I. F + Compras - S. F. F}{\frac{S. I. F + S. F. F}{2}} = \text{Índice}$$

$$\frac{R\$ 14.035,00 + R\$ 92.263,94,00 - R\$ 26.312,63}{\frac{R\$ 14.035,00 + R\$ 26.312,63}{2}} = 3,96$$

$$\text{Prazo} = \frac{\text{Tempo (360 dias)}}{\text{Índice}} > \frac{360}{3,96} = 91, \text{ dias.}$$

Observe, assim, como é importante uma análise criteriosa de cada situação, para que o Relatório de Análise ofereça qualidade e segurança às informações produzidas.

Chamamos também a atenção para o fato de que estamos calculando o Prazo, sempre levamos em consideração o Ano Civil (360) dias. Isso nada impede que você calcule esses Indicadores de Rotação e, também, os Ciclos Operacional e Financeiro, em prazos menores (semestral, quadrimestral, trimestral ou bimestral), para tanto, basta ajustar o tempo.

Unidade 3

1. F – V – V – V – F.

2. Para elaborarmos uma matriz, faz-se necessário reestruturarmos o Balanço Patrimonial.

No exercício dado, o Balanço Patrimonial não apresenta contas que demandem a necessidade de ajustes. Assim, o Balanço Patrimonial já está reestruturado.

ATIVO	2007	PASSIVO	2007
Circulante	1500,00	Circulante	830,00
Caixa	250,00	Ordenados a Pagar	150,00
Clientes	500,00	Imposto a Pagar	80,00
Estoques	750,00	Fornecedores	320,00
		Empréstimos Bancários	280,00
Não Circulante	1650,00	Não Circulante	300,00
Ativo Realizável L. P.	150,00	Financiamentos	300,00
Investimentos Permanentes	350,00		
Imobilizado	850,00	Patrimônio Líquido	2020,00
Intangíveis	300,00	Capital Social	1400,00
		Reserva de Lucros	620,00
TOTAL DO ATIVO	3150,00	TOTAL DO PASSIVO	3150,00

Balço Patrimonial preparado para Matriz

ATIVO	2007	PASSIVO	2007
Intangíveis	300,00	Financiamentos	300,00
Imobilizado	850,00	Capital Social	1400,00
Investimentos Permanentes	350,00	Reservas Lucro	620,00
Ativo Realizável L. P.	150,00	Empréstimos Bancários	280,00
Estoques	750,00	Fornecedores	320,00
Clientes	500,00	Impostos a Pagar	80,00
Caixa	250,00	Ordenados a Pagar	150,00
TOTAL DO ATIVO	3150,00	TOTAL DO PASSIVO	3150,00

OBS: Veja que não há valores a reestruturar. Portanto não haverá alterações no Balço Patrimonial.

Matriz Balanço Patrimonial de 2007

Financiamentos	Financiamentos	Capital Social	Reservas de Lucros	Empréstimos Bancários	Fornecedores	Impostos a Pagar	Ordenados a Pagar	Totais	%
Investimentos									
Intangível		300,00						300,00	9,52%
Imobilizado	300,00	550,00						850,00	26,98%
Investimentos Perm.	→	350,00						350,00	11,11%
Realizável a L. Prazo	↘	150,00						150,00	4,76%
Estoques		50,00	620,00	80,00				750,00	23,81%
Clientes				200,00	300,00			500,00	15,87%
Caixa					20,00	80,00	150,00	250,00	7,94%
								0,00	
Totais	300,00	1.400,00	620,00	280,00	320,00	80,00	150,00	3.150,00	100,00%
%	9,52%	44,44%	19,68%	8,89%	10,16%	2,54%	4,76%	100,00%	

Ativo Não Operacional ↑

Giro 52,38%

Capitais Próprios = 64,13%

Capitais de Terceiros = 35,87%

3. Conforme a matriz acima, o Ativo Operacional foi financiado da seguinte forma:

Ativo Operacional = Ativo Total – Investimentos Permanentes

Ativo Operacional = **3.150,00 – 350,00 = 2.800,00**

Financiado por Recursos de Terceiros

= 300,00 + 280,00 + 320,00 + 80,00 + 150,00

= 1.130,00 ou 35,87%

Financiado por Recursos Próprios

= (1.400,00 – 350,00) + 620,00

= 1.670,00 ou 53,02%

Os Capitais ou Recursos Próprios financiam, ainda, os Investimentos Não Operacionais, contemplados pelos Investimentos de Caráter Permanente, no valor de R\$ 350,00, que equivalem a 11,11%, do total dos Financiamentos, perfazendo, assim, o total de 64,13% dos Capitais Próprios.

Unidade 4

1. Sim. A redução do Capital de Giro não só pode ser como é uma ameaça constante ao afloramento do desequilíbrio econômico-financeiro das empresas, haja vista o declínio deste significar que a empresa não vem fazendo uma boa gestão dos seus negócios, com aplicações demasiadas em elementos do Ativo Permanente, imobilizações ou, até mesmo, investimentos de caráter não circulante, e isso tende a levar à queda no giro dos negócios, tendo, por consequência, redução dos lucros e disponibilidades financeiras.

2. Os autores estão se referindo aos devedores da própria empresa, pois, aumentando as vendas a prazo, maior será o volume de devedores da empresa, isto é, os clientes que compram a prazo. Essa elevação das vendas a prazo acaba resultando na falta de recursos para pagamento

dos fornecedores, exigindo que as empresa recorram às instituições financeiras, com vistas a realizar operações de descontos de duplicatas para fazer caixa e honrar seus compromissos, aumentando, assim, os custos financeiros.

Unidade 5

1.

COMPANHIA VERDE DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
1) ATIVIDADES OPERACIONAIS			
a)	Lucro Líquido Ajustado	R\$ 98,00	42,06%
	Lucro Líquido do Exercício ou Período	R\$ 73,00	31,33%
(+)	Depreciações, Amortização, Exaustão	R\$ 50,00	21,46%
(-)	Lucro na Venda do Imobilizado	-R\$ 40,00	-17,17%
(-)	Resultado Positivo Equivalência Patrimonial	-R\$ 5,00	-2,15%
(+)	Variações Monetárias Passivas	R\$ 20,00	8,58%
b)	Outras Fontes Operacionais de Giro: (b1+b2+b3)		
b.1)	Aumentos nas Contas do Passivo Operacional de Giro	R\$ 135,00	57,94%
b.1.1)	Obrigações Operacionais	R\$ 105,00	45,06%
	Aumento na conta Ordenados a Pagar	R\$ 40,00	17,17%
	Aumento conta Fornecedores	R\$ 65,00	27,90%
b.1.2)	Obrigações Provisonadas	R\$ 30,00	12,88%
	Aumento conta Imposto a Recolher (Pagar)	R\$ 30,00	12,88%
b.2)	Outras Obrigações	R\$ 0,00	
b.3)	Reduções nas Contas Ativo Operacional de Giro	R\$ 0,00	
c)	TOTAL DAS FONTES OPERACIONAIS (a + b)	R\$ 233,00	100%
d)	APLICAÇÕES NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	R\$ 165,00	70,82%
d.1)	Reduções nas Contas do Passivo Operacional de Giro	R\$ 0,00	
d.2)	Aumento nas Contas do Ativo Operacional de Giro	R\$ 165,00	70,82%
d.2.2)	Aumento conta Clientes	R\$ 30,00	12,88%
d.2.3)	Aumento conta Estoques	R\$ 135,00	57,94%

2)	CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (C-D)	R\$ 68,00	29,18%
3)	ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
3.a)	VENDAS DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES	R\$ 80,00	34,33%
3.a1)	(Alienação de bens Ativo Fixo - Valor de Venda)	R\$ 80,00	
	Alienação Bens do Imobilizado	R\$ 80,00	
3.b)	APLICAÇÕES EM INVESTIMENTOS NÃO CIRCULANTES	R\$ 150,00	64,38%
3.b3)	Aumento no Imobilizado	R\$ 150,00	
4)	CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-R\$ 70,00	-30,04%
5)	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	R\$ 217,00	93,13%
5.a)	Aumento Dos Acionistas	R\$ 147,00	63,09%
5.a1)	Aumento de Capital pelos Acionistas	R\$ 147,00	
5.b)	Aumento de Capitais de Terceiros	R\$ 70,00	30,04%
5.b1)	Aumento nas contas de Financiamentos	R\$ 40,00	17,17%
5.b2)	Novos Empréstimos Bancários	R\$ 30,00	12,88%
5.c)	APLICAÇÕES NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	R\$ 115,00	49,36%
5.c1)	Reduções nas contas Finan. LP, Emp. Banc. e Dup. Desc.	R\$ 115,00	
5.c1.1)	Redução na conta Financiamentos a Longo Prazo	R\$ 30,00	12,88%
5.c1.2)	Redução da Contas Duplicatas Descontadas	R\$ 65,00	27,90%
5.c1.3)	Dividendos Distribuídos	R\$ 20,00	8,58%
6)	CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS (5.a + 5.b- 5.c)	R\$ 102,00	43,78%
7)	GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA (2 + 4 - 6)	R\$ 100,00	42,92%
8)	SALDO INICIAL DE CAIXA	R\$ 35,00	15,02%
9)	SALDO FINAL DE CAIXA (6 + 7)	R\$ 135,00	57,94%

2. Dos 100% das Fontes das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro, estão representados Lucro Líquido Ajustado pelas operações ou fatos registrados na Contabilidade que aumentaram ou diminuíram o Lucro sem os respectivos ingressos ou saída de Caixa. E mais 57,94% consagradas pelas Outras Fontes das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro, decorrentes do aumento nas contas do Passivo Operacional de Giro ou Circulante, dentre os quais o acréscimo na conta Ordenados a Pagar, no valor de R\$ 40,00 (17,16%), acréscimo na conta Fornecedores, no valor de R\$ 65,00 (27,90%), e o aumento na conta de Impostos a Recolher, no valor de R\$ 30,00, representando 12,88%, do total das Fontes das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro.

É importante observar que o Lucro Líquido do Exercício ou Período, apurado na Demonstração do Resultado, importou em R\$ 73,00, representando, inicialmente, 31,33%, do total das Fontes das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro, porém, o mesmo está sendo reduzido em 19,31%, em decorrência do Resultado Positivo pelo Método da Equivalência Patrimonial (avaliação de investimento) sem o devido ingresso de Caixa e, também, pelo Lucro apurado na Venda de Bens do Ativo Imobilizado por se tratar de recursos não oriundos dos negócios da empresa, isto é, não são decorrentes das Atividades Operacionais de Caixa ou giro.

3. Não! Diferentemente da empresa Exercitópolis, a Companhia Verde aplicou 70,81% de suas Fontes das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro em Investimentos que integram o Capital de Giro, isto é, nos elementos do Ativo Operacional de Giro.

As imobilizações decorrentes das novas aquisições para o Ativo Fixo, Subgrupo do Imobilizado, representam apenas 64,38% e, além disso, a empresa aplicou 27,90% de suas Fontes das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro na redução de Duplicatas Descontadas, ou seja, realizou pagamentos no valor de R\$ 65,00. A empresa Exercitópolis, somente nas aquisições para o Imobilizado, aplicou recursos da ordem de 198,64% em relação ao total das Fontes das Atividades Operacionais de Caixa ou Giro.

Unidade 6

1)

Lucro Líquido Final	R\$ 73,00
Patrimônio Líquido do Início do Período	R\$ 450,00
Patrimônio Líquido do Final do Período	R\$ 850,00
Lucro Antes do Ir e CSLL	R\$ 190,00
Despesas Financeiras do Período	R\$ 60,00
Ativo do Início do Período	R\$ 1.810,00

Ativo do Final do Período	R\$ 2.630,00
Vendas Líquidas	R\$ 1.425,00
Custos Variáveis	R\$ 950,00
Custos Fixos	R\$ 390,00

Grau de Alavancagem Financeira

Primeiramente, você tem de calcular os novos valores do Imposto de Renda IR e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

Assim temos:

Lucro Antes do Imposto de Renda e da CSLL = R\$ 190,00

Despesas Financeiras = R\$ 60,00 > R\$ 190,00 + R\$ 60,00 = R\$ 250,00

IR = R\$ 250,00 x 15% = R\$ 37,50

CSLL = R\$ 250,00 x 9% = R\$ 22,50

$$\frac{\frac{73 \times 100}{450,00 + 850,00}}{((190 + 60) - (37,50 + 22,50)) \times 100} = \frac{\frac{73 \times 100}{650,00}}{190,00 \times 100} = \frac{11,23}{8,56} = 1,3$$

$$\frac{1.810,00 + 2.630,00}{2} = \frac{2.220,00}{2}$$

Portanto, sendo o resultado superior à unidade, isto mostra que foi vantajoso trabalhar com recursos de terceiros.

2)

Grau de Alavancagem Operacional

Q: Quantidade

PUV: Preço Unitário de Venda > ou PTV: Preço Total de Venda

CVU: Custo Variável Unitário > ou CVT: Custo Variável Total

CF: Custo Fixo

Aumento das Vendas em 50% = 2.137,50

Lucro Inicial = 1.425,00 – 950,00 – 390,00 = 85,00

OBSERVAÇÃO: Para apuração, neste exercício, vamos utilizar os valores correspondentes ao Preço Total Variável e ao Custo Variável Total.

$$\frac{Q (PTV - CVT)}{GAO = \frac{Q (PTV - CVT) - CF}{85,00}} > \frac{1.425,00 - 950,00}{1.425,00 - 950,00 - 390} = \frac{475,00}{85,00}$$

$$GAO = \frac{475,00}{85,00} = 5,588$$

Para verificar o aumento nos lucros em relação ao aumento de 50% nas vendas, basta multiplicarmos:

$$0,50 \times 5,588 = 2,794$$

Lucro Adicional será de R\$ 237,50 (**2,794 x R\$ 85,00 = R\$ 237,50**)

Lucro total será de R\$ 85,00 + R\$ 237,50 = R\$ 322,50

Portanto, ao vender mais 50%, seu lucro será multiplicado por 2,794, passando de R\$ 85,00, para R\$ 322,50.

Tirando a prova dos nove, teremos:

- Vendas Iniciais = 1.425,00 + 50% = 2.137,50
- Custos Variáveis = 950,00 + 50% = 1.425,00
- Custos Fixos = 390,00

Teríamos então: 2.137,50 – 1.425,00 – 390,00 = 322,50

3) Questões "a" e "b"

$$a) \text{ GAO} = \frac{Q (\text{PUC} - \text{CUV})}{Q (\text{PUV} - \text{CUV}) - 3.600,00}$$

$$\text{GAO} = \frac{500 (\text{R\$ } 45,00 - \text{R\$ } 20,00)}{500 (\text{R\$ } 45,00 - \text{R\$ } 20,00) - \text{R\$ } 3.600,00}$$

$$\text{GAO} = \frac{\text{R\$ } 12.500,00}{\text{R\$ } 8.900,00} = 1,4045, \text{ ou, } 40,45\%$$

Conforme conteúdo já estudado anteriormente, à medida que se aumenta o volume de vendas, o Grau de Alavancagem Operacional vai reduzindo, até aproximar-se de unidade. A partir deste ponto, mesmo que se aumente o volume de vendas, os lucros tendem a manter-se nos mesmos níveis do lucro bruto.

b) Observe que 150 unidades correspondem a 30% do volume inicial de vendas.

Teremos então: $0,30\% \times 1,4045 = 0,4214$

Portanto o Lucro Adicional será de $R\$ 8.900,00 \times 42,14\% = R\$ 3.750,46$

Vamos tirar a prova dos nove, para verificar se é correto o procedimento adotado, ou seja, vamos apurar o novo lucro total.

$650 (R\$ 45,00 - R\$ 20,00) - R\$ 3.600,00 =$

$R\$ 29.250,00 - R\$ 13.000,00 - R\$ 3.600,00 = R\$ 12.650,00$

Interpretação: Mantendo inalterados o Preço Unitário de Venda no valor de R\$ 45,00, o Custo Variável Unitário no valor de R\$ 20,00, o valor dos Custos Fixos Totais e aumentando 30% no volume das unidades vendidas, a empresa consegue alavancar seu lucro em 42,14%, em relação à situação anterior.

Unidade 7

1. Sim. É indispensável que, juntamente com a situação econômica, seja também acompanhada, de forma eficaz, a situação financeira da empresa, sua condição de liquidez, ou seja, sua capacidade de pagamento. Por isso mesmo, é preciso acompanhar os níveis de imobilização e estocagem, pois estes tendem a reduzir as disponibilidades financeiras da empresa e podem levá-la a situações inesperadas, tendo de recorrer ao mercado financeiro, pagando altos juros, e/ou se desfazer de seus ativos fixos para poder honrar seus compromissos.

2. SIM, pois o oitavo decil contempla aquele que deixar 80% dos indicadores abaixo de si e apenas 20% acima de si próprio. Se você retornar à planilha que contempla os indicadores disponibilizados em ordem crescente, verá que o oitavo decil corresponde ao indicador 1,615, ficando acima destes os indicadores **1,63 - 1,65 - 1,68 - 1,70 - 1,72 - 1,75, - 1,77 - 1,80, de um total de 40 indicadores**

Biblioteca Virtual



Veja a seguir os serviços oferecidos pela Biblioteca Virtual aos alunos a distância:

- Pesquisa a publicações online
www.unisul.br/textocompleto
- Acesso a bases de dados assinadas
www.unisul.br/bdassinadas
- Acesso a bases de dados gratuitas selecionadas
www.unisul.br/bdgratuitas
- Acesso a jornais e revistas on-line
www.unisul.br/periodicos
- Empréstimo de livros
www.unisul.br/emprestimos
- Escaneamento de parte de obra*

Acesse a página da Biblioteca Virtual da Unisul, disponível no EVA e explore seus recursos digitais.

Qualquer dúvida escreva para bv@unisul.br

* Se você optar por escaneamento de parte do livro, será lhe enviado o sumário da obra para que você possa escolher quais capítulos deseja solicitar a reprodução. Lembrando que para não ferir a Lei dos direitos autorais (Lei 9610/98) pode-se reproduzir até 10% do total de páginas do livro.

UnisulVirtual

A sua universidade a distância



UNISUL



9 788578 176679 >